

**SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA**  
Siegfried Emanuel Heuser

ISSN 1676-1375  
ISBN 85-7173-013-X

**AS FINANÇAS MUNICIPAIS E OS GASTOS SOCIAIS**  
**NO RIO GRANDE DO SUL — 1995-99**

**Isabel Noemia Rückert**  
**Maria Luiza Borsatto**  
**Mercedes Rabelo**

**Documentos FEE n. 50**

Porto Alegre, agosto de 2002



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria de Coordenação e Planejamento

## FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA Siegfried Emanuel Heuser

CONSELHO DE PLANEJAMENTO: **Presidente:** José Antonio Fialho Alonso. **Membros:** André Meyer da Silva, Ernesto Dornelles Saraiva, Ery Bernardes, Eudes Antidis Missio, Nelson Machado Fagundes e Ricardo Dathein.

CONSELHO CURADOR: Edison Deffenti, Francisco Hypólito da Silveira e Suzana de Medeiros Albano.

### DIRETORIA:

**PRESIDENTE:** JOSÉ ANTONIO FIALHO ALONSO

**DIRETOR TÉCNICO:** FLÁVIO B. FLIGENSPAN

**DIRETOR ADMINISTRATIVO:** CELSO ANVERSA

### CENTROS:

**ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS:** Guilherme Xavier Sobrinho

**PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO:** Roberto da Silva Wiltgen

**INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS:** Jorge da Silva Accurso

**INFORMÁTICA:** Antônio Ricardo Belo

**EDITORIAÇÃO:** Valesca Casa Nova Nonnig

**RECURSOS:** Antonio Cesar Gargioni Nery

Rückert, Isabel Noemia Junges, 1953-

R912f As finanças municipais e os gastos sociais no Rio Grande do Sul — 1995-99 / Isabel Noemia Rückert, Maria Luiza Borsatto, Mercedes Rabelo. - Porto Alegre : Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2002. — (Documentos FEE ; n. 50). -

p. : tab.

ISBN 85-7173-013-X

ISSN 1676-1375

1. Finanças municipais - Rio Grande do Sul. 2. Despesa pública. 3. Rio Grande do Sul — Municípios — Política social. 4. Borsatto, Maria Luiza Blanco, 1946-. 5. Rabelo, Maria Mercedes, 1961-. I. Título. II. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. III. Série.

CIP Ivete Lopes Figueiró

CDU 336.1/.5(816.5)

CRB 10/509

Tiragem: 100 exemplares.

Toda correspondência para esta publicação deverá ser endereçada à:  
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA Siegfried Emanuel Heuser (FEE)  
Rua Duque de Caxias, 1691 — Porto Alegre, RS — CEP 90010-283  
Fone: (51) 3216-9049 — Fax: (51) 3225-0006  
E-mail: [diretoria@fee.tche.br](mailto:diretoria@fee.tche.br)  
[www.fee.tche.br](http://www.fee.tche.br)

As autoras agradecem aos colegas Edison Marques Moreira, Renato Dalmazo e Antônio Carlos Fraquelli pela leitura e comentários a uma versão preliminar deste texto, bem como às estagiárias Dóris Nogueira Rocha e Daniela Hugentobler Costa. Agradecem também ao IBGE pelo fornecimento de dados e pelos preciosos esclarecimentos e ao Tribunal de Contas do RS pela disponibilização dos Balanços Municipais.



# SUMÁRIO

---

LISTA DE TABELAS, QUADROS E MAPAS .....	7
INTRODUÇÃO .....	11
NOTAS METODOLÓGICAS .....	13
1 - A REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA E AS MUDANÇAS NO PAPEL DO ESTADO .....	15
2 - AS FINANÇAS PÚBLICAS NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS .....	21
2.1 - O resultado orçamentário dos municípios do RS .....	21
2.2 - O comportamento das receitas municipais .....	22
2.3 - A análise das despesas municipais .....	34
2.4 - A capacidade de poupança própria corrente dos municípios do RS .....	38
3 - ANÁLISE DAS FINANÇAS MUNICIPAIS POR MESORREGIÕES .....	39
3.1 - Caracterização das mesorregiões .....	39
3.1.1 - Mesorregião Noroeste .....	40
3.1.2 - Mesorregião Nordeste .....	43
3.1.3 - Mesorregião Centro-Occidental .....	44
3.1.4 - Mesorregião Centro-Oriental .....	45
3.1.5 - Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre .....	45
3.1.6 - Mesorregião Sudoeste .....	47
3.1.7 - Mesorregião Sudeste .....	48
3.2 - Análise das receitas por mesorregiões .....	48
3.3 - Análise das despesas por mesorregiões .....	51
4 - ANÁLISE DAS FINANÇAS PÚBLICAS DA RMPA .....	53
4.1 - Análise das receitas da RMPA .....	53
4.2 - Análise das despesas da RMPA .....	57
4.3 - Análise das finanças públicas do Município de Porto Alegre .....	58
4.3.1 - O resultado orçamentário do Município de Porto Alegre .....	58
4.3.2 - As receitas do Município de Porto Alegre.....	58
4.3.3 - As despesas do Município de Porto Alegre.....	60

5 - O GASTO SOCIAL NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS .....	63
5.1 - O processo de descentralização das áreas sociais .....	63
5.1.1 - O processo de descentralização e a legislação para estados e municípios .....	63
5.1.2 - Gastos sociais municipais e do RS: a década de 90 .....	70
5.2 - O gasto social municipal no conjunto dos municípios do RS: 1995-99 .....	74
5.2.1 - O crescimento do gasto social municipal e sua participação na receita e na despesa total .....	75
5.2.2 - Distribuição do gasto social entre as classes de tamanho .....	78
5.2.3 - As funções sociais mais importantes .....	78
5.2.4 - Despesa social <i>per capita</i> média .....	81
5.3 - O gasto social na RMPA, em 1999 .....	86
5.3.1 - O crescimento do gasto social na RMPA comparativamente às receitas e às despesas totais .....	86
5.3.2 - As funções e os programas sociais mais importantes .....	93
5.3.3 - A despesa com pessoal e com investimentos sociais .....	93
5.3.4 - A despesa social <i>per capita</i> na RMPA, em 1999 ....	97
5.4 - Despesas sociais realizadas em Porto Alegre, em 1999 .....	100
5.4.1 - A situação da Capital frente ao conjunto dos municípios do RS .....	100
5.4.2 - O gasto social e a participação na despesa total .....	100
5.4.3 - Análise dos principais elementos da despesa: pessoal e investimentos .....	102
6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	107
ANEXOS .....	109
BIBLIOGRAFIA .....	157

# LISTA DE TABELAS, QUADROS E MAPAS

---

## Capítulo 2

Tabela 1 - Execução orçamentária dos municípios do RS — 1995-99 .....	22
Tabela 2 - Receita total municipal arrecadada, por classes de tamanho, no RS — 1995-99 .....	23
Tabela 3 - Evolução da receita total municipal, por classes de tamanho, no RS — 1995-99 .....	23
Tabela 4 - Participação percentual das transferências na receita total municipal, por classes de tamanho, no RS — 1995-99 .....	25
Tabela 5 - Receita municipal arrecadada com a cota-parte do ICMS, por classes de tamanho, no RS — 1995-99 .....	26
Tabela 6 - Receita municipal arrecadada com a cota-parte do FPM, por classes de tamanho, no RS — 1995-99 .....	29
Tabela 7 - Participação percentual da receita própria na receita total municipal, por classes de tamanho, no RS — 1995-99 .....	30
Tabela 8 - Receita própria municipal, por classes de tamanho, no RS — 1995-99 .....	30
Tabela 9 - Receita tributária municipal, por classes de tamanho, no RS — 1995-99 .....	32
Tabela 10 - Receita arrecadada pelo ISS, por classes de tamanho, no RS — 1995-99 .....	32
Tabela 11 - Receita de IPTU arrecadado, por classes de tamanho, no RS — 1995-99 .....	33
Tabela 12 - Participação percentual da receita tributária na receita total municipal, por classes de tamanho, no RS — 1995-99 .....	34
Tabela 13 - Despesa total municipal, por classes de tamanho, no RS — 1995-99 .....	35
Tabela 14 - Evolução da despesa total municipal, por classes de tamanho, no RS — 1995-99 .....	36
Tabela 15 - Participação percentual das despesas de pessoal na despesa total municipal, por classes de tamanho, no RS — 1995-99 .....	36

Tabela 16 - Investimentos municipais realizados, por classes de tamanho, no RS — 1995-99 .....	37
Quadro 1 - Coeficiente de participação dos municípios do Interior no FPM.....	27

### Capítulo 3

Tabela 1 - Distribuição dos municípios, por mesorregiões e faixas populacionais, no RS — 1999 .....	40
Tabela 2 - Valor Adicionado Fiscal, por mesorregiões e classes de tamanho, no RS — 1999 .....	43
Tabela 3 - Receita total municipal arrecadada, por mesorregiões, no RS — 1995-99 .....	49
Tabela 4 - Receitas <i>per capita</i> médias selecionadas, por mesorregiões, no RS — 1999 .....	50
Tabela 5 - Despesas municipais <i>per capita</i> médias selecionadas, por mesorregiões, no RS — 1999 .....	51
Mapa 1 - Participação da população, por mesorregiões, no RS — 1999 .....	41
Mapa 2 - Participação do valor Adicionado Fiscal, por mesorregiões, no RS — 1999 .....	42

### Capítulo 4

Tabela 1 - Receita própria, de transferências e total municipal na RMPA — 1995-99 .....	54
Tabela 2 - Receita total e <i>per capita</i> de ICMS, FPM e total de transferências e participação percentual na receita total da RMPA — 1999 .....	55
Tabela 3 - Despesas com pessoal, investimentos e total municipal na RMPA — 1995-99 .....	57
Tabela 4 - Receitas e despesas realizadas em Porto Alegre — 1995-99 .....	60

### Capítulo 5

Tabela 1 - Despesas sociais dos municípios e do Estado — 1990-99 .....	71
--	----



Tabela 2 - Evolução das receitas de transferências dos municípios e das despesas sociais dos municípios e do Estado — 1991-99 .....	72
Tabela 3 - Participação percentual das despesas sociais dos municípios e do Estado nas respectivas despesas totais — 1990-99 .....	74
Tabela 4 - Despesas sociais municipais, por classes de tamanho, no RS — 1995-99 .....	75
Tabela 5 - Evolução da receita, da receita de transferências, da despesa total e das despesas sociais municipais e participação das despesas sociais na receita e na despesa do RS — 1995 e 1999 .....	75
Tabela 6 - Participação percentual das despesas sociais nas despesas totais municipais, segundo as funções sociais, por classes de tamanho, no RS — 1999 .....	77
Tabela 7 - Número de municípios onde a participação percentual dos gastos sociais na despesa total é superior a 60%, por classes de tamanho, no RS — 1999 .....	77
Tabela 8 - Comparação entre a despesa social, a despesa total e a população, por classes de tamanho dos municípios do RS — 1999 .....	78
Tabela 9 - Despesas sociais, por função social, e despesas totais municipais no RS — 1995-99 .....	79
Tabela 10 - Evolução da despesa municipal nas funções sociais, no RS — 1996-99 .....	80
Tabela 11 - Receita, despesa e despesa social <i>per capita</i> médias, por classes de tamanho, em Porto Alegre e na RMPA — 1995 e 1999 .....	82
Tabela 12 - Evolução das receitas, das despesas e das despesas sociais <i>per capita</i> médias, por classes de tamanho, em Porto Alegre e na RMPA — 1995 e 1999 .....	83
Tabela 13 - Despesas municipais <i>per capita</i> médias em cada função social, por classes de tamanho, no RS — 1999 .....	84
Tabela 14 - Índice da evolução da despesa municipal <i>per capita</i> média em cada função social, por classes de tamanho, no RS — 1999 .....	85
Tabela 15 - Gasto social, por função social, nos municípios da RMPA — 1999 .....	87

Tabela 16 - Índice da evolução da receita total, das transferências, da despesa total e da despesa social no total dos municípios e na RMPA e participação percentual da despesa social na receita e na despesa municipais do RS — 1995 e 1999 .....	89
Tabela 17 - Índice da evolução da receita total, da receita de transferências, da despesa total e da despesa social no total dos municípios e na RMPA e participação percentual da despesa social na receita e na despesa municipais do RS — 1990 e 1999 .....	90
Tabela 18 - Participação percentual da despesa social na despesa total dos municípios da RMPA — 1999 .....	92
Tabela 19 - Despesa com pessoal, investimentos, outras despesas e despesa total, por funções sociais e principais programas, na RMPA — 1999 .....	94
Tabela 20 - Despesa total, despesa com pessoal e despesa com pessoal nas funções sociais, na RMPA — 1999 .....	96
Tabela 21 - Despesa total, despesa com investimentos e despesa com investimentos nas funções sociais, na RMPA — 1999 .....	96
Tabela 22 - Despesa <i>per capita</i> realizada nos principais programas e no total das funções sociais em cada município da RMPA — 1999 .....	98
Tabela 23 - Participação percentual da população, da receita, da despesa e da despesa social de Porto Alegre na RMPA e no total dos municípios do RS — 1999 .....	101
Tabela 24 - Despesas com pessoal, investimentos e total, por funções sociais e seus principais programas, em Porto Alegre — 1999 .....	103
Tabela 25 - Receita total, receita proveniente da União para o SUS, despesa total e despesa no Programa Saúde, em Porto Alegre — 1999 .....	105
Tabela 26 - Despesa realizada com pessoal, com pessoal das áreas sociais e despesa total em Porto Alegre — 1999 .....	105
Tabela 27 - Despesa realizada com investimentos, com investimentos nas áreas sociais e despesa total em Porto Alegre — 1999 .....	106

# INTRODUÇÃO

---

Nas últimas duas décadas, ocorreram importantes transformações econômico-sociais no Brasil decorrentes da crise do Estado nacional-desenvolvimentista nos anos 80. No bojo dessa crise, dentre outros questionamentos, retomam-se as discussões sobre a descentralização no Brasil.

Assim, após mais de uma década de embates entre um governo central autoritário e centralista, de um lado, e propostas de redemocratização e de descentralização de recursos e de espaços de poder, de outro, a Constituição de 1988 lançou as sementes para uma reorganização do Sistema de Bem-Estar Brasileiro. Calcada no maior repasse de recursos para estados e municípios, a descentralização das políticas sociais objetivava, ainda, estimular a participação popular, através da criação dos conselhos municipais de saúde, de assistência social, etc.

Entretanto, no início dos anos 90, com o surgimento de um modelo político-econômico baseado no ideário neoliberal, o processo de descentralização, tal como esboçado na Constituição de 1988, sofreu uma alteração no sentido de que as regulamentações complementares foram continuamente adiadas. Nessas circunstâncias, coube aos municípios assumirem um papel mais ativo nesse processo.

Passados mais de 10 anos, esse processo de descentralização ainda não foi analisado com propriedade, sobretudo devido à ausência de estatísticas consolidadas sobre, por exemplo, os gastos realizados por funções e programas em cada esfera de governo. Assim, esta pesquisa, concluída em dezembro de 2001, representa um esforço no sentido de se minimizar essa lacuna, através da quantificação e da análise da realidade das finanças municipais, buscando também desvendar um pouco mais o processo de descentralização das áreas sociais nos últimos anos da década de 90, no Rio Grande do Sul.

A presente pesquisa procurou dimensionar as receitas e as despesas realizadas pelas Administrações Diretas dos municípios do Estado, analisando, em separado, as despesas realizadas nas áreas sociais, as quais correspondem às seguintes funções: Defesa Nacional e Segurança Pública; Educação e Cultura; Habitação e Urbanismo; Saúde e Saneamento; Trabalho; Assistência e Previdência.

O estudo está dividido em cinco capítulos, além desta **Introdução**, das **Notas Metodológicas** e das **Considerações Finais**. No primeiro, são desta-

cadadas as características mais relevantes da reestruturação da economia a partir dos anos 80 e as mudanças no papel do Estado, com ênfase na questão da descentralização. A seguir, são analisadas as finanças públicas dos municípios gaúchos, nas suas principais categorias, no período compreendido entre 1995 e 1999. No terceiro capítulo, a análise prioriza a distribuição dos municípios por mesorregiões da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), caracterizando, brevemente, cada mesorregião e apontando o desempenho *per capita* de cada uma no que se refere às principais receitas e despesas municipais. No quarto, destacam-se as finanças dos municípios, especificamente da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). Finalmente, no quinto capítulo, além de serem analisadas as despesas sociais do conjunto dos municípios do Rio Grande do Sul por funções sociais, são destacados os gastos sociais realizados nos programas sociais da RMPA e de Porto Alegre em 1999.

# NOTAS METODOLÓGICAS

---

As fontes dos dados brutos utilizados nesta pesquisa foram, basicamente, o Tribunal de Contas (TC) do Estado do Rio Grande do Sul, através do seu banco de dados<sup>1</sup> para os anos de 1990 a 1999, e os balanços municipais dos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre para o ano de 1999.<sup>2</sup>

Para contabilizar as informações acerca de receitas e despesas totais, por elemento e por função, desde o início da década de 90, recorreu-se às informações digitalizadas disponibilizadas pelo Tribunal de Contas. Contudo, para aprofundar o conhecimento a respeito dos gastos sociais realizados nos municípios da RMPA, procedeu-se ao levantamento das despesas realizadas por programas sociais diretamente junto aos balanços municipais, onde foram coletados apenas os dados relativos à RMPA no ano de 1999, utilizando metodologia (formulários) implementada pelo IBGE. Nesse sentido, só foi possível obter informações suficientemente desagregadas, onde se destacassem as despesas realizadas por programa para a RMPA.

Para a composição da Região Metropolitana de Porto Alegre, foram considerados apenas os 23 municípios que a compunham em 1995, ano-base do estudo.<sup>3</sup>

Os valores correntes das receitas e das despesas realizadas nos diversos anos foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV, a preços de janeiro de 2000, tendo sido, portanto, apresentados em valores constantes. Em anexo, estão disponibilizadas as principais receitas e despesas, em valores correntes da época, organizadas por mesorregiões do IBGE.

A análise privilegiou o recorte por tamanho dos municípios, em termos de número de habitantes. Os municípios foram agrupados em quatro classes de tamanho: até 10.000 habitantes, de 10.001 a 50.000, de 50.001 a 100.000, mais de 100.000 e Porto Alegre. Também foi utilizado um recorte espacial, para

---

<sup>1</sup> Os dados utilizados neste estudo foram sendo coletados no banco de dados do Tribunal de Contas ao longo dos anos e, por isso, diferem das informações atualmente disponíveis, uma vez que o TC mantém a base de dados permanentemente atualizada, incluindo, sempre que necessário, novas informações (correções) sobre os municípios. Entretanto não se constatou nenhuma discrepância importante que comprometesse a análise realizada.

<sup>2</sup> Os balanços municipais foram disponibilizados pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

<sup>3</sup> Os municípios que compunham a RMPA em 1995 eram: Alvorada, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Charqueadas, Dois Irmãos, Eldorado do Sul, Estância Velha, Esteio, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Ivoti, Nova Hartz, Novo Hamburgo, Parobé, Portão, Porto Alegre, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Triunfo e Viamão.

o qual se utilizou a regionalização do IBGE em sete mesorregiões, sendo elas: Noroeste, Nordeste, Centro Ocidental, Centro Oriental, Metropolitana de Porto Alegre, Sudoeste e Sudeste. Entendeu-se que a utilização das mesorregiões seria mais adequada ao estudo do que os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), tendo em vista que o maior número destes últimos dificultaria a comparabilidade das variáveis.

A população utilizada é aquela calculada nas estimativas da FEE antes da divulgação do novo Censo Demográfico do IBGE, através do qual foram recalculadas as estimativas para os anos de 1996 a 2000.

As informações relativas ao Valor Adicionado Fiscal (VAF) foram fornecidas pela Secretaria da Fazenda do RS (através de *site* na *internet*).

Ressalte-se, ainda, que a pesquisa se concentrou na coleta e na análise de dados relativos à Administração Direta Municipal, desconsiderando todas as despesas realizadas pelas administrações descentralizadas. Igualmente, não foi possível coletar informações que permitissem identificar a origem das receitas que viabilizaram as diversas despesas, destacando-se as transferências vinculadas para a área social, como os recursos oriundos do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), do Sistema Único de Saúde (SUS), de operações de crédito, etc.

Finalmente, com relação às despesas sociais, apenas foram consideradas aquelas realizadas dentro das funções sociais, ou seja, embora um determinado programa seja considerado social, é possível que, em alguns momentos, ele seja realizado em funções não sociais, não sendo, portanto, aqui contabilizados. Consideraram-se como funções sociais aquelas analisadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul no âmbito da área social (Rel. Parec. Prévio Trib. Contas RS, 1991).

# 1 - A REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA E AS MUDANÇAS NO PAPEL DO ESTADO

---

Neste item, será efetuada uma breve retrospectiva histórica do papel do Estado brasileiro desde a crise do Estado nacional-desenvolvimentista no início dos anos 80 até as reformas liberais do Estado nos anos 90. A ênfase será dada ao processo de descentralização, que ressurgiu ao longo desse período como decorrência da combinação, de um lado, das idéias liberais, que consideram que esse processo elevaria a eficiência do setor público, e, de outro, dos movimentos democráticos desencadeados no início dos anos 80, que apregoam o fortalecimento do Estado e uma maior participação dos cidadãos. Esse processo de descentralização é efeito da combinação de forças progressistas e conservadoras. Mesmo com interesses conflitantes, a descentralização vem se consolidando no País, principalmente desde a Constituição de 1988.

No entanto, para entender as mudanças no papel do Estado nas três últimas décadas, é necessário inserirem-se as alterações ocorridas num cenário mais amplo de reestruturação dos padrões de acumulação capitalista em nível mundial, que aconteceu a partir dos anos 70. Essas transformações consubstanciaram-se a partir de uma mudança do paradigma tecnológico, que, de um modelo baseado em tecnologias intensivas em capital, energia, produção inflexível e de massa dos anos 50 e 60 (modelo taylorista/fordista), passou para um modelo de flexibilização com tecnologias intensivas em informação, alicerçado na microeletrônica, nos anos 70. Esse novo paradigma tecnológico baseado na flexibilização aumentou a insegurança dos trabalhadores, pois trouxe implicações para o mundo do trabalho, tais como o crescimento do desemprego e a precarização das relações de trabalho, na medida em que desenvolveu módulos produtivos terceirizados e segmentou a classe trabalhadora.

Esse processo de reestruturação produtiva que transformou o mundo do trabalho redefiniu, também, o papel do Estado, de acordo com o ideário neoliberal, pois essas transformações no âmbito econômico, com mudança de paradigmas, implicaram uma desestruturação do sistema de bem-estar social e a expansão do neoliberalismo. Essa corrente de pensamento defende a menor intervenção estatal, a privatização do patrimônio público, a desregulamentação e a redução no financiamento das políticas sociais e a restrição de sua atuação aos efetivamente necessitados.

Na perspectiva neoliberal, as soluções para crises partem do pressuposto de que o sistema de mercado é o melhor mecanismo para a alocação dos recursos econômicos e para a satisfação das necessidades dos indivíduos (Laurell, 1995). De acordo com os neoliberais, tudo aquilo que obstrui a livre força do mercado provoca efeitos negativos na economia e para a liberdade dos indivíduos. No período pós-guerra, esses efeitos ocorreram devido à intervenção do Estado — através de políticas keynesianas — e à instituição de políticas de bem-estar social.

Em resumo, para solucionar a crise do capitalismo mundial no início dos anos 70, os neoliberais apregoaram a redução da intervenção do Estado na economia — enquanto agente econômico direto — por meio da privatização e da desregulamentação das atividades econômicas.

Nesse sentido, as funções relacionadas com o bem-estar social devem ser diminuídas. Portanto, o Estado só deve intervir com o objetivo de garantir um mínimo para reduzir a pobreza e produzir serviços que são coletivos. O neoliberalismo opõe-se à universalidade, à igualdade e à gratuidade dos serviços sociais.

Assim, conforme Laurell:

“As quatro estratégias concretas da implantação da política social neoliberal são o corte dos gastos sociais, a privatização, a centralização dos gastos sociais públicos em programas seletivos contra a pobreza e a descentralização” (Laurell, 1995, p.167).

Apesar de receitar a diminuição da participação do Estado na economia, os neoliberais também desejam um Estado forte, que possa garantir as condições para a expansão do mercado privado. Também existe uma discrepância entre o discurso neoliberal e o conteúdo das políticas sociais daqueles governos que nele se inspiram, pois, nesses países, concretamente, as instituições sociais básicas acabam não desaparecendo, e os gastos sociais, não diminuindo (Laurell, 1995). De qualquer forma, o Estado de Bem-Estar vem sofrendo alterações em vista das mudanças estruturais ocorridas nas últimas décadas.

No entanto, a crise que se abateu no mundo difere nos países centrais, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, e nos países periféricos. Na Europa, existe mais desemprego e mais proteção social, enquanto, nos EUA, a oferta de emprego é maior com menor proteção social. Já os países periféricos apresentam tanto uma menor oferta de emprego quanto uma menor proteção social. Nesse caso, com a redução do Estado e também pela recessão econômica, a crise intensifica-se, uma vez que a redução da atividade econômica diminui o financiamento das políticas sociais e acarreta mais desemprego (Faleiros, 1999).



Nas propostas neoliberais, a descentralização surge simultaneamente aos temas de desregulamentação das atividades econômicas, de terceirização e de privatizações, sendo que, nos países desenvolvidos, o movimento pró-descentralização se derivou da crise do Estado de Bem-Estar, considerado centralizador. Com as críticas a esse centralismo do Estado, a descentralização coloca-se como uma estratégia para, na redefinição do papel do Estado, enfrentar a crise do sistema capitalista. Nesse contexto, a justificativa para a descentralização encontra-se na eficácia administrativa e no controle fiscal, através de uma lógica de redução do tamanho do Estado, utilizando as privatizações dos serviços e do patrimônio público.

No caso brasileiro, o mesmo movimento ocorreu, apesar de o nosso modelo de bem-estar social não ter sido completado. Estaríamos, assim, frente a um esgotamento do modelo de Estado centralizador e planejador, que já havia entrado em crise na década de 70, nos países centrais. No Brasil, a crise refletiu-se no início dos anos 80, quando ocorreu o fim do Estado desenvolvimentista concebido nos anos 30, a partir do modelo de substituição de importações iniciado no governo de Getúlio Vargas. Nesse modelo, foi fundamental a participação do Estado, tanto de forma indireta, através da criação de leis e de instituições de controle da economia, quanto de forma direta, através da criação das empresas do setor produtivo estatal.

No entanto, com a crise fiscal iniciada a partir dos anos 80, causada pelo esgotamento das fontes de financiamento do setor público, o Estado, sem condições de continuar investindo e com uma dívida externa e interna elevada, passou a privatizar suas empresas estatais, cujos recursos seriam direcionados, em princípio, para a redução da dívida interna. Nessa nova configuração, caberia ao setor privado continuar investindo para manter o crescimento econômico. Para isso, seria fundamental que houvesse um ambiente estável.

Em resumo, o que ocorreu no País foi um esgotamento das fontes de financiamento externo que sustentavam nosso “fordismo periférico” (Lipietz apud Martins, 1998), gerando um colapso no padrão de financiamento. Essa crise de financiamento, aliada à insatisfação de grandes segmentos da sociedade brasileira diante das características concentradoras e centralizadoras do modelo econômico adotado até então, trouxe, junto com as novas bandeiras democráticas, a questão da descentralização política, administrativa e fiscal (Médici, 1995). Esta seria uma outra concepção de descentralização — diferente da concepção neoliberal —, que surge como proposta integrante de um projeto político, construído num contexto de lutas populares e que tem como pressupostos fundamentais as mudanças das relações de poder, autonomia e repasse de recursos financeiros para as esferas subnacionais.

Enquanto a descentralização política se refere à necessidade de fortalecer a representação local e a participação popular, a descentralização admi-

nistrativa diz respeito ao fato de que cabe aos estados e aos municípios assumirem certas responsabilidades na execução de políticas públicas, pois a gestão das mesmas deveria estar mais perto dos locais para os quais elas foram criadas. Já a descentralização fiscal se refere à divisão das receitas entre os três níveis de governo (Médici, 1995).

Passados mais de 13 anos desde a promulgação da Constituição de 1988, verifica-se que esta trouxe fundamentais alterações ao sistema federativo brasileiro, proporcionando uma melhora significativa na participação dos municípios nas receitas fiscais. Estas basearam-se mais no aumento de transferências federais e estaduais para os municípios do que num efetivo esforço das suas capacidades de ampliação da tributação própria (Martins, 1998).

Cabe destacar que, logo após a promulgação da Constituição, com o aumento dos recursos para as esferas subnacionais, o Governo Federal tentou implantar a denominada “operação desmonte”, que consistia em repassar para os estados e os municípios novas atribuições ou competências. No entanto, o poder Legislativo não aprovou as medidas requeridas pela União.

A análise da repartição das receitas efetivamente disponíveis evidencia um aumento do percentual de participação, principalmente dos municípios em detrimento da União, a partir da Constituição de 1988. Com a descentralização fiscal, a União passou a deter 56,5% das receitas tributárias efetivamente disponíveis<sup>1</sup> em 1998 diante de 62,3% em 1988. Os estados, que ficavam com 26,9% dessas receitas em 1988, passaram para 26,7% em 1998, e os municípios subiram de 10,8% em 1988 para 16,8% em 1998, com um aumento expressivo nessa participação (Araújo, Oliveira, 2001).

A crise do setor público federal levou os municípios a absorverem um maior número de atribuições, uma vez que aquele nível de governo, com a crise fiscal, não teria recursos suficientes para manter suas antigas atribuições. Com isso, desde o início dos anos 90, o Governo Federal implantou um processo de descentralização forçada de encargos para as esferas subnacionais (Oliveira, 1998).

Ainda nos anos 90, as empresas estatais do País foram sendo privatizadas, através, principalmente, do Programa Nacional de Desestatização (PND), uma vez que, na lógica neoliberal, seriam mais eficientes nas mãos da iniciativa privada. O Governo Collor, iniciado em 1990, de orientação neoliberal, foi o responsável pelas mudanças. Esse governo efetuou uma abertura econômica

---

<sup>1</sup> A receita tributária disponível inclui os tributos arrecadados diretamente em cada nível de governo e as transferências constitucionais de impostos. Para o cálculo da receita disponível em cada nível de governo, adicionam-se às receitas próprias os repasses recebidos e descontam-se os concedidos.

e iniciou o PND, que teria continuidade no governo de FHC, com o aumento do número de empresas estatais privatizadas.

Desde o início da implantação do Plano de Estabilização do governo de Itamar Franco, no final de dezembro de 1993, o Governo Federal vem adotando um ajuste fiscal mais efetivo para as contas públicas, uma vez que este é fundamental para a retomada do crescimento econômico. Para atender a esse objetivo, foi tomada, desde o final de 1993, uma série de decisões de política fiscal. Entre elas, encontra-se a criação do Fundo de Estabilização Fiscal, cujo objetivo era o de aumentar as receitas da União através de elevação de alíquotas de impostos e da realocação de recursos destinados aos estados e aos municípios. Também obteve uma nova fonte de recursos através da criação da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF). Assim, o Governo Federal elevou suas receitas e reduziu gastos, principalmente aqueles que seriam destinados para as áreas sociais.

No Governo FHC, em nível federal, tem ocorrido um maior esforço fiscal, que resultou numa melhora significativa do seu resultado primário<sup>2</sup>, elevando esse superávit de 0,58% do PIB em 1995 para 2,25% do PIB em 1999. Para o melhor desempenho da situação fiscal desse nível de governo contribuiu a aprovação pelo Congresso Nacional, nesse período, das reformas previdenciária e administrativa. A proposta de reforma tributária apresentada pelo Governo, entretanto, continua ainda tramitando no Congresso Nacional.

Desde o final de 1998, o Governo Federal vem seguindo um programa de ajuste acordado com o Fundo Monetário Internacional, com a finalidade de obter recursos financeiros junto a esse organismo. Com esse objetivo, tanto o Governo Federal quanto os outros níveis de governo, estados e municípios, também teriam que efetuar ajustes nas suas contas fiscais, uma vez que são incluídos no cômputo global do resultado do setor público para fins do critério de desempenho requerido pelo FMI, de acordo com a metodologia adotada pelo mesmo.

Antes da assinatura do acordo com o FMI, o Governo Federal implantou, em 1996, o Programa de Apoio à Reestruturação do Ajuste Fiscal, com o intuito de reordenar as finanças estaduais. Isso fez com que, praticamente, todos os estados renegociassem as suas dívidas, alongando os seus prazos, tendo em vista que o Governo considerava como condição imprescindível que eles melhorassem suas finanças.

---

<sup>2</sup> Esse conceito, calculado pelo Banco Central, exclui as despesas com os juros nominais incidentes sobre a dívida líquida do setor público.

Com os ajustes que se efetivaram no período de 1995 a 1999, os estados e os municípios passaram de um déficit primário de 0,17% do PIB para um superávit de 0,21% do PIB naquele último ano, o que evidencia um efetivo esforço fiscal dessas esferas de governo. Na verdade, foram os estados que tiveram uma maior pressão para efetuarem ajustes em vista da necessidade de renegociarem os seus endividamentos internos com a União, que exigiu, para isso, uma reestruturação das contas fiscais desse nível de governo.

Quanto à esfera municipal, na medida em que os municípios brasileiros não possuem, na sua maioria, dívidas públicas elevadas, foram poucos (180) aqueles que tiveram que renegociá-las com o Governo Federal<sup>3</sup>. Alguns estudos têm sugerido que esse nível de governo não vem tomando decisões suficientemente eficazes para reduzir os seus desequilíbrios fiscais. Aliado a esse fato, consideram que os municípios, ao disporem de transferências constitucionais, não fazem um esforço mais consistente para ampliar as suas receitas próprias.<sup>4</sup>

Todavia, com a redução da participação do Governo Federal e também do Estadual na receita disponível, uma maior ou menor possibilidade de acesso à renda pública pelos municípios se constitui numa “questão vital” para garantir a capacidade de implementar suas políticas públicas.

Cabe ressaltar, ainda, que um importante instrumento de controle foi adotado a partir de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a qual impõe limites máximos para as dívidas públicas e despesas com pessoal e aplica sanções aos responsáveis por desvios, além de exigir a formulação de metas trienais para as três esferas de governo. Para os níveis subnacionais de governo, a principal sanção para o descumprimento das regras é a suspensão do recebimento de repasses de transferências voluntárias e de contratação de empréstimos.

---

<sup>3</sup> As renegociações das dívidas municipais foram efetivadas a partir da Resolução nº 74, de junho de 1999, do Senado Federal, com prazo de 30 anos e juros de 9% ao ano mais correção do principal pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI).

<sup>4</sup> A Constituição de 1988 proporcionou um aumento das transferências constitucionais para os municípios, tanto através do FPM quanto da cota-parte do ICMS, que foi ampliada de 20% para 25% do total arrecadado por esse imposto.

## 2 - AS FINANÇAS PÚBLICAS NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS

---

Nesta seção, será analisado, primeiramente, o resultado orçamentário do conjunto dos municípios do RS, o qual demonstra a execução do orçamento, confrontando os recursos que se originam dos tributos e dos empréstimos com as despesas totais. Além disso, serão examinadas as receitas totais e as suas principais rubricas por categoria econômica (receitas tributárias e de transferências), bem como suas despesas totais e as mais importantes rubricas de cada categoria (pessoal e investimentos), por classes de tamanho, para o período 1995-99.

### 2.1 - O resultado orçamentário dos municípios do RS

Neste item, serão examinados os resultados orçamentários para o conjunto dos municípios do RS e, também, por classes de tamanho. Esse resultado é medido através do confronto entre as receitas totais e as despesas totais.

Verificando-se o resultado orçamentário para o conjunto dos municípios do RS, observa-se que ocorreu um resultado deficitário durante o período 1995-97 e superávits nos anos de 1998 e 1999, sendo que, neste último ano, o resultado, apesar de positivo, foi menor do que o do ano anterior (Tabela 1). O superávit registrado nos dois últimos anos decorreu de fatores diferenciados. No ano de 1998, o resultado positivo de R\$ 72,32 milhões (a preços de janeiro de 2000) deveu-se a um crescimento expressivo das receitas com transferências, enquanto, no ano de 1999, houve uma redução mais significativa das despesas, principalmente, com investimentos, o que possibilitou o pequeno superávit de R\$ 14,19 milhões.

Analisando a execução orçamentária dos municípios por classes de tamanho, constata-se que todas as classes melhoraram a sua situação financeira no período 1995-99, com uma redução no percentual de municípios deficitários. Enquanto, no ano de 1995, 74,6% dos municípios eram deficitários, no ano de 1999, essa participação diminuiu para 50,3%.

Tabela 1

Execução orçamentária dos municípios do RS — 1995-99

	(R\$ 1 000)				
DISCRIMINAÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999
A - Receita total .....	3 615 561	3 924 809	4 174 462	5 177 978	4 960 205
A.1 - Própria .....	805 994	788 140	833 725	921 149	887 805
A.2 - Transferências .....	2 569 870	2 862 422	3 036 365	3 982 078	3 701 184
A.3 - Operações de crédito .....	83 856	71 806	45 878	32 345	73 188
A.4 - Demais receitas .....	155 841	202 441	258 494	242 406	298 027
B - Despesa total .....	3 797 080	4 164 127	4 250 322	5 105 659	4 946 012
B.1 - Pessoal .....	1 654 670	1 823 698	1 877 032	1 975 268	1 989 039
B.2 - Investimentos .....	549 272	500 251	278 433	505 992	432 456
B.3 - Demais despesas .....	1 593 137	1 840 177	2 094 857	2 624 399	2 524 517
Resultado orçamentário (A - B)	-181 519	-239 318	-75 860	72 319	14 193

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV a preços de jan./00.

## 2.2 - O comportamento das receitas municipais

Nesta seção, far-se-á uma análise das receitas municipais do RS, por classes de tamanho, no período 1995-99, considerando as principais fontes de recursos desses municípios.

As receitas totais dos municípios do RS subiram de R\$ 3,61 bilhões em 1995 para R\$ 5,18 bilhões em 1998 e voltaram a cair em 1999 para R\$ 4,96 bilhões (Tabela 2). Todas as classes de tamanho consideradas apresentaram acréscimos nos seus recursos, tendo se destacado o estrato com mais de 100.000 habitantes, que registrou um crescimento de 46% nas suas receitas, no período 1995-99 (Tabela 3).

Quando se utiliza a receita *per capita* média, por classes de tamanho, verifica-se que são os municípios com até 10.000 habitantes que possuem o maior valor, o qual subiu de R\$ 593,00 em 1995 para R\$ 716,00 em 1999 (ver Tabela 11 do Capítulo 5, **O gasto social nos municípios gaúchos**). Esse resultado reflete, como se verá mais adiante, um aumento das transferências para os municípios de menor tamanho.

Tabela 2

Receita total municipal arrecadada, por classes de tamanho, no RS — 1995-99

	(R\$ 1 000)				
CLASSES DE TAMANHO	1995	1996	1997	1998	1999
Até 10 000 hab. ....	646 212	691 734	780 828	972 881	890 078
De 10 001 a 50 000 hab. ....	960 413	1 026 818	984 961	1 243 248	1 172 542
De 50 001 a 100 000 hab. ...	581 693	547 039	517 086	695 335	686 302
Mais de 100 000 hab. ....	805 254	919 326	906 266	1 201 964	1 177 547
Porto Alegre .....	621 990	739 891	985 321	1 064 550	1 033 736
<b>TOTAL</b> .....	<b>3 615 561</b>	<b>3 924 809</b>	<b>4 174 462</b>	<b>5 177 978</b>	<b>4 960 205</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV a preços de jan./00.

Tabela 3

Evolução da receita total municipal, por classes de tamanho, no RS — 1995-99

	(%)				
CLASSES DE TAMANHO	1995	1996	1997	1998	1999
Até 10 000 hab. ....	100	107	121	151	138
De 10 001 a 50 000 hab. ....	100	107	103	129	122
De 50 001 a 100 000 hab. ....	100	94	89	120	118
Mais de 100 000 hab. ....	100	114	113	149	146
Porto Alegre .....	100	119	158	171	166
Total .....	100	109	115	143	137

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Os dados têm como base 1995 = 100.

As receitas municipais são constituídas, principalmente, por receitas próprias<sup>1</sup>, transferências e operações de crédito.

Uma das mais significativas fontes de receitas municipais é as transferências tanto federais quanto estaduais. Analisando-se as transferências totais para o conjunto dos municípios do RS, observa-se que as mesmas representaram a maior parcela da receita total no período, alcançando uma média de 73,6% (Tabela 4). Essas transferências cresceram 44%, tendo subido de R\$ 2,57 bilhões em 1995 para R\$ 3,70 bilhões em 1999 (Tabela 1).

Examinando as transferências efetuadas para os municípios do RS, por classes de tamanho, observa-se que aqueles mais dependentes dessas receitas são os que têm até 10.000 habitantes, onde estas atingiram 85,9% do total dos seus recursos em 1999.

Dentre as transferências, a que mais se destaca é aquela efetuada pelo Estado para os municípios. Esta ocorre através da cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é formada pelo repasse de 25% da arrecadação total desse tributo para os municípios, via retorno do ICMS. Esse retorno é medido por meio de um coeficiente que inclui o Valor Adicionado Fiscal (VAF) do município, com peso de 75%, e outros fatores, que, somados, representam 25%.<sup>2</sup> Como essa transferência tem como principal variável de cálculo o valor adicionado gerado em cada município, a mesma leva em consideração o dinamismo municipal (Bovo, 1995).

Cabe destacar que nem sempre os municípios, em vista de suas dinâmicas locais, apresentam desempenhos similares aos da economia como um todo, ou seja, a parcela do valor adicionado gerado no município pode registrar taxa de crescimento diferente daquela apresentada pela arrecadação do ICMS. Nesse sentido, pode acontecer que o total arrecadado pelo ICMS no Estado decline num determinado ano, ao mesmo tempo em que, para um município específico, a cota-parte desse imposto aumente. Assim, pode-se considerar que as cotas-partes do ICMS possuem certas similaridades com as receitas próprias do município, uma vez que consideram como componente principal o índice de participação dos municípios no valor adicionado gerado por ele (Bovo, 1995).

---

<sup>1</sup> A receita própria é composta pelas receitas tributárias, receita patrimonial, receita agropecuária, receita industrial, receita de serviços e alienação de bens móveis e imóveis.

<sup>2</sup> Esses fatores foram, em 1999: população (7%), área (7%), número de propriedades rurais (5%), produtividade primária (3,5%), o inverso da taxa de evasão escolar (0,33%), o inverso do coeficiente de mortalidade infantil (0,33%), pontuação no projeto parceria (0,17%) e pontuação fixa (1,67%).



Tabela 4

Participação percentual das transferências na receita total municipal, por classes de tamanho, no RS — 1995-99

CLASSES DE TAMANHO	1995	1996	1997	1998	1999
Até 10 000 hab. ....	83,9	85,0	83,3	86,1	85,9
De 10 001 a 50 000 hab. ....	78,0	79,3	76,8	80,7	79,6
De 50 001 a 100 000 hab. ..	74,9	75,7	75,1	78,4	76,9
Mais de 100 000 hab. ....	69,9	71,2	68,8	75,4	73,7
Porto Alegre .....	45,3	52,9	62,8	64,8	59,4
Total .....	71,1	72,9	72,8	76,9	74,7

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

No entanto, uma vez que o montante arrecadado pelo ICMS reflete o comportamento da atividade econômica, essas transferências, como um todo, dependem do desempenho da economia do Estado do RS.

Ao longo do período em análise, houve um declínio real de 8% dessas transferências aos municípios, as quais passaram de R\$ 1,41 bilhão em 1995 para R\$ 1,29 bilhão em 1999, com queda relativa nas receitas totais de 39,1% para 26,1% nesses mesmos anos (Tabela 5).

Os resultados apresentados pelas transferências da cota-parte do ICMS para o conjunto dos municípios refletem a queda da arrecadação do ICMS ocorrida nesse período, cujo recolhimento caiu 4%, passando de R\$ 5,1 bilhões em 1995 para R\$ 4,9 bilhões em 1999 (Borsatto, Rabelo, Rückert, 2000).

Analisando os municípios pelo seu tamanho, percebe-se que aqueles com população entre 50.001 e 100.000 habitantes foram os que apresentaram um maior declínio de suas receitas de transferências da cota-parte do ICMS, as quais passaram de R\$ 262,9 milhões em 1995 para R\$ 204,0 milhões em 1999, registrando uma queda real de 22,4% nesse período (Tabela 5).

Outra receita significativa de transferências para os municípios é formada pela cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Esse fundo é constituído utilizando 22,5% da receita líquida (receita bruta menos restituições e incentivos fiscais) de dois tributos federais: o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto de Renda (IR). Esses dois impostos têm sua arrecadação influenciada pelo nível da atividade econômica, levando em conta o comportamento da economia brasileira para os seus resultados. Nesse sentido, quando a economia cresce, os seus desempenhos melhoram, e, quando ocorre o contrário, há uma piora nos recolhimentos desses tributos.

Tabela 5

Receita municipal arrecadada com a cota-parte do ICMS, por classes de tamanho, no RS — 1995-99

	(R\$ 1 000)				
CLASSES DE TAMANHO	1995	1996	1997	1998	1999
Até 10 000 hab. ....	209 824	220 656	232 833	225 661	217 454
De 10 001 a 50 000 hab. ....	400 570	418 707	371 670	358 928	339 009
De 50 001 a 100 000 hab. ...	262 936	229 584	206 544	217 326	203 997
Mais de 100 000 hab. ....	368 111	413 764	381 651	368 827	358 107
Porto Alegre .....	173 160	174 677	166 256	174 441	175 954
<b>TOTAL</b> .....	<b>1 414 601</b>	<b>1 457 388</b>	<b>1 358 953</b>	<b>1 345 184</b>	<b>1 294 522</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV a preços de jan./00.

O FPM destaca-se por apresentar uma função distributiva, beneficiando os municípios das regiões que registram uma menor renda. Pela Lei nº 5.172, de 25.10.66, do valor total destinado a esse fundo, 10% serão distribuídos às capitais (de acordo com o número de habitantes e o inverso da renda *per capita* das mesmas). Do total, 86,4% são destinados aos municípios do Interior, e 3,6% vão para o Fundo de Reserva destinado aos municípios com mais de 142.633 habitantes (também distribuídos de acordo com a população e o inverso da renda *per capita*). Os coeficientes desse fundo destinados aos municípios só poderão ser alterados em razão da comprovação de mudanças no número de seus habitantes. A cota-parte da cada município do FPM é proporcional a um coeficiente definido em lei, segundo o número de habitantes (por faixa populacional). Os coeficientes aumentam à medida que cresce a faixa populacional, porém numa proporção menor. São estabelecidos um coeficiente mínimo de 0,6 para todos os municípios com até 10.188 habitantes e um máximo de 4,0 para municípios com mais de 156.216 habitantes (Quadro 1).

No entanto, o critério utilizado para distribuição também leva em conta um coeficiente individual de participação da cada estado. Assim, dois municípios de estados diferentes com a mesma população terão o mesmo coeficiente, mas não receberão o mesmo montante do Fundo. Todavia, desde 1990, cada estado teve sua participação congelada no FPM, ou seja, possui um coeficiente fixo de participação, o que significa que, quando são criados novos municípios, a cota-parte do FPM dos demais municípios do estado respectivo diminui (Martins, 1998).

## Quadro 1

## Coeficiente de participação dos municípios do Interior no FPM

FAIXA DE HABITANTES	COEFICIENTES
Até 10 188	0,6
De 10 189 a 13 584	0,8
De 13 585 a 16 980	1,0
De 16 981 a 23 772	1,2
De 23 773 a 30 564	1,4
De 30 564 a 37 356	1,6
De 37 357 a 44 148	1,8
De 44 149 a 50 940	2,0
De 50 941 a 61 128	2,2
De 61 129 a 71 316	2,4
De 71 317 a 81 504	2,6
De 81 505 a 91 692	2,8
De 91 693 a 101 880	3,0
De 101 881 a 115 464	3,2
De 115 465 a 129 048	3,4
De 129 049 a 142 632	3,6
De 143 633 a 156 216	3,8
Mais de 156 216	4,0

FONTE: Decreto-Lei nº 1.881/81, de 27.08.81.

Também para a distribuição do FPM, é utilizado um percentual diferenciado para cada região do País. Do total destinado ao FPM, 35,3% vão para os municípios da Região Nordeste, 31,2%, para os municípios da Região Sudeste e o restante, 33,5%, aos municípios das Regiões Norte, Centro-Oeste e Sul, evidenciando uma redistribuição inter-regional, além daquela entre municípios de diferentes tamanhos de população.

Levando em conta o conjunto dos municípios do RS, houve um aumento de 22,0% das receitas com o FPM, que subiram de R\$ 832,20 milhões em 1995 para R\$ 1,02 bilhão em 1999 (Tabela 6). No entanto, a participação dessas transferências (FPM) na receita total passou de 23,0% em 1995 para 20,5% em 1999. Isso significa que houve perda relativa dessas receitas, apesar do crescimento absoluto das mesmas, em função de outros recursos que apresentaram um crescimento mais elevado.

Quando são desagregados os dados por tamanho de população, verifica-se que, para o conjunto dos municípios do RS, aqueles menores, até 50.000 habitantes, detêm a maior parcela desse fundo, ou seja, 68,3% do total destinado ao Estado em 1999. Considerando-se apenas aqueles municípios com até 10.000 habitantes, o FPM significou, em média, 43,0% do total das suas receitas no período 1995-99.

Em termos *per capita*, os municípios com maior população são menos beneficiados com o FPM, na medida em que os coeficientes desse fundo aumentam quando cresce a faixa populacional, mas numa proporção menos elevada (Araújo, Oliveira, 2001).

Assim, em 1999, os municípios com até 10.000 habitantes receberam do FPM, em média, R\$ 338,00 por habitante, e aqueles com mais de 100.000 habitantes receberam R\$ 52,00.

O que se observa é que os repasses do ICMS superam as transferências do FPM. No entanto, verifica-se que, enquanto as cotas-partes do ICMS apresentaram declínio, principalmente para aqueles municípios entre 50.001 e 100.000 habitantes, as transferências do FPM para o total dos municípios aumentaram, sobretudo para os pequenos municípios, evidenciando a importância desse recurso para os mesmos.

Agregando-se as receitas provenientes do retorno do ICMS e do FPM, observa-se que a maior parcela das receitas totais dos municípios com até 10.000 habitantes, ou seja, 68,1% em 1999, resultou dessas transferências federais e estaduais.<sup>3</sup> Também para aqueles municípios entre 10.001 e 50.000

---

<sup>3</sup> Além dessas transferências, tanto a União quanto o Estado efetuam outras transferências para os municípios, tais como: 50% do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e 50% do Imposto Territorial Rural (ITR).

habitantes, essas transferências têm uma participação elevada no total de receita, 55,1% em 1999.

De acordo com o editorial da revista de conjuntura econômica da FGV (Vez..., 2000), é preciso alterar as regras atuais do FPM, que incentiva o aumento de pequenos municípios, os quais acabam ficando muito dependentes dos recursos de transferências constitucionais e são beneficiados por elas, quando, no entanto, os municípios com maior número de habitantes são os que necessitam de mais recursos para atender às demandas sociais. Como as receitas com transferências são relativamente menores para os municípios maiores, estes passam a assumir os aumentos de gastos nas áreas sociais com suas receitas próprias.

Ressalte-se que, no período em análise, considerando-se o total das transferências, houve um aumento expressivo no item outras transferências no conjunto dos municípios gaúchos, quando estas, que registravam uma participação de 12,6% em 1995, passaram a ter maior importância relativa, elevando o percentual para 37,6% em 1999. Dentre elas, cabe destacar o item auxílios e contribuições da União, que passaram de 2,9% do total das transferências em 1995 para 14,1% em 1999. Nesse item, estão incluídas as receitas de transferências para o Sistema Único de Saúde, uma vez que a municipalização acelerada provocou um aumento significativo de repasses para municípios, especialmente para o Município de Porto Alegre. Esse aumento substancial da participação dessas transferências no total fez com que, na composição percentual, caísse a participação relativa das demais transferências.

Tabela 6

Receita municipal arrecadada com a cota-parte do FPM, por classes de tamanho, no RS — 1995-99

CLASSES DE TAMANHO	(R\$ 1 000)				
	1995	1996	1997	1998	1999
Até 10 000 hab. ....	290 575	293 360	345 023	384 529	388 623
De 10 001 a 50 000 hab. ....	273 013	279 622	273 200	308 784	306 745
De 50 001 a 100 000 hab. ....	113 891	109 502	104 854	122 381	127 915
Mais de 100 000 hab. ....	123 137	133 884	132 472	160 523	156 397
Porto Alegre .....	31 589	35 030	35 285	39 959	38 733
<b>TOTAL</b> .....	<b>832 205</b>	<b>851 399</b>	<b>890 835</b>	<b>1 016 177</b>	<b>1 018 411</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV a preços de jan./00.

Analisando a relação receita própria/receita total para o conjunto dos municípios do RS, observa-se que houve uma redução na participação de 22,3% em 1995 para 17,9% em 1999 (Tabela 7). Isso significa que a receita própria cresceu menos do que a receita total. As receitas próprias registraram uma pequena elevação real de 10,1%, passando de um montante de R\$ 805,99 milhões em 1995 para R\$ 887,80 milhões em 1999 (Tabela 8), enquanto as receitas totais aumentaram 37,2% nesse mesmo período.

Tabela 7

Participação percentual da receita própria na receita total municipal, por classes de tamanho, no RS — 1995-99

CLASSES DE TAMANHO	1995	1996	1997	1998	1999
Até 10 000 hab. ....	11,2	9,4	9,9	8,8	8,6
De 10 001 a 50 000 hab. ...	16,0	14,2	15,4	13,8	13,6
De 50 001 a 100 000 hab. ....	17,8	16,5	17,7	15,2	15,9
Mais de 100 000 hab. ....	23,8	21,0	21,9	18,6	18,4
Porto Alegre.....	45,8	39,7	32,0	31,5	31,4
Total.....	22,3	20,1	20,0	17,8	17,9

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 8

Receita própria municipal, por classes de tamanho, no RS — 1995-99

(R\$ 1 000)

CLASSES DE TAMANHO	1995	1996	1997	1998	1999
Até 10 000 hab. ....	72 613	64 729	77 158	85 698	76 677
De 10 001 a 50 000 hab. ....	153 408	146 291	151 225	171 531	159 535
De 50 001 a 100 000 hab. ...	103 405	90 448	91 444	105 774	109 439
Mais de 100 000 hab. ....	191 957	193 041	198 300	223 055	217 239
Porto Alegre .....	284 611	293 630	315 598	335 091	324 915
TOTAL .....	805 994	788 140	833 725	921 149	887 805

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV a preços de jan./00.

Essa perda de participação relativa da receita própria também é observada em todos os estratos populacionais analisados. Verifica-se, também, que, quanto menor é o município, no que se refere ao tamanho de sua população, menor é a participação das receitas próprias no total. Os municípios considerados muito pequenos (até 10.000 habitantes) possuíam uma participação média de 9,6% no período 1995-99, enquanto aqueles municípios com mais de 100.000 habitantes (considerados grandes) têm uma participação média da receita própria na receita total de 20,7% nesse mesmo período. Com isso, a receita própria *per capita* média também é maior para os municípios com mais de 100.000 habitantes, a qual atingiu R\$ 75,00 em 1999, enquanto para o total dos municípios ficou em R\$ 60,00.

Pode-se concluir que, na medida em que a arrecadação própria nos municípios menores é muito pequena, tornando-se insuficiente para financiar seus gastos, estes dependem fortemente das transferências constitucionais, enquanto os municípios maiores possuem um maior potencial para geração de receitas próprias.

Por sua vez, segundo a Constituição de 1988, é atribuída aos municípios a competência dos seguintes impostos: Imposto sobre a Propriedade Territorial e Urbana (IPTU), Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (intervivos) (ITBI) e Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos (IVVC)<sup>4</sup>. Afora esses impostos, os municípios podem dispor de recursos de taxas e contribuições de melhoria.

A receita tributária<sup>5</sup> para o conjunto dos municípios do RS registrou uma elevação real de 13,8% em 1999 em relação ao ano de 1995 (Tabela 9).

Para o conjunto dos municípios, o imposto mais significativo em termos de arrecadação é o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, o qual representou 39,0% das receitas tributárias em 1999. No entanto, ao se desagregarem os municípios por classes de tamanho, verifica-se que esse imposto é mais importante apenas naqueles municípios com mais de 100.000 habitantes e na Capital gaúcha (Tabela 10).

O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador a prestação, pelo contribuinte, de serviços de qualquer natureza, desde que esse serviço não esteja compreendido na competência tributária da União ou do Estado. Esse imposto teve sua arrecadação elevada a partir de 1995, com a estabilidade econômica. O ISS subiu, em termos reais, 26,0% no período em análise, refletindo o aumento da participação dos serviços nas atividades econômicas após o Plano Real (Tabela 10).

---

<sup>4</sup> O IVVC foi extinto por Emenda Constitucional em 1993.

<sup>5</sup> O conceito de tributos inclui os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria.

Tabela 9

Receita tributária municipal, por classes de tamanho, no RS — 1995-99

	(R\$ 1 000)				
CLASSES DE TAMANHO	1995	1996	1997	1998	1999
Até 10 000 hab. ....	38 060	36 745	45 937	44 346	37 264
De 10 001 a 50 000 hab. ..	113 015	113 950	117 317	128 162	117 405
De 50 001 a 100 000 hab.	82 579	78 224	80 050	87 024	85 506
Mais de 100 000 hab. ....	157 353	176 234	184 688	205 485	198 402
Porto Alegre .....	231 051	252 829	274 718	288 026	269 562
<b>TOTAL .....</b>	<b>622 058</b>	<b>657 982</b>	<b>702 711</b>	<b>753 043</b>	<b>708 140</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV a preços de jan./00.

Tabela 10

Receita arrecadada pelo ISS, por classes de tamanho, no RS — 1995-99

	(R\$ 1 000)				
CLASSES DE TAMANHO	1995	1996	1997	1998	1999
Até 10 000 hab. ....	3 062	3 460	5 348	6 805	6 887
De 10 001 a 50 000 hab.	16 822	20 028	24 426	29 730	25 597
De 50 001 a 100 000 hab.	21 807	21 493	22 109	24 111	23 741
Mais de 100 000 hab. ....	55 863	64 689	70 303	78 035	73 651
Porto Alegre .....	121 451	133 368	145 617	154 091	145 959
<b>TOTAL .....</b>	<b>219 006</b>	<b>243 038</b>	<b>267 804</b>	<b>292 773</b>	<b>275 835</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV a preços de jan./00.

Já o Imposto Predial e Territorial Urbano tem como fato gerador a propriedade de domínio útil ou a posse de um bem imóvel urbano, sobre cujo valor venal incide a base de cálculo. Não há legislação para a fixação e a limitação de alíquotas, ficando sua definição a cargo do município.

O sistema progressivo de cobrança do IPTU foi adotado em 1998, mas, por ação de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, esse sistema foi eliminado. Todavia, em 2000, o Congresso Nacional aprovou uma emenda à Constituição Federal, autorizando novamente o sistema progressivo.



O IPTU representou, em média, 36,0% do total da receita tributária do período. Esse imposto vem aumentando nos últimos anos, apresentando um crescimento real de 9,0% entre 1995 e 1999. Um dos motivos considerados para a melhor performance desse imposto é que, desde 1994, com a estabilidade da moeda proporcionada pelas medidas adotadas pelo Plano Real, ficou mais fácil efetuar uma avaliação mais realista dos imóveis e fazer uma atualização dos cadastros (Balthazar, 2000).

Ao desagregar-se o total das receitas arrecadadas com o IPTU, por classes de tamanho, para o conjunto dos municípios do RS, verifica-se que ele é mais importante naqueles municípios com mais de 100.000 habitantes e na Capital (Tabela 11).

Tabela 11

Receita de IPTU arrecadado, por classes de tamanho, no RS — 1995-99

CLASSES DE TAMANHO	(R\$ 1 000)				
	1995	1996	1997	1998	1999
Até 10 000 hab. ....	17 157	16 987	21 948	21 025	14 472
De 10 001 a 50 000 hab. ....	52 287	54 652	54 139	57 560	55 586
De 50 001 a 100 000 hab. ....	29 664	29 872	29 591	31 827	31 500
Mais de 100 000 hab. ....	59 282	66 768	66 081	72 400	70 483
Porto Alegre .....	71 314	80 556	82 158	85 387	79 277
<b>TOTAL</b> .....	<b>229 704</b>	<b>248 835</b>	<b>253 918</b>	<b>268 198</b>	<b>251 318</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV a preços de jan./00.

A participação das receitas de tributos no total dos recursos dos municípios do RS representou, em média, apenas 15,9% no período. Esse percentual evidencia que o volume de impostos arrecadados diretamente pelas prefeituras gaúchas, no seu conjunto, não é expressivo no total das receitas (Tabela 12). A arrecadação de tributos é mais significativa nos municípios maiores.

Segundo Bovo (2001), deveria ocorrer uma alteração no sistema tributário que aumentasse as bases de arrecadação própria dos municípios, pois existe uma ênfase muito grande nas transferências, o que acaba subordinando as esferas subnacionais de governo.

Os municípios contam, ainda, com as operações de crédito (empréstimos) como mais uma fonte de receitas. No entanto, essas receitas enfrentam algumas restrições, tais como o fato de as contratações dependerem dos limi-

tes de endividamento fixados pelo Senado Federal e também de os municípios somente poderem obtê-las se não estiverem com débitos com o PASEP, o FGTS e o INSS. Além disso, para obterem esses recursos, os municípios têm que cumprir com o estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal quanto ao gasto máximo a ser despendido com pessoal (60% da receita corrente líquida).

Considerando-se o conjunto dos municípios gaúchos, a participação das receitas com operações de crédito é pequena, representando, em média, 1,4% do total no período. O volume desses recursos caiu 13% no período, passando de R\$ 83,8 milhões em 1995 para R\$ 73,2 milhões em 1999. Esse comportamento evidencia que a maioria dos municípios gaúchos não utiliza essa forma de financiamento, uma vez que existem diversas restrições para obter esse tipo de recurso, conforme explicitado no parágrafo anterior.

Tabela 12

Participação percentual da receita tributária na receita total municipal,  
por classes de tamanho, no RS — 1995-99

CLASSES DE TAMANHO	1995	1996	1997	1998	1999
Até 10 000 hab. ....	5,9	5,3	5,9	4,6	4,2
De 10 001 a 50 000 hab. ....	11,8	11,1	11,9	10,3	10,0
De 50 001 a 100 000 hab. ....	14,2	14,3	15,5	12,5	12,5
Mais de 100 000 hab. ....	19,5	19,2	20,4	17,1	16,8
Porto Alegre .....	37,1	34,2	27,9	27,1	26,1
Total .....	17,2	16,8	16,8	14,5	14,3

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

## 2.3 - A análise das despesas municipais

Nesta seção, será examinado o total das despesas dos municípios do RS, por classes de tamanho, no período 1995-99. Além disso, serão desagregadas para análise as principais rubricas dos gastos municipais nesse período, ou seja, os dispêndios com pessoal e com investimentos.

As despesas municipais totais dos municípios do RS apresentaram um aumento real de 30,0% no período 1995-99, subindo de R\$ 3,80 bilhões para R\$ 4,95 bilhões nesse intervalo (Tabela 13).

Tabela 13

Despesa total municipal, por classes de tamanho, no RS — 1995-99

	(R\$ 1 000)				
CLASSES DE TAMANHO	1995	1996	1997	1998	1999
Até 10 000 hab. ....	684 142	740 842	779 009	961 846	887 233
De 10 001 a 50 000 hab. ....	1 012 961	1 081 987	994 809	1 223 436	1 182 668
De 50 001 a 100 000 hab. ....	640 836	584 377	532 753	665 223	684 996
Mais de 100 000 hab. ....	853 345	1 025 443	958 933	1 220 308	1 216 113
Porto Alegre .....	605 795	731 477	984 819	1 034 846	975 002
<b>TOTAL</b> .....	<b>3 797 080</b>	<b>4 164 127</b>	<b>4 250 322</b>	<b>5 105 659</b>	<b>4 946 012</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV a preços de jan./00.

Considerando o total dos municípios do RS pelo tamanho da população, verifica-se uma elevação dos dispêndios em todos os estratos de população. Aqueles municípios com mais de 100.000 habitantes obtiveram um maior crescimento (43%) de seus dispêndios (Tabela 14).

Por sua vez, a despesa média *per capita* para o conjunto dos municípios do RS cresceu 45%, subindo de R\$ 435,00 em 1990 para R\$ 630,00 em 1999. Os municípios com até 10.000 habitantes foram os que apresentaram despesas *per capita* mais elevadas (média de R\$ 619,00 no período).

As despesas mais expressivas são aquelas com pessoal, que representaram, em média, 42,1% do total. Para o conjunto dos municípios do RS, essas despesas subiram 20% no período, elevando-se de R\$ 1,65 bilhão em 1995 para R\$ 1,99 bilhão em 1999 (Tabela 1). As participações dessas despesas no total dos dispêndios foram mais elevadas para os municípios com mais de 100.000 habitantes, cujo percentual atingiu, em média, 46,6% no período (Tabela 15).

É importante ressaltar que a União e os estados, bem como os municípios, deverão enquadrar-se na Lei de Responsabilidade Fiscal (que incluiu a Lei Complementar nº 82), no item que se refere à limitação de seus dispêndios com pessoal em 60% da receita corrente líquida. Para se ter uma idéia de quantos municípios estão cumprindo o limite permitido por lei, utilizou-se a relação entre as despesas com pessoal ativo e a receita corrente líquida da Administração Direta<sup>6</sup>. Considerando-se o tamanho dos municípios, verifica-

<sup>6</sup> Utilizou-se somente o pessoal ativo, porque não foi possível disponibilizar as informações de gastos com pessoal total (ativos e inativos) dos municípios do RS, bem como não foi possível obter o total da receita corrente líquida dos municípios.

-se que, no estrato com até 10.000 habitantes, apenas 6,6% dos municípios apresentaram gastos com pessoal acima do limite permitido no ano de 1999. Entre os municípios com número de habitantes entre 10.000 e 50.000, superaram aquele limite 21,0%, enquanto, entre aqueles municípios com mais de 100.000 habitantes, o percentual foi de 50,0%. Esses resultados demonstram que, se fosse utilizado o conceito de pessoal estabelecido na lei, a situação poderia ser pior, ou seja, o percentual de comprometimento seria mais elevado ainda, principalmente, para os grandes municípios.

Tabela 14

Evolução da despesa total municipal, por classes de tamanho, no RS — 1995-99

CLASSES DE TAMANHO	1995	1996	1997	1998	1999
Até 10 000 hab. ....	100	108	114	141	130
De 10 001 a 50 000 hab. ....	100	107	98	121	117
De 50 001 a 100 000 hab. ....	100	91	83	104	107
Mais de 100 000 hab. ....	100	120	112	143	143
Porto Alegre .....	100	121	163	171	161
Total .....	100	110	112	134	130

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Os dados têm como base 1995 = 100.

Tabela 15

Participação percentual das despesas de pessoal na despesa total municipal, por classes de tamanho, no RS — 1995-99

CLASSES DE TAMANHO	1995	1996	1997	1998	1999
Até 10 000 hab. ....	39,2	47,5	45,3	37,9	40,8
De 10 001 a 50 000 hab. ....	45,5	46,3	49,9	42,3	43,7
De 50 001 a 100 000 hab. ....	44,7	45,8	49,5	42,5	42,7
Mais de 100 000 hab. ....	48,9	43,1	51,9	44,4	45,0
Porto Alegre .....	36,6	35,7	27,0	25,8	27,8
Total .....	43,6	43,8	44,2	38,7	40,2

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Por sua vez, os gastos com investimentos municipais têm uma representatividade muito menor do que o de pessoal, apresentando, em média, 10,3% da despesa total. O montante de investimentos efetuados no conjunto dos municípios do RS registrou um volume muito pequeno, tendo caído 21% no período, passando de R\$ 549,27 milhões em 1995 para R\$ 432,45 milhões em 1999 (Tabela 16). Esses gastos dependem dos recursos correntes que os municípios terão após cobrir as suas despesas correntes. Além disso, esses dispêndios contam com as operações de crédito que porventura tenham sido efetuadas pelos municípios. Como já se comentou no item anterior, estes últimos recursos não são muito utilizados pelos municípios do RS.

Verificando os gastos com investimentos por classes de tamanho, observou-se que, em todas as faixas consideradas, os municípios do RS apresentaram queda de seus investimentos no período em análise. A redução mais significativa, de 40%, ocorreu na faixa daqueles municípios com mais de 50.000 até 100.000 habitantes (Tabela 16).

No que se refere aos gastos municipais com o serviço da dívida, observa-se que estes não foram muito expressivos, representando, em média, 5,1% das despesas totais no período 1995-99. Tal fato ocorre na medida em que o montante de empréstimos efetuados pelos municípios não são elevados, fazendo com que os seus dispêndios com essa rubrica também não o sejam.

Tabela 16

Investimentos municipais realizados, por classes de tamanho, no RS — 1995-99

	(R\$ 1 000)				
CLASSES DE TAMANHO	1995	1996	1997	1998	1999
Até 10 000 hab. ....	140 313	134 411	90 971	153 537	104 239
De 10 001 a 50 000 hab. ....	147 810	134 405	73 465	133 718	115 002
De 50 001 a 100 000 hab. ....	101 677	60 507	29 154	57 707	60 438
Mais de 100 000 hab. ....	107 147	119 951	51 425	95 820	95 501
Porto Alegre.....	52 326	50 977	33 417	65 210	57 276
<b>TOTAL</b> .....	<b>549 272</b>	<b>500 251</b>	<b>278 433</b>	<b>505 992</b>	<b>432 456</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

## 2.4 - A capacidade de poupança própria corrente dos municípios<sup>7</sup> do RS

A capacidade de poupança própria corrente (CPPC) é um indicador usado para medir a capacidade dos municípios de realizarem suas despesas correntes utilizando as suas receitas próprias. Assim, quando a capacidade de poupança própria é reduzida ou negativa, significa que os municípios terão uma maior dependência de receitas de transferências para cobrir os seus gastos e efetuar despesas com investimentos.

Considerando o conjunto dos municípios do RS, verifica-se que essa relação, em média, é negativa para os anos de 1995 (-9,47) e 1999 (-12,21), o que evidencia que, nesses dois anos, suas receitas próprias foram insuficientes para cobrir as despesas correntes e dependeram de recursos de transferências para a realização dos investimentos, tendo essa situação se agravado no período.

Todavia Bovo (1995) elaborou um novo indicador, que incluiu a cota-parte do ICMS na receita própria dos municípios, por considerar que essa transferência torna mais eficaz a capacidade própria de investimento. Não incluir essa transferência implica não levar em conta "(...) como fato gerador de poupança própria a dinâmica econômica local, o que pode acarretar importantes distorções analíticas a respeito da real capacidade de poupança dessas esferas de governo" (Bovo, 1995, p. 112).

No caso dos municípios do RS, mesmo incluindo a cota-parte do ICMS para medir a capacidade de poupança própria, apesar de os resultados melhorarem em relação ao índice calculado anteriormente, eles ainda continuaram com níveis negativos. Na média dos municípios, esse indicador atingiu -0,95 em 1995 e -1,68 em 1999, ou seja, piorou no período em análise. Esse resultado demonstra que os municípios do RS não conseguiram cobrir com recursos próprios os seus gastos correntes.

---

<sup>7</sup> A metodologia utilizada para o cálculo dessa capacidade de poupança foi explicitada por Bovo (1995) e utilizada para um conjunto de 42 municípios do Estado de São Paulo.

# 3 - ANÁLISE DAS FINANÇAS MUNICIPAIS POR MESORREGIÕES

---

Tendo em vista avançar a análise das finanças municipais, realizou-se um recorte espacial do Estado, com base nas mesorregiões do IBGE. A análise das principais receitas e despesas municipais por mesorregiões tem por objetivo possibilitar uma comparação entre as regiões, uma vez que elas possuem algumas características econômicas e sociais próprias, decorrentes das formas de ocupação e do tipo de desenvolvimento econômico. Contudo, ainda que relativamente homogêneas, as regiões, obviamente, apresentam, no seu interior, uma certa diversidade, a qual redundava, no caso de certas variáveis, na impossibilidade de tratamento comparativo. É o caso, por exemplo, do FPM. Como as mesorregiões agrupam municípios de diferentes tamanhos e as transferências realizadas através desse fundo são, basicamente, determinadas pelo tamanho da população do município, a análise por regiões perde a sua relevância. Para outras variáveis, entretanto, a comparação pode revelar resultados interessantes. Como as mesorregiões têm extensão territorial e tamanho da população residente muito diferenciados, optou-se pela utilização do conceito *per capita* para a análise das receitas e das despesas, possibilitando, assim, a comparação entre as variáveis.

A análise das finanças municipais por mesorregiões está subdividida em três itens. No primeiro desenvolveu-se uma breve caracterização das mesmas; no segundo, analisaram-se os aspectos mais importantes de suas receitas; e, no terceiro, enfocaram-se suas principais despesas.

Para melhor dimensionar o perfil econômico das mesorregiões, optou-se por apresentar o Valor Adicionado Fiscal, visto que o mesmo corresponde à diferença entre saídas e entradas de mercadorias e serviços realizadas pelos municípios, ou seja, valor gerado pelos mesmos, bem como avalia seu desempenho econômico.

## 3.1 - Caracterização das mesorregiões<sup>1</sup>

O Rio Grande do Sul engloba 467 municípios, que estão distribuídos em sete mesorregiões do IBGE, totalizando 9,9 milhões de habitantes em 1999

---

<sup>1</sup> A caracterização das mesorregiões está baseada, principalmente, na publicação **Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil: Redes Urbanas Regionais: Sul** (2000).

(Tabela 1). As maiores mesorregiões do Estado são a Noroeste, incluindo 202 municípios, e a Metropolitana de Porto Alegre, agregando 96 municípios, totalizando 63,8% do total dos municípios do Estado. Essas duas mesorregiões somam 62,4% da população do RS em 1999. As demais, Nordeste, Centro Ocidental, Centro Oriental, Sudoeste e Sudeste, possuem 169 municípios, concentrando 37,6% da população do Estado (Tabela 1).

Tabela 1

Distribuição dos municípios, por mesorregiões e faixas populacionais, no RS — 1999

MESORREGIÕES	POPULAÇÃO	FAIXAS POPULACIONAIS (hab.)				Total
		Até 10 000	De 10 001 a 50 000	De 50 001 a 100 000	Mais de 100 000	
Noroeste .....	1 963 735	158	37	6	1	202
Nordeste .....	897 285	33	13	3	1	50
Centro Ocidental ...	512 991	20	8	1	1	30
Centro Oriental .....	718 553	30	15	3	1	49
Metropolitana de Porto Alegre .....	4 219 257	48	32	7	9	96
Sudoeste .....	731 606	6	5	4	2	17
Sudeste .....	864 260	10	10	1	2	23
<b>TOTAL .....</b>	<b>9 907 687</b>	<b>305</b>	<b>120</b>	<b>25</b>	<b>17</b>	<b>467</b>

FONTE: FEE/Núcleo de Indicadores Sociais.

### 3.1.1 - Mesorregião Noroeste

A Mesorregião Noroeste reúne 43,3% dos municípios, sendo que a sua maioria (195) está na faixa populacional de até 50.000 habitantes (Tabela 1).

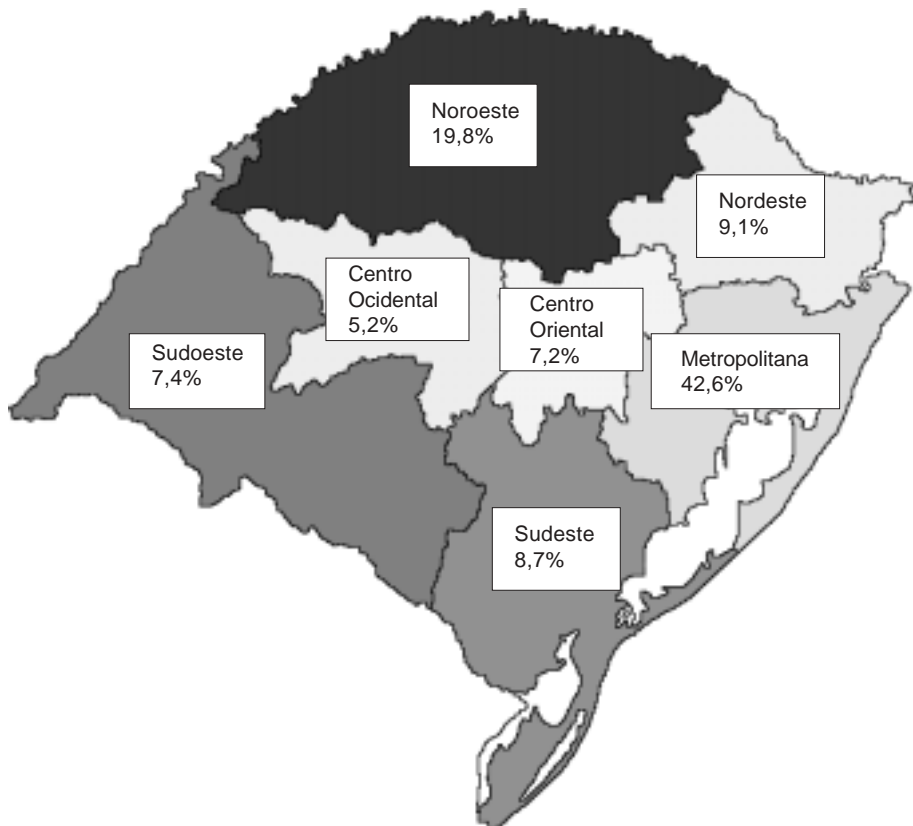
A atividade econômica predominante na região é a agricultura, onde as lavouras de trigo, soja e milho são encontradas em propriedades de pequeno e médio portes; a pecuária é desenvolvida em pequena escala, estando centrada nos suínos e aves. Essa mesorregião se destaca por possuir a maior produção agrícola do Estado.

O setor industrial dessa região, embora tenha pequena participação no total do Rio Grande do Sul, está baseado na agropecuária e é formado por pequenos e médios estabelecimentos distribuídos por toda a mesorregião. Nos municípios de maior porte (Horizontina, Panambi, Passo Fundo e Santa Rosa), as indústrias mais expressivas são as de produtos alimentares, bebidas e mecânica, esta última centrada em máquinas e em implementos agrícolas.



## Mapa 1

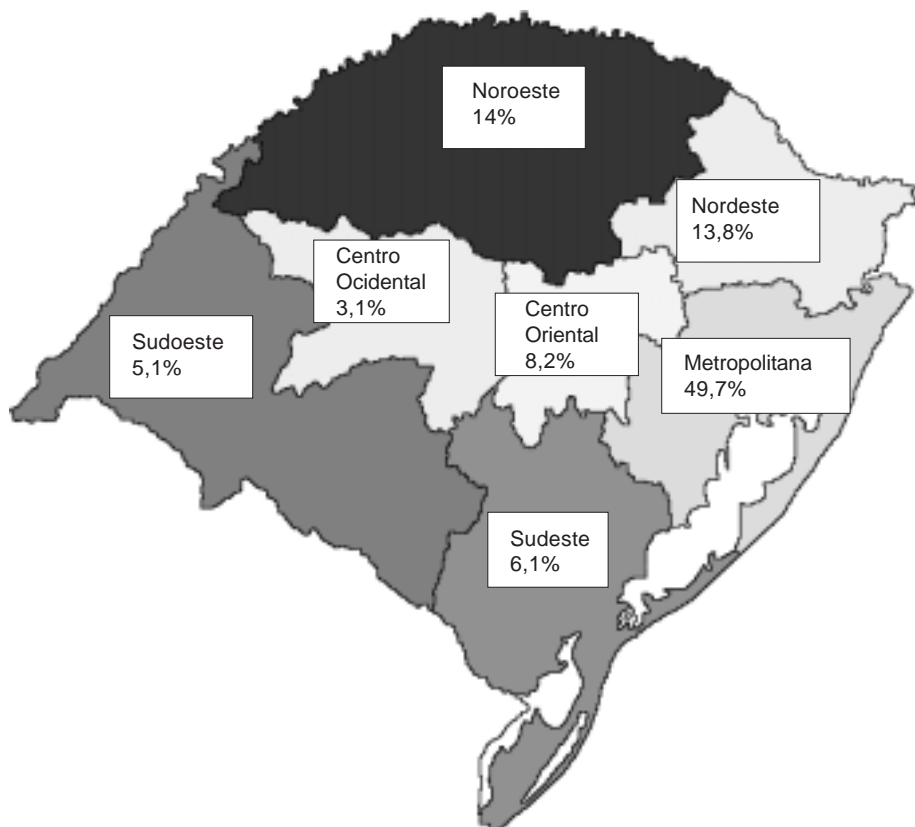
Participação da população, por mesorregiões, no RS — 1999



FONTE DOS DADOS BRUTOS: FEE/Núcleo de Indicadores Sociais.

## Mapa 2

Participação do Valor Adicionado Fiscal, por mesorregiões, no RS — 1999



FONTE DOS DADOS BRUTOS: RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DA FAZENDA.

Disponível em:

<http://www.sefaz.rs.gov.br/asf/D6/Internet/AIM/raim.asp>

Acesso em: 22.05.01.

Os principais centros dessa região constituem-se em pólos ou eixos onde se concentram, em maior volume, as atividades terciárias, tais como comércio, transportes, comunicações, intermediários financeiros, educação e saúde. Como destaque, estão as universidades comunitárias, como a Universidade Regional do Nordeste do Estado do RS (Unijui), a Universidade de Passo Fundo (UPF) e a Universidade Regional Integrada (URI) em Santo Ângelo.

A Mesorregião Noroeste participou para a formação da estimativa do VAF do Rio Grande do Sul com cerca de 14% em 1999, constituindo-se no segundo maior valor do Estado (Tabela 2).

Tabela 2

Valor Adicionado Fiscal, por mesorregiões e classes de tamanho, no RS — 1999

(R\$ 1 000)

MESORREGIÕES	ATÉ 10 000 HABITANTES	DE 10 001 A 50 000 HABITANTES	DE 50 001 A 100 000 HABITANTES	MAIS DE 100 001 HABITANTES	TOTAL
Noroeste .....	2 179 852	2 529 268	1 537 114	859 205	7 105 439
Nordeste .....	588 283	1 698 995	1 625 421	3 113 468	7 026 167
Centro Ocidental .....	326 856	499 213	85 938	656 800	1 568 807
Centro Oriental .....	515 061	1 339 163	1 001 112	1 306 950	4 162 286
Metropolitana de Porto Alegre .....	869 661	5 160 809	2 860 077	16 318 301	25 208 848
Sudoeste .....	162 648	740 853	964 913	702 705	2 571 119
Sudeste .....	318 579	753 239	56 339	1 993 491	3 121 648
<b>TOTAL</b> .....	<b>4 960 940</b>	<b>12 721 540</b>	<b>8 130 914</b>	<b>24 950 920</b>	<b>50 764 314</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DA FAZENDA. Disponível em: <http://www.sefaz.rs.gov.br/asf/D6/Internet/AIM/raim.asp>  
Acesso em: 22.05.01.

### 3.1.2 - Mesorregião Nordeste

A Mesorregião Nordeste é formada por 50 municípios, que perfazem 10,7% dos municípios do Estado. Do total dessa região, o maior número de comunidades (33) está na faixa populacional de até 10.000 habitantes, e 13 estão entre 10.001 e 50.000 habitantes (Tabela 1).

Essa mesorregião está localizada em áreas geograficamente distintas, uma nos chamados “Campos em Cima da Serra” e a outra na Encosta da Serra.

Na primeira, encontram-se municípios com grandes extensões de terra, onde predomina a agropecuária desenvolvida em grandes e médias proprieda-

des rurais. Após os anos 60 e 70, com o *boom* agrícola, as lavouras de soja e trigo ganharam destaque e conseguiram elevar a renda regional em termos relativos. Fazem parte dessa região os Municípios de Vacaria, Cambará do Sul, Lagoa Vermelha, Bom Jesus, São Francisco de Paula, dentre outros.

A segunda engloba municípios com economias mais diversificadas em pequenas propriedades. Essas comunidades foram criadas e desenvolvidas com a influência da imigração européia, que lá se estabeleceu.

Algumas comunidades dessa mesorregião, como Bento Gonçalves e Farroupilha, têm população acima de 50.000 habitantes, e Caxias do Sul supera os 100.000 habitantes. Nesta última, desenvolveram-se gêneros de indústrias mais dinâmicas, direcionadas às exportações, que hoje constituem o segundo complexo industrial do Estado. Também é destaque a vitivinicultura e a produção de vinhos e derivados, tanto para o comércio interno como para a exportação.

A Mesorregião Nordeste participa com 13,8% do VAF do Estado, sendo que Caxias do Sul e Bento Gonçalves contribuem com 6,1% e 1,8% respectivamente (Tabela 2).

### **3.1.3 - Mesorregião Centro-Occidental**

A Mesorregião Centro-Occidental é constituída por 30 municípios, onde 66% dos mesmos são pequenos e com população não superior aos 10.000 habitantes (Tabela 1).

Essa mesorregião está situada em área entre o Planalto e a Campanha (fronteira sudoeste), tem estrutura econômica baseada na agropecuária e nos serviços. Sua produção agrária, nas pequenas e médias propriedades, é diversificada, onde se encontram, dentre outras, lavouras de feijão, batata, mandioca e cebola. Nas áreas de médios e grandes estabelecimentos, predominam a pecuária e as culturas de soja e arroz, que geram cerca de um quarto do produto regional.

A maior cidade dessa mesorregião é Santa Maria, que se constitui em cidade-pólo, centro comercial e de serviços públicos, principalmente nas áreas educacional e de segurança pública. Ela sedia a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), unidades do exército e base aérea, os quais recebem investimentos federais. Nela, concentram-se os comércios varejista e atacadista, bastante desenvolvidos.

A Mesorregião Centro-Occidental tem um setor industrial relativamente pequeno e baseado nos produtos alimentares que atendem ao mercado regional.

Essa mesorregião tem um VAF de 3,1% do total do Estado, sendo que somente Santa Maria contribui com 1,3% desse total (Tabela 2).

### 3.1.4 - Mesorregião Centro-Oriental

A Mesorregião Centro-Oriental é constituída por 49 municípios, dos quais 30 possuem até 10.000 habitantes e apenas um ultrapassa os 100.000 habitantes (Tabela 1). Essa mesorregião está localizada entre o Planalto e a Serra do Sudeste, próxima a Porto Alegre, sendo que parte dela é composta por municípios com grande extensão territorial, tais como Santa Cruz do Sul, Cachoeira do Sul, Rio Pardo e Venâncio Aires.

A economia dessa região é baseada na agropecuária diversificada, em propriedades bastante contrastantes, onde coexistem os grandes e os pequenos estabelecimentos rurais. Alguns segmentos da lavoura são expressivos tanto pelo aspecto quantitativo como pela produtividade, tendo em vista a adoção de técnicas avançadas.

Essa região está bastante relacionada ao plantio e ao beneficiamento do fumo e, também, à criação e ao abatimento de aves em agroindústrias, que contribuem, de forma significativa, para o segmento exportador do Estado. No setor industrial, destacam-se, além do fumo, produtos alimentares, calçados, couros, peles e similares.

O Município de Santa Cruz do Sul, um dos maiores produtores, cuja principal atividade é a fumicultura, contribui com 2,6% do VAF do Rio Grande do Sul, enquanto a mesorregião representa 8,2% do total do Estado (Tabela 2).

### 3.1.5 - Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre

A Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre é a segunda maior do Estado, abrangendo 96 municípios e representando 20,5% do total dos mesmos no Rio Grande do Sul (Tabela 1). Ela concentra o maior volume populacional do Estado, 42,6%, totalizando 4,2 milhões de habitantes em 1999.

Essa região é a mais importante, tanto do ponto de vista econômico quanto sob o aspecto da urbanização, uma vez que nela estão concentradas as atividades mais dinâmicas e mais complexas da economia do Estado.

Para melhor caracterizar essa mesorregião, foram feitos cinco recortes espaciais, de acordo com suas especificidades: Região Metropolitana de Porto Alegre, Eixo Turístico, Aglomerações Litorâneas, Sul da Mesorregião e a área situada ao norte e ao nordeste da RMPA (**Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil: Redes Urbanas Regiões: Sul**).

Nesse estudo, foi analisado somente o constituído pela RMPA (oficial), que é a mais importante do Rio Grande do Sul e que reúne 23 municípios<sup>2</sup> (24% do recorte). Esse recorte correspondeu a um VAF de R\$ 21,8 milhões em 1999, ou 43,0% do total do Estado (Tabela 2).

Nela está localizada a Capital, Porto Alegre, que foi perdendo seu perfil industrial entre 1990-98, em função da falta de grandes áreas locacionais e da incompatibilidade com a qualidade do meio ambiente. Ficaram na Capital as indústrias cujas atividades não produziam ruídos, não operavam com grandes volumes de matérias-primas ou produtos e não necessitavam grandes plantas, mas cuja mão-de-obra deveria ser altamente especializada. Os serviços foram ocupando mais espaço, fazendo com que o perfil do município fosse alterado. A contribuição de Porto Alegre atingiu 15,9% do VAF total do RS.

Entre os principais municípios dessa região, estão São Leopoldo e Novo Hamburgo, nos quais se encontram parques industriais dos mais diversificados, onde se destacam a metalurgia, a mecânica, a borracha e produtos de matéria plástica, dentre outros, em sua maioria ligados à indústria de calçados.

As localidades de São Leopoldo e Novo Hamburgo, além da indústria coureiro-calçadista, desempenham um papel muito importante no setor de comércio e no de serviços. A contribuição em termos do VAF desses dois municípios na RMPA-1 é de 52,0% e no total do Estado é de 4,2% em 1999.

Assim como a Capital, o mesmo aconteceu em Canoas, Esteio e Sapucaia do Sul, que também esgotaram sua capacidade de ampliar suas áreas industriais, não mais comportando grandes plantas, tanto pela falta de espaço quanto pelos custos advindos da atividade industrial. Mesmo assim, os três contribuíram com 9,5% para o VAF do Estado em 1999.

O Município de Triunfo também tem uma situação distinta dos demais, por se constituir em um centro diversificado e de destaque por sediar grande parte da indústria química do Estado. Após o início de operação do III Pólo Petroquímico, contribuiu, fortemente, para a economia do Estado, embora não dependa tecnicamente das atividades econômicas locais, já que sua implantação criou a sua própria infra-estrutura. Esse município teve uma participação de 3,3% no VAF estadual.

Também fazem parte dessa divisão os Municípios de Alvorada e Viamão, que se constituem em cidades-dormitório, embora tenham parques industriais pequenos e de gêneros tradicionais.

O caso de Charqueadas difere destes dois últimos por ter instalado duas grandes plantas: uma de produção termelétrica de energia e outra do gênero da

---

<sup>2</sup> Conforme já mencionado na **Introdução**, esta pesquisa considerou como a Região Metropolitana oficial de Porto Alegre aquela vigente no ano de 1995.

metalurgia — a antiga Aços Finos Piratini. Por sua vez, Eldorado do Sul vem se constituindo, nos últimos anos, em uma localização privilegiada com relação à atração de investimento industrial, por estar situado ao lado da rodovia BR 290 e por se constituir na principal via de ligação entre os estados do centro do País e os países do Mercosul. Finalmente, Glorinha constitui-se em um dos poucos municípios voltados, predominantemente, para a economia agropecuária.

### 3.1.6 - Mesorregião Sudoeste

Entre as mesorregiões com menor número de municípios, está a Sudoeste, dos quais 64,7% estão na faixa de até 50.000 habitantes e apenas dois com população acima de 100.000 habitantes. A Sudoeste é formada por 17 municípios, sendo que cinco deles estão localizados ao longo da fronteira com Uruguai e Argentina (Tabela 1).

Essa mesorregião é parte da chamada Metade Sul<sup>3</sup> do Estado e tem uma atividade econômica basicamente pastoril. Ela é considerada uma das áreas mais estagnadas do Rio Grande do Sul. A decadência dessa região está ligada, principalmente, às crises da política de crédito à agropecuária brasileira e, também, ao uso de tecnologia obsoleta nessas atividades, bem como à concorrência da carne de animais de menor porte, como é o caso do frango e do suíno na maior parte da região. A lavoura orizícola, em contrapartida, tem obtido um bom desempenho, com elevação importante de produtividade em função da adoção de insumos modernos, sementes melhoradas, máquinas e implementos agrícolas adequados, além de financiamentos oficiais. Destaca-se, também, o Setor Terciário, onde o comércio varejista e o atacadista são desenvolvidos em função das aglomerações urbanas binacionais de comércio e rotas tradicionais do Mercosul.

Com alguns municípios, como Uruguaiana, Santana do Livramento e Bagé, localizados na linha da fronteira do Uruguai e da Argentina, essa mesorregião desempenha importante papel na integração entre os países, tanto por ser rota de transporte como pelo pequeno comércio integrado.

O VAF dessa região atinge 5,1% do total do Estado, sendo que os dois municípios que superam os 100.000 habitantes, Bagé e Uruguaiana, participam com 1,4% (Tabela 2).

---

<sup>3</sup> A chamada Metade Sul do Rio Grande do Sul compreende as Mesorregiões Sudoeste e Sudeste, além de parte de outras mesorregiões, totalizando 98 municípios, que representam 56,6% do território e 25,8% da população. Essa região tem passado por um profundo processo de depressão econômica, expresso na perda de participação no PIB gaúcho: de cerca de 38% ao final da década de 30 para pouco mais de 17% em 1994.

### **3.1.7- Mesorregião Sudeste**

Essa mesorregião também faz parte da Metade Sul do Estado e é formada por 23 municípios, parte deles localizados na fronteira com o Uruguai, sendo que 86,9% estão na faixa populacional de até 50.000 habitantes e dois superam os 100.000 habitantes (Tabela 1).

A Mesorregião Sudeste, assim como a Sudoeste, tem economia baseada na agropecuária, predominando os latifúndios. A primeira distingue-se da outra por contar com dois municípios bastante desenvolvidos economicamente — Pelotas e Rio Grande —, considerados os principais pólos industriais e portuários do Estado.

O Município de Pelotas constitui-se em centro intenso de comércio e de serviços para toda a Metade Sul. Sua indústria está voltada para a produção de conservas, máquinas e implementos agrícolas, segmentos da química e beneficiamento de arroz, mas, devido a crises estruturais, crises nacional e internacional, não tem um crescimento significativo.

Rio Grande supera economicamente Pelotas por possuir atividade industrial ligada aos têxteis, à infra-estrutura portuária, a segmentos da química, a refinarias e à produção de fertilizantes, a alimentos e à indústria do pescado. Os serviços portuários são dinâmicos, devido ao fato de que Rio Grande possui o único porto de mar do Estado, com conexões para todo o mundo.

O VAF dessa mesorregião representa 6,1% do Estado, sendo que Pelotas e Rio Grande contribuem com 4% para o Valor Adicionado Fiscal do Rio Grande do Sul (Tabela 2).

## **3.2 - Análise das receitas por mesorregiões**

Neste item, analisam-se os principais componentes da receita das mesorregiões do Estado, salientando-se as receitas totais, as próprias e as de transferências.

A receita total atingiu R\$ 4,96 bilhões, em 1999, no conjunto das sete mesorregiões, enquanto, em 1995, ela somou R\$ 3,61 bilhões (Tabela 3), apresentando um crescimento de 37,2%. Os percentuais apresentados em 1998, em todas as mesorregiões, com exceção da Nordeste, foram superiores aos de 1999. No total das mesorregiões, este último ano apontou um decréscimo de 4,2% em relação a 1998.



A distribuição percentual da receita total arrecadada em 1999 mostra que a Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre concentrou 46,2% do total da receita dos municípios do Rio Grande do Sul (Tabela 3). Isso pode ser explicado pelo fato de que esta engloba 96 municípios, abrangendo 42,6% da população e reunindo os maiores municípios do Estado, tanto pelo tamanho como pelos investimentos públicos e privados lá aplicados (Tabelas 1 e 2). Aquelas com menor participação percentual na receita foram as Mesorregiões Centro-Ocidental, Sudoeste, Sudeste e a Centro-Oriental, que somaram 23,8% do total arrecadado. Estas representavam 28,5% da população, englobando 119 municípios, ou seja, 25,5% das comunidades do Rio Grande do Sul (Tabela 1).

Tabela 3

Receita total municipal arrecadada, por mesorregiões,  
no RS — 1995-99

	(R\$ 1 000)				
MESORREGIÕES	1995	1996	1997	1998	1999
Noroeste.....	799 823	822 085	825 887	1 050 320	967 340
Nordeste .....	376 903	403 713	418 388	517 005	521 097
Centro-Ocidental .....	158 176	174 301	179 130	225 249	222 330
Centro-Oriental .....	259 321	285 707	294 157	373 613	367 663
Metropolitana de Porto Alegre .....	1 567 308	1 751 805	1 973 776	2 373 999	2 290 923
Sudoeste .....	211 499	223 377	221 175	289 541	269 972
Sudeste .....	242 532	263 820	261 949	348 250	321 080
<b>TOTAL .....</b>	<b>3 615 051</b>	<b>3 924 809</b>	<b>4 174 462</b>	<b>5 177 978</b>	<b>4 960 205</b>

FONTES DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV a preços de jan./00.

A receita total *per capita* média, em 1999, atingiu R\$ 632,00 no total das mesorregiões, sendo que a Nordeste ultrapassou a média em R\$ 130,00, alcançando R\$ 762,00 (Tabela 4). Isso pode ser atribuído ao fato de essa ser uma região com um centro industrial muito dinâmico, principalmente nos Municípios de Caxias do Sul e Bento Gonçalves, cuja produção está direcionada para a exportação. As menores receitas *per capita* encontram-se na Sudeste e na Sudoeste, ficando abaixo do valor médio do Estado. Estas duas últimas fazem parte da Metade Sul do Estado, onde os municípios, apesar de ocuparem gran-

des extensões territoriais, têm baixa densidade demográfica e uma economia estagnada.

A receita própria *per capita* das mesorregiões, em 1999, foi de R\$ 60,00, sendo que a Metropolitana de Porto Alegre e a Nordeste ultrapassaram esse valor, chegando a R\$ 85,00 e a R\$ 72,00 respectivamente. As mesorregiões com menor valor *per capita* foram a Sudoeste e a Sudeste, em função do seu baixo dinamismo econômico (Tabela 4).

Considerando-se o montante das receitas obtidas através das transferências em 1999, verificou-se que o maior valor médio *per capita* se encontrava na Mesorregião Nordeste, com R\$ 658,00, enquanto a menor receita apresentada estava na Sudeste, com R\$ 434,00 (Tabela 4).

Uma das principais transferências para os municípios é o retorno da cota-parte do ICMS. O ICMS médio *per capita* de todas as regiões, em 1999, foi de R\$ 158,00. As mesorregiões que superaram esse valor foram a Nordeste (R\$ 216,00) e a Centro-Oriental (R\$ 174,00) (Tabela 4).

Em termos de receita *per capita* média, as transferências realizadas através do FPM superaram, em 1999, as do ICMS, quando alcançaram R\$ 262,00 e R\$ 158,00 respectivamente. As mesorregiões que mais receberam recursos desse fundo foram a Nordeste (R\$ 324,00) e a Noroeste (R\$ 294,00), sendo que as demais tiveram uma receita bem abaixo da média (Tabela 4).

Tabela 4

Receitas *per capita* médias selecionadas, por mesorregiões, no RS — 1999

MESORREGIÕES	RECEITA PRÓPRIA	TRANSFERÊNCIAS			RECEITA TOTAL
		FPM	ICMS	Total	
Noroeste .....	52	294	147	592	636
Nordeste .....	72	324	216	652	762
Centro-Occidental .....	56	258	145	524	608
Centro-Oriental .....	50	261	174	535	623
Metropolitana de Porto Alegre .....	85	208	152	486	618
Sudoeste .....	40	149	150	437	510
Sudeste .....	41	158	141	434	506
<b>Total .....</b>	<b>60</b>	<b>262</b>	<b>158</b>	<b>553</b>	<b>632</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV a preços de jan./00.

### 3.3 - Análise das despesas por mesorregiões

Neste item, são analisadas as principais despesas municipais das mesorregiões do Estado, salientando-se as com pessoal, com investimentos e as totais.

A mesorregião que apresentou maior despesa total *per capita* média em 1999 foi a Nordeste (R\$ 750,00), e a que teve menor dispêndio foi a Sudeste (R\$ 500,00). As demais tiveram suas despesas totais *per capita* inferiores à média das mesorregiões (Tabela 5).

Em termos de dispêndio *per capita* médio com pessoal, as mesorregiões que atingiram os maiores valores em 1999 foram a Nordeste (R\$ 276,00), seguida pela Centro-Occidental (R\$ 262,00). A menor despesa *per capita* média foi de R\$ 231,00, realizada pela Centro-Oriental (Tabela 5).

Por sua vez, os investimentos *per capita* médios não ultrapassaram, em nenhuma mesorregião, os R\$ 100,00 gastos na Nordeste, o que significa muito pouco na despesa *per capita* média total (Tabela 5).

Tabela 5

Despesas municipais *per capita* médias selecionadas, por mesorregiões,  
no RS — 1999

MESORREGIÕES	(R\$)		
	DESPESA PESSOAL	INVESTIMENTO	DESPESA TOTAL
Noroeste .....	255	70	632
Nordeste .....	276	100	750
Centro-Occidental .....	262	65	627
Centro-Oriental .....	231	81	617
Metropolitana de Porto Alegre .....	258	82	621
Sudoeste .....	255	41	518
Sudeste .....	253	35	500
<b>Total</b> .....	256	74	630

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV a preços de jan./00.



## 4 - ANÁLISE DAS FINANÇAS PÚBLICAS DA RMPA

---

A seguir, serão analisadas as receitas totais da RMPA, desagregando-se os seus itens principais, tais como: receitas próprias e transferências. Também serão examinadas as despesas totais dos municípios dessa região, considerando o período 1995-99.

A Região Metropolitana de Porto Alegre era constituída de 23 municípios do Estado do Rio Grande do Sul em 1999,<sup>1</sup> que respondiam por 33,9% da população total do RS. Essa região engloba cidades de diferentes tamanhos, tais como na faixa de até 50.000 habitantes (seis), na faixa de mais de 50.000 a 100.000 (quatro), naquelas com mais de 100.000 até 500.000 (oito) e inclui um município com mais de 500.000. Há uma concentração demográfica na Capital — Porto Alegre —, que é responsável por 38,5% da população da região metropolitana.

### 4.1 - Análise das receitas da RMPA

Neste item, efetuar-se-á uma análise das receitas totais da RMPA e de suas principais componentes, que são a receita própria e as transferências.

A receita total da RMPA apresentou um crescimento expressivo de 50% em 1999 em relação a 1995 (Tabela 1), enquanto a receita própria dessa região obteve um aumento real de 14% no período, subindo de R\$ 394 milhões em 1995 para R\$ 448 milhões em 1999.

Em termos de receita *per capita* média, houve, na RMPA, um aumento real de 12%, passando de R\$ 469,00 em 1995 para R\$ 525,00 em 1999.

Existe uma diferenciação fiscal muito expressiva entre os municípios da RMPA. A comparação das receitas próprias não esclarece essa questão, pois esses municípios possuem tamanhos de população muito diferenciados. O importante é saber se o volume de receita própria de cada município é elevado ou não em relação à sua população. Para isso, é importante utilizar-se o indicador de arrecadação dos municípios em termos *per capita*. Nesse caso, destaca-se

---

<sup>1</sup> Como já foi referido nas notas metodológicas, os municípios considerados no estudo referem-se ao total existente no ano-base de 1995.

a Capital, que possuía, em 1999, uma receita própria *per capita* de R\$ 251,00, e o Município de Triunfo, com uma receita própria *per capita* de R\$ 335,00. Este último município, que possui atividades na área petroquímica e população reduzida, é dependente das transferências do ICMS, as quais foram responsáveis por 61,8% da sua receita total em 1999. Essa transferência, em termos *per capita*, foi mais elevada em Triunfo do que nos outros municípios da RMPA, atingindo R\$ 1.234,00 nesse ano (Tabela 2).

Tabela 1

Receita própria, de transferências e total municipal na RMPA — 1995-99

(R\$ 1 000)

DISCRIMINAÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999
Própria .....	393 669	398 921	425 330	458 880	447 791
Transferências .....	740 427	887 975	1 081 559	1 341 532	1 233 204
Total .....	1 227 325	1 387 952	1 605 087	1 891 078	1 837 121

FONTES DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV a preços de jan./00.

Pela análise do conjunto dos municípios da RMPA, pode-se concluir que a forma de repartição dos recursos do ICMS beneficia aqueles municípios de menor porte, mas que apresentam alguma atividade econômica expressiva, pois esta será influenciada, principalmente, pelo VAF (75%) em cada município, e num percentual bem menor (7%) pelo tamanho da população.

Nesse caso, cita-se o Município de Porto Alegre, que recebeu 39,4% do total dessas transferências, pois registra o maior VAF (36,8% do total da RMPA) e, no entanto, em termos *per capita*, atingiu R\$ 136,00, valor bem menor do que o alcançado pelo Município de Triunfo. Ressaltem-se, ainda, os Municípios de Alvorada e Viamão, que, por não possuírem parques industriais expressivos (são consideradas cidades-dormitórios), apresentam uma receita de ICMS *per capita* muito pequena, de R\$ 25,00 e R\$ 28,00 respectivamente. Cabe registrar, também, o Município de Eldorado do Sul, que se constitui num município com intensa atividade industrial e com um retorno de ICMS *per capita* expressivo de R\$ 297,00 em 1999.

Tabela 2

Receita total e *per capita* de ICMS, FPM e total de transferências e participação percentual na receita total da RMPA — 1999

MUNICÍPIOS	ICMS (R\$)		FPM (R\$)		TOTAL DE TRANSFERÊNCIAS (R\$)	
	Valores	<i>Per Capita</i>	Valores	<i>Per Capita</i>	Valores	<i>Per Capita</i>
Alvorada .....	4 322 598	25	10 684 633	61	27 054 162	155
Cachoeirinha .....	11 165 210	108	6 129 558	60	28 568 581	277
Campo Bom .....	8 956 723	163	4 504 229	82	21 645 508	394
Canoas .....	58 916 974	202	11 367 252	39	97 916 751	335
Charqueadas .....	4 293 596	152	2 972 582	105	11 019 383	390
Dois Irmãos .....	3 068 924	152	2 456 852	121	7 979 539	394
Eldorado do Sul .....	7 625 009	297	2 866 327	112	14 035 427	547
Estância Velha .....	4 892 373	146	3 275 802	98	11 339 343	339
Esteio .....	14 380 791	185	5 331 198	69	27 583 429	355
Glorinha .....	453 584	95	1 228 426	257	2 124 775	444
Gravataí .....	21 033 013	97	11 184 431	51	59 436 372	273
Guaíba .....	8 300 748	92	5 861 005	65	21 823 704	243
Ivoti .....	3 310 709	229	2 048 281	142	7 825 685	541
Nova Hartz .....	3 136 950	227	1 637 220	118	6 753 031	489
Novo Hamburgo .....	32 634 296	136	9 829 426	41	75 895 414	317
Parobé .....	8 915 437	191	3 685 776	79	19 480 795	417
Portão .....	3 950 830	162	2 456 852	101	9 190 995	377
Porto Alegre .....	175 954 081	136	38 732 676	30	613 748 825	475
São Leopoldo .....	18 928 140	100	11 367 494	60	46 560 637	247
Sapiranga .....	7 250 912	106	4 867 726	71	21 116 474	309
Sapuçaia do Sul .....	13 496 083	115	6 926 242	59	33 055 697	280
Triunfo .....	25 497 294	1 234	2 365 834	115	34 066 522	1 649
Viamão .....	5 908 825	28	11 388 696	54	34 982 609	166
<b>RMPA .....</b>	<b>446 393 101</b>	<b>190</b>	<b>163 168 517</b>	<b>86</b>	<b>1 233 203 657</b>	<b>409</b>

(continua)

Tabela 2

Receita total e *per capita* de ICMS, FPM e total de transferências e participação percentual na receita total da RMPA — 1999

MUNICÍPIOS	PERCENTUAL NA RECEITA TOTAL			RECEITA TOTAL (R\$)
	ICMS	FPM	Total de Transferências	
Alvorada .....	11,7	28,8	73,0	37 049 180
Cachoeirinha .....	32,5	17,9	83,2	34 316 769
Campo Bom .....	28,6	14,4	69,1	31 315 375
Canoas .....	47,8	9,2	79,4	123 292 137
Charqueadas .....	33,0	22,9	84,8	12 993 780
Dois Irmãos .....	28,6	22,9	74,5	10 712 469
Eldorado do Sul .....	47,4	17,8	87,3	16 079 824
Estância Velha .....	29,1	19,5	67,4	16 826 349
Esteio .....	40,5	15,0	77,6	35 534 797
Glorinha .....	17,4	47,0	81,3	2 612 902
Gravataí .....	29,1	15,5	82,4	72 162 283
Guaíba .....	32,7	23,1	85,9	25 397 235
Ivoti .....	34,0	21,0	80,3	9 739 797
Nova Hartz .....	39,3	20,5	84,6	7 986 273
Novo Hamburgo .....	29,0	8,7	67,4	112 602 134
Parobé .....	40,9	16,9	89,3	21 802 948
Portão .....	30,8	19,1	71,6	12 838 003
Porto Alegre .....	17,0	3,7	59,4	1 033 735 755
São Leopoldo .....	27,9	16,8	68,7	67 822 659
Sapiranga .....	27,0	18,1	78,6	26 865 768
Sapucaia do Sul .....	34,9	17,9	85,5	38 666 019
Triunfo .....	61,8	5,7	82,6	41 264 806
Viamão .....	13,0	25,0	76,9	45 504 103
<b>RMPA .....</b>	<b>24,3</b>	<b>8,9</b>	<b>67,1</b>	<b>1 837 121 367</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV a preços de jan./00.



Uma outra fonte de recursos significativa é a transferência efetuada através da cota-parte do FPM, que representa uma importante fonte de recursos para os municípios, contribuindo com 8,9% do total das receitas da RMPA. Para medir a capacidade redistributiva do FPM, é interessante verificar essas transferências em termos *per capita*. Viu-se que a metodologia adotada para a repartição do FPM beneficia aqueles municípios com menor população. Percebe-se, na RMPA, que aqueles municípios que recebem mais recursos de transferências *per capita* são os que apresentam menor contingente populacional (abaixo de 50.000 habitantes). Em contrapartida, o município que menos recebeu recurso dessa transferência, em termos *per capita*, foi aquele mais populoso, que é a Capital (R\$ 30,00 em 1999) — Tabela 2.

## 4.2 - Análise das despesas da RMPA

Neste item, serão examinadas as despesas totais da RMPA no período 1995-99, explicitando o comportamento dos principais componentes dos dispendios dessa região.

A Região Metropolitana de Porto Alegre registrou um aumento real de suas despesas de 43% de 1995 a 1999, passando de R\$ 1,25 bilhão para R\$ 1,80 bilhão nesse período (Tabela 3). Esse resultado foi bastante superior, portanto, ao crescimento observado no conjunto dos municípios (30%). As despesas realizadas na RMPA, que representavam 33,1% do total dos gastos para o conjunto dos municípios do RS em 1995, passaram a representar 36,3% em 1999. Com isso os gastos *per capita* médios dos municípios da RMPA subiram de R\$ 453,00 em 1995 para R\$ 532,00 em 1999.

Tabela 3

Despesas com pessoal, investimentos e total municipal na RMPA — 1995-99

	(R\$ milhões)				
DISCRIMINAÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999
Pessoal (1) .....	557 661	605 653	633 456	652 262	667 109
Investimentos .....	141 824	139 618	73 887	133 947	134 006
Total .....	1 255 602	1 446 415	1 643 589	1 831 463	1 797 605

FONTES DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV a preços de jan./00.

(1) Não inclui inativos, pensionistas e salário-família.

As principais despesas da RMPA são com pessoal ativo. Estas subiram 19% no período, passando de R\$ 557,66 milhões em 1995 para R\$ 667,11 milhões em 1999. Neste último ano, do total dos municípios da RMPA, seis (26,1%) superaram 60% da receita corrente líquida da Administração Direta com o pagamento de pessoal ativo.

As despesas com investimentos da RMPA caíram 5%, tendo se reduzido de R\$ 141 milhões em 1995 para R\$ 134 milhões em 1999. A representatividade desses gastos no total da despesa também diminuiu: enquanto, em 1995, representaram 11,2% do total, em 1999, declinaram para 7,5% do total (Tabela 3).

### **4.3 - Análise das finanças públicas do Município de Porto Alegre**

Neste item, será efetuada uma análise do resultado orçamentário do Município de Porto Alegre. Além disso, será examinada a receita orçamentária do Município, considerando-se as suas principais componentes, bem como se fará um exame das principais contas pelo lado da despesa.

#### **4.3.1- O resultado orçamentário do Município de Porto Alegre**

Observando-se o resultado da execução orçamentária do Município de Porto Alegre, verifica-se que o mesmo apresentou superávits orçamentários ao longo de todo o período analisado. O resultado positivo registrado pelo Município de Porto Alegre aumentou 263% no período, passando de um montante de R\$ 16,19 milhões em 1995 para R\$ 58,73 milhões em 1999 (Tabela 4). Essa performance evidencia que a situação financeira da capital do Estado é melhor que a do conjunto dos municípios gaúchos, os quais registraram, na maioria dos anos, um resultado deficitário.

#### **4.3.2 - As receitas do Município de Porto Alegre**

A seguir, serão analisadas as receitas totais do Município de Porto Alegre, no período 1995-99, ressaltando as suas principais componentes, que são a receita própria e as transferências.

As receitas totais do Município de Porto Alegre subiram de um valor de R\$ 621,99 milhões em 1995 para R\$ 1,03 bilhão em 1999, com um aumento real de 66% no período (Tabela 4). Com isso, a receita *per capita* de Porto Alegre, considerando o conjunto dos municípios do RS, foi a que obteve o maior aumento, passando de R\$ 393,00 em 1990 para R\$ 800,00 em 1999.

No Município de Porto Alegre, a participação das receitas próprias na receita total foi muito elevada no período, apresentando um percentual médio de

36,7%. Em termos *per capita*, essa receita, em Porto Alegre, foi de R\$ 251,00 em 1999.

A arrecadação de tributos é mais significativa nos municípios maiores, ou seja, com mais de 100.000 habitantes. As receitas tributárias de Porto Alegre responderam por 36,5% das suas receitas totais, na média do período.

O ISS é o imposto que gera a maior parcela das receitas tributárias de Porto Alegre — 54,1% do total em 1999 — e aumentou de R\$ 121,45 milhões em 1995 para R\$ 145,96 milhões em 1999, o que significou um crescimento real de 20% no período (Tabela 5 do Anexo 1).

Já o IPTU vem registrando uma queda de participação na receita total, descendo de 11,4% em 1995 para 7,6% em 1999, tendo em vista que houve um aumento de representatividade muito acentuado das transferências. Todavia o IPTU apresentou um crescimento real de 11% no período, subindo de R\$ 71,31 milhões em 1995 para R\$ 79,27 milhões.

Existe uma preocupação em elevar as receitas tributárias próprias do Município. Com esse objetivo, a Secretaria Municipal de Porto Alegre desenvolveu um projeto de *software* denominado Sistema Anti-Sonegação (SAS) para fiscalizar os tributos municipais. Primeiramente, foi implantado para o ISS — através do monitoramento dos maiores contribuintes desse imposto —, estando prevista, ainda, a sua utilização para os demais tributos. Essa Secretaria também criou um sistema de informatização (janeiro de 1997) para o ITBI, com o objetivo de operacionalizar as atividades de lançamento, arrecadação e cobrança desse imposto, o que permitiu um aumento de receita com o mesmo.

Analisando o total das transferências para o Município de Porto Alegre, verifica-se que houve um aumento expressivo, tendo passado de R\$ 281,5 milhões em 1995 para R\$ 613,75 milhões em 1999 (Tabela 4). Esse crescimento substancial (118%) no período deveu-se ao item “outras transferências” (federais e estaduais), que subiram de R\$ 76,77 milhões em 1995 para R\$ 399,08 milhões em 1999, em vista dos repasses efetuados pelo SUS para o Município de Porto Alegre, decorrentes da municipalização nessa área (Tabela 4).

No entanto, no que se refere ao repasse do FPM para o Município de Porto Alegre, sua participação no total das receitas é muito pequena, tendo atingido uma média de 4,2% no período em análise. Como já foi comentado na análise efetuada para a RMPA, a capital do Estado recebeu, em 1999, R\$ 30,00 *per capita* de transferências através do FPM.

No que diz respeito aos recursos da cota-parte do ICMS, estes são mais expressivos, mas tiveram um crescimento pequeno no período (2%), passando de R\$ 173,16 milhões em 1995 para R\$ 175,95 milhões em 1999. Todavia, dado o crescimento das outras transferências, as receitas provenientes da cota-parte do ICMS para Porto Alegre vêm perdendo representatividade. Em 1995, essa receita representava 27,8% do total dos recursos da Capital, passando para 17,0% em 1999.

Tabela 4

## Receitas e despesas realizadas em Porto Alegre — 1995-99

DESCRIÇÃO DE CONTAS	(R\$ 1 000)				
	1995	1996	1997	1998	1999
A - Receita total .....	621 990	739 891	985 321	1 064 550	1 033 736
A.1 - Receita própria .....	284 611	293 630	315 598	335 091	324 915
A.2 - Transferências .....	281 517	391 758	618 467	690 164	613 749
FPM .....	31 589	35 030	35 285	39 959	38 733
ICMS .....	173 160	174 677	166 256	174 441	175 954
Outras transferências .....	76 768	182 050	416 926	475 763	399 062
A.3 - Operações de crédito .....	10 258	2 060	8 900	7 669	33 607
B - Despesa total .....	605 795	731 477	984 819	1 034 846	975 002
B.1 - Despesa com pessoal .....	221 660	260 893	265 745	267 333	270 745
B.2 - Despesa com investimentos	52 326	50 977	33 417	65 210	57 276
B.3 - Serviço da dívida .....	9 221	10 570	9 788	15 057	12 889
Resultado orçamentário (A - B) ...	16 195	8 415	502	29 704	58 734

FONTES DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV a preços de jan./00.

No que se refere às receitas com operações de crédito, o Município de Porto Alegre apresentou um comportamento errático no período. No ano de 1995, o Município obteve R\$ 10,26 milhões com operações de crédito, o que representou 1,6% no total das receitas. Já no ano de 1996, essas receitas caíram para R\$ 2,06 milhões (0,3% do total), subindo para R\$ 8,90 milhões (0,9% do total) em 1997, voltando a cair para R\$ 7,67 milhões (0,7% do total) em 1998 e atingindo o seu máximo em 1999, quando somou R\$ 33,61 milhões (3,2% do total). Vale destacar que, neste último ano, 56,6% das operações de crédito se referiram a recursos alocados na função Habitação e Urbanismo para a construção da terceira perimetral do Município.

#### 4.3.3 - As despesas do Município de Porto Alegre

As despesas totais de Porto Alegre apresentaram um crescimento real significativo de 61% em 1999 em relação a 1995, tendo se elevado de R\$ 605,79 milhões para R\$ 975,00 milhões no período (Tabela 4).

O Município de Porto Alegre registrou um aumento dos seus investimentos de 9%, os quais subiram de R\$ 52,33 milhões em 1995 para R\$ 57,28 milhões em 1999.

Já os gastos com pessoal ativo da capital do RS aumentaram 22% no período, subindo de R\$ 221,66 milhões em 1995 para R\$ 270,74 milhões em 1999. Essas despesas em relação à receita corrente líquida representaram um percentual de 31,3%, em média, durante o período analisado.

Com relação ao serviço da dívida (amortização mais encargos), observa-se um aumento real de 40% no período, subindo de R\$ 9,22 milhões em 1995 para R\$ 12,89 milhões em 1999. Esse acréscimo decorreu de uma maior utilização de receitas de operações de crédito em períodos anteriores, que geraram para o futuro o pagamento dos respectivos serviços dessas dívidas.



# 5 - O GASTO SOCIAL NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS

---

## 5.1 - O processo de descentralização das áreas sociais

O processo de descentralização das políticas sociais em curso no País tem sido fator importante na definição de recursos para as áreas sociais, considerando-se o estágio diferenciado em que se encontram as diversas áreas. Neste item, procura-se contextualizar o processo de descentralização de três áreas — saúde, educação e assistência social — sendo estas onde houve um processo mais significativo de transferência de atribuições e de recursos. Serão apresentados, ainda, os gastos sociais totais realizados pelo Estado e pelos municípios, comparando seu desempenho ao longo da década de 90.

### 5.1.1 - O processo de descentralização e a legislação para estados e municípios

Ao longo do regime militar, fortaleceu-se um modelo de política social extremamente centralizado e excludente, que encontrou seu limite na crise fiscal e na redemocratização do País na década de 80. A excessiva centralização das políticas sociais e dos mecanismos de seu financiamento e a reduzida autonomia de que desfrutavam estados e municípios para sua implementação tornavam os gastos sociais extremamente dependentes do Governo Federal e de sua capacidade para financiá-los (Oliveira, 1998). Frente a isso, a pressão social era feita para, de um lado, descentralizar e, de outro, universalizar as políticas sociais. Assim, ao final dos anos 80, entrou na pauta de discussão o papel que caberia ao Estado desempenhar. Passou-se a discutir tanto o tamanho quanto os objetivos do Estado, tendo em vista, por um lado, um recorrente déficit fiscal e, de outro, o recente alargamento das funções do Estado (como, por exemplo, a universalização do atendimento à saúde).

Vários autores têm enfatizado o fato de que a descentralização no Brasil tem se implantado de maneira “descoordenada” ou “caótica”. Affonso (1996, p. 4), por exemplo, enfatiza que “(...) a característica central do processo de descentralização no Brasil é a sua descoordenação”. Aqui, a descentralização não foi comandada pelo Governo Federal. Ela decorreu, basicamente, do processo de redemocratização desencadeado no bojo do aprofundamento da crise econômica. O Governo Federal, por seu turno, opôs-se a ela o quanto pode e não produziu um plano nacional para a descentralização, o que resultou num

“processo inconcluso e eivado de conflitos”. O autor salienta que a descentralização ocorreu no Brasil em um contexto de progressiva fragilização do setor público, que o torna

“(…) cada vez mais dependente dos adiantamentos de capital privado para a realização de investimentos, aumentando sobremaneira o comando privado sobre o gasto público, o que constitui, para alguns autores, uma das facetas da ‘privatização do Estado’ e contribui para ampliar sua descoordenação” (Affonso, 1996, p. 5).<sup>1</sup>

Dentro dessa descoordenação, os estados e os municípios acabaram assumindo “(…) novas responsabilidades em decorrência do maior volume de recursos disponíveis e da omissão da União (...) e (...) devido às pressões de uma sociedade civil mais organizada, que pode expressar com maior liberdade seus interesses” (Affonso, 1996, p. 9)

Para compreender a dinâmica da responsabilidade municipal pelos gastos sociais, é necessário considerar o projeto de descentralização de recursos<sup>2</sup> e atribuições sociais esboçado na Constituição de 1988 e que vem sendo gradativamente implantado desde então, considerando que ela possibilitou alterações importantes no que se refere aos direitos sociais ao legitimar a universalização dos serviços sociais, sobretudo na área de educação, saúde e assistência social.

O processo de descentralização em curso no País segue uma perspectiva de **municipalizar** os serviços, tendo em vista a idéia de que quanto mais perto dos cidadãos estiverem os recursos e a responsabilidade pela prestação dos serviços, melhor eles poderão ser controlados, tanto através da participação popular (principalmente através dos conselhos municipais) quanto através das instâncias políticas tradicionais de âmbito local, como prefeitos, secretários municipais, vereadores, etc. Assim, as diferentes áreas sociais vêm gestando reformas no sentido de alcançar esse nível de descentralização.

De acordo com Médici (1995, p. 288), já no período 1980-92, foi possível detectar um crescimento dos gastos sociais estaduais e municipais em oposição a uma retração dos dispêndios sociais federais. A proporção do gasto social federal no total dos gastos sociais caiu de 65% em 1980 para 56% em 1992; em

---

<sup>1</sup> A privatização do Estado refere-se à assunção, por parte do Estado, na década de 70 e no início dos anos 80, de boa parte do ônus da crise econômica vivida pelo País, deslocando o centro da crise do setor privado para o setor público e provocando uma profunda deterioração da sua estrutura de financiamento. Isso se deu, basicamente, através: da proliferação de subsídios e incentivos fiscais; do represamento de preços e tarifas públicas; e do auxílio estatal a instituições privadas insolventes (Affonso, 1990).

<sup>2</sup> Na verdade, como foi visto, o processo de descentralização de recursos já se desencadeara desde o início dos anos 80.



contrapartida, os gastos sociais estaduais e municipais, que participavam com 35% daquele total, passaram a representar 44% no último ano.

Contudo, após a implantação do Plano Real, assistiu-se a uma recuperação do nível de gastos sociais da União. Em 1995, sua participação já se elevava para 62,4% do gasto social total, fazendo com que a participação de estados e municípios, somadas, caísse para 37,6% do total de gastos sociais nas três esferas de governo (Oliveira, 1998, p. 33). Entretanto Oliveira observa que, já em 1995, se verifica uma tendência de “especialização” das unidades federativas em determinadas atividades:

“Enquanto estados e municípios têm visto crescentemente aumentar sua responsabilidade no atendimento das demandas das áreas Educação, Saúde, Alimentação e Nutrição, embora contando com importante contribuição da União no seu financiamento, o Governo Federal, em resposta aos novos requerimentos e demandas das políticas sociais, tem concentrado seus esforços na cobertura dos crescentes gastos previdenciários, no atendimento da novas exigências colocadas pelo mercado de trabalho (...) e na oferta de serviços para a população de baixa renda (assistência médica e sanitária, saneamento básico e assistência social) e também à população infanto-juvenil (ensino fundamental, merenda escolar e educação para crianças de zero a seis anos), visando obter maior equidade em sua incidência” (Oliveira, 1998, p. 87).

Do ponto de vista da descentralização, a área da **saúde** foi a única onde, efetivamente, houve a construção de uma política nacional, com a atuação dos diversos setores da sociedade. Já desde a Constituinte, estabeleceu-se um embate de forças entre representantes de cada setor interessado nas questões da saúde.

Esse processo vem se desenvolvendo com avanços e recuos por mais de uma década, mas pode-se afirmar que, hoje, a descentralização da saúde é uma realidade na qual se encontra a quase-totalidade dos municípios brasileiros.

Após várias tentativas de regulamentação do setor (quanto ao processo de repasse de recursos e atribuições para estados e municípios), entrou em vigência a Norma Operacional Básica (NOB-SUS) 01/93, através da qual se oferecia ao município a possibilidade de ingressar no processo de municipalização em qualquer das modalidades — incipiente, parcial ou simplena —, de acordo com as suas condições financeiras, materiais e de recursos humanos, garantindo, assim, aos municípios, um processo gradual de inserção no Sistema Único de Saúde, municipalizado e universalizado.

Em 1998, o sistema deu novo passo ao implantar, finalmente, a NOB-SUS/96, que instituiu duas modalidades de gestão: a Gestão Plena de Assis-

tência Básica e a Gestão Plena do Sistema de Saúde. A **Gestão Plena de Assistência Básica**, que supõe a gestão apenas das ações e serviços básicos, dá direito ao recebimento de um piso de atenção básica fixo (PAB fixo), correspondente a um valor *per capita* repassado automaticamente.<sup>3</sup> Por outro lado, à medida que os municípios aderem aos programas incentivados pelo Governo Federal, também passam a receber um valor adicional, chamado de PAB variável. Esses programas são: Saúde da Família/Agentes Comunitários de Saúde; Saúde Bucal; Assistência Farmacêutica Básica; Combate às Carências Nutricionais; Combate a Endemias e Vigilância Sanitária.<sup>4</sup>

A **Gestão Plena do Sistema de Saúde**, por sua vez, corresponde à municipalização total da gestão da saúde do município, incluindo a medicina preventiva. Nesses casos (assim como era na gestão semiplena do modelo anterior), o repasse de recursos é integral, ou seja, aos municípios são transferidos os valores correspondentes à gestão total do sistema municipal, incluindo tanto os prestadores públicos quanto os privados, de acordo com um teto financeiro previamente estabelecido.

Desde 1988, a área da saúde tem recebido recursos de origens diversas e de maneira irregular, comprometendo uma política mais constante e efetiva para o setor. O total de recursos para as áreas da saúde, previdência social e assistência social são alocados no Orçamento da Seguridade Social, mas não foi estabelecido um percentual a ser direcionado para cada setor. O que se tem observado é que a Previdência Social, sendo uma despesa incompressível, acaba por absorver parte considerável e crescente desses recursos. Enquanto, no período 1980-90, o Governo Federal foi responsável por 77,7% do total do gasto público em saúde (considerando a origem dos recursos), nos anos de 1994, 1995 e 1996, essa participação foi de apenas 60,7%, 63,8% e 53,7% respectivamente. Em contrapartida, a despesa municipal com saúde passou de 17,2% em 1994 para 27,8% em 1996 (Mendes, Catanzaro, 2001, p. 17).<sup>5</sup>

Em setembro de 2000, para garantir o financiamento de toda essa engenharia institucional que é o Sistema Único de Saúde, foi aprovada a Emenda

---

<sup>3</sup> Em janeiro de 2001, essa modalidade foi ampliada, e novas ações e procedimentos passaram a ser considerados básicos e de responsabilidade municipal — Norma Operacional de Assistência à Saúde (NOAS) 01/2001.

<sup>4</sup> Muitos autores, como Bueno e Merhy (Conferência de Saúde On-Line), embora reconheçam avanços na NOB/96, apontam, entretanto, equívocos importantes em seu bojo, como, por exemplo, a verticalização inerente ao projeto de incentivos à adesão aos programas do Governo Federal, que não respeita as distintas realidades sociais e sanitárias de cada região. Dessa forma, a NOB/96 “(...) fere o princípio da autonomia do município enquanto gestor único do sistema”.

<sup>5</sup> O gasto dos estados na área da saúde também sofreu redução, mas em menor medida: de 22,1% em 1994 para 18,5% em 1996.

Constitucional nº 29 (EC 29), estabelecendo o mínimo que União, estados e municípios deveriam aplicar na saúde. A EC 29 estabeleceu que a União deveria aplicar, em 2000, em ações e serviços de saúde, o montante empenhado em 1999, acrescido de, no mínimo, 5%; de 2001 a 2004, o valor empenhado no ano anterior corrigido pela variação nominal do PIB. Para estados e municípios, foi acertada a vinculação progressiva das receitas resultantes de impostos e transferências constitucionais (de 7% em 2000 para estados e municípios até atingir, em 2003, 12% para estados e 15% para municípios).

Uma última medida deve ter graves repercussões na área da saúde, qual seja, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Em maio de 2000, foi decretada a Lei Complementar 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, que "(...) estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal".

Importante item da LRF é o limite imposto ao gasto com pessoal nos municípios (incluindo ativos, inativos e pensionistas): 60% da receita corrente líquida (RCL), sendo 54% para o Executivo municipal. Essa limitação terá importantes reflexos na área da saúde, uma vez que esse setor é forte demandante de mão-de-obra. É o caso, por exemplo, da implementação de programas prioritários do Governo Federal, como o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e o Programa de Saúde da Família (PSF), nos quais, dada a natureza dos programas, os recursos são repassados principalmente para a contratação de pessoal, elevando, necessariamente, a participação percentual dessa despesa na RCL.

Ou seja, se, por um lado, a EC 29, juntamente com a NOAS 01/2001, procura garantir o repasse de recursos para a área da saúde, de outro, a LRF acarreta, pelo menos nesse primeiro momento, um forte impasse para os municípios.

Com relação à área da **educação**, o processo de descentralização ocorreu de maneira bem mais lenta, desenvolvendo-se, no País, uma heterogeneidade muito grande quanto ao grau de participação dos municípios na prestação de serviços educacionais. Ou seja, em apenas alguns estados se verifica uma importante municipalização do ensino fundamental.

Através da Constituição de 1988 (art. 212), foi estabelecida a vinculação de 18% para a União e de 25% para estados e municípios da receita resultante de impostos (incluídas as transferências da União) para a manutenção e o desenvolvimento do ensino. Entretanto

"(...) a legislação não contemplava mecanismos reguladores capazes de assegurar a efetiva aplicação das verbas destinadas à educação e, além disso, era marcada pela ausência de uma definição clara das responsabilidades a serem assumidas pelos estados e municípios" (Garson, Araújo, 2001, p. 2).

Para fazer frente a essa problemática, foram definidas, através da Emenda Constitucional 14/96, as atribuições de cada instância governamental, buscando organizar um sistema hierarquizado de ensino. Assim, os municípios devem atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil; os estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente nos ensinos fundamental e médio; e a União é responsável pelo ensino superior.

Essa emenda instituiu, também, o Fundef, que foi implementado a partir de janeiro de 1998.<sup>6</sup> Objetivando delimitar um gasto mínimo padrão por aluno em todo o território nacional e a priorização do ensino fundamental (primeiro grau), essa emenda estabeleceu que 60% dos recursos a que se refere o art. 212 da Constituição devem constituir um fundo, centralizado em cada estado, a ser repartido proporcionalmente entre estado e municípios, de acordo com o número de matrículas no primeiro grau, nas respectivas redes. Foi estipulado que esse valor não deveria ser inferior a R\$ 315,00 por aluno/ano para todo o ensino fundamental nos anos de 1998 e 1999, caso em que o Governo Federal proveria uma complementação. Para 2001, estabeleceram-se os valores mínimos de R\$ 363,00 para até a 4ª série e de R\$ 381,14 da 5ª a 8ª séries e para a educação especial. A Emenda determinou, ainda, que 60% dos recursos totais do Fundo devem ser destinados à remuneração de professores.

Como resultado desse novo arranjo entre as instâncias, observou-se um incremento da atuação dos municípios: enquanto, em 1997, eles respondiam por 40,7% de todas as matrículas do ensino fundamental na rede pública, em 1999, sua participação elevou-se para 49,3% (BR. MEC, 2000).

“A própria legislação que criou o Fundo estabeleceu que a transferência de escolas entre as redes e correspondente transferência de recursos financeiros ocorreria por meio da celebração de convênios específicos entre os governos envolvidos, como determina a Lei nº 9.424/96.” (ibid. p. 18).

Com a Constituição Federal promulgada em 1988, as ações de **assistência social** passaram a ser financiadas, principalmente, por recursos do Orçamento da Seguridade Social da União, dos estados e dos municípios. A assistência social foi universalizada, devendo ser prestada a todos aqueles que dela

---

<sup>6</sup> O Fundef foi constituído pela Emenda Constitucional nº 14 (EC-14/96), para ser implementado a partir de janeiro de 1998. É um fundo destinado exclusivamente ao ensino fundamental e é formado, no âmbito de cada estado, por 15% dos seguintes recursos: ICMS devido aos estados e municípios, FPE e FPM, cota-parte do Fundo de Participação nas Exportações (FPEx) e recursos correspondentes à compensação financeira decorrente da Lei Kandir. A partilha desses recursos entre o Governo Estadual e os governos municipais se dará de acordo com o número de matrículas nas respectivas redes de ensino.

necessitem, independentemente de contribuição prévia. As ações implementadas nessa área são de proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, promoção da integração ao mercado de trabalho, habilitação e reabilitação daqueles indivíduos portadores de alguma deficiência, além da garantia de um salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que não possuem meios para se auto-sustentar.

As mudanças ocorridas na década de 90, na área assistencial e de enfrentamento da pobreza, foram significativas, se comparadas com o período anterior, quando existia um conjunto descoordenado de programas centralizados no Governo Federal e de caráter fortemente clientelista (Draibe, 1999). Através da extinção do Ministério do Bem-Estar Social e dos principais órgãos centrais de execução de políticas assistenciais (MP 813 de 1º.01.95), como a Lei Brasileira de Assistência (LBA) e a Fundação Centro Brasileiro para Infância e Adolescência (FCBIA), verifica-se uma descentralização dessas atividades para estados e municípios (com exceção dos benefícios previdenciários). O Ministério da Previdência passou a incorporar a área de assistência social, sendo criada a Secretaria de Assistência Social, que assumiu a coordenação das políticas nacionais dessa área.

Entretanto, de acordo com alguns autores, essa descentralização ocorreu de forma desordenada.

“Prevaleceu a desordem, a não-coordenação, e persistiu, em muitos casos, uma forte centralização, desta vez sob a égide da responsabilidade sobre o repasse de recursos e a exigência do cumprimento de diretrizes rígidas. Adicionalmente, cresceu o clientelismo nas transferências negociadas, especialmente nos programas de assistência social.” (Lobo, 1995, p. 306).

Um novo conjunto de leis e decretos reorganizando o setor quanto às novas formas de financiamento e de gestão descentralizada começou a ser desenhado em 1993, com a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), verificando-se, então, uma revisão das políticas de assistência social, que passaram a ser desenvolvidas de forma descentralizada e com a participação da sociedade civil, através dos Conselhos de Assistência Social nas três esferas de governo. A LOAS assegurou às esferas municipais poderes específicos, através da criação do Sistema de Descentralização das Políticas de Assistência Social (Sidepas), que tem como objetivo disciplinar a descentralização das políticas nessa área. Mas somente em 1999 foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a Norma Operacional Básica (NOB/99). A PNAS fixou medidas estabelecendo pactos entre a União, os estados e os municípios, assim como entre o estado e a sociedade, incluindo desde a discussão das estruturas de financiamento, decisão participativa (via conselhos) até a gestão

descentralizada. Quanto à NOB/99, além das competências dos órgãos executores e gestores da PNAS, ela definiu todos os procedimentos necessários para o recebimento de recursos pelas esferas estaduais e municipais.

No que se refere à política de enfrentamento da pobreza, o Governo Federal lançou, em 1995, o Programa Comunidade Solidária, com o objetivo de discutir uma estratégia de desenvolvimento social para o País. Esse programa foi projetado para ser descentralizado e atuar nas comunidades mais carentes, basicamente financiado pelo setor privado.

Com a crise do capitalismo e com as recentes discussões acerca da redefinição do papel do Estado, a descentralização também pode ser concebida como uma forma de repasse de programas e serviços para a sociedade, através do Terceiro Setor e das empresas privadas. E é principalmente sob esse enfoque que vem sendo implantada a descentralização da política de assistência social. Nesse contexto de descentralização, o poder central não desaparece. O que ocorre é uma mudança na sua forma de atuação, passando para estados e municípios uma parte mais expressiva das responsabilidades de gerir e executar as políticas públicas. Nessa idéia de descentralização, está presente a parceria entre o setor público e o privado, implicando uma redefinição da relação público-privado no financiamento de bens e serviços sociais.

Tendo como pano de fundo essas considerações acerca do processo de descentralização e a importância que passaram a assumir os municípios nos sistemas constituídos de atenção às políticas sociais, analisam-se, a seguir, as despesas sociais municipais comparativamente às do Estado do Rio Grande do Sul.

### 5.1.2 - Gastos sociais municipais e do RS: a década de 90

De acordo com o que foi visto anteriormente, a despesa realizada **pelos municípios** nas áreas sociais foi fortemente incrementada na década de 90. No Rio Grande do Sul, ela cresceu 128% no período compreendido entre 1990 e 1999, enquanto a despesa social **estadual** cresceu apenas 11% no mesmo período. Conseqüentemente, enquanto, em 1990, a despesa social municipal representava 33,5% da despesa social estadual, em 1999 ela passou a representar 68,8% (Tabela 1).

Esse incremento do gasto social municipal se deve, principalmente, aos processos institucionalizados de descentralização de recursos e de atribuições que vêm se verificando em algumas áreas, mas também ao fato de que os municípios estão assumindo ações que antes eram de responsabilidade dos estados e da União, devido à descentralização “forçada” dos encargos, paralelamente ao aumento das demandas sociais.

“A queda do volume de gastos e dos serviços prestados diretamente pelo Governo Central não provocou uma crise social porque foi atenuada pelas ações estaduais e municipais, especialmente aquelas voltadas aos programas sociais básicos nas áreas de educação e saúde.” (Garson, Araújo, 2001, p. 1).

Uma atuação mais vigorosa por parte dos municípios pode ser deduzida, também, pela comparação entre o incremento do gasto social e a evolução das transferências. Devido à dificuldade de serem dimensionadas as transferências vinculadas especificamente às áreas sociais, utilizou-se, na comparação, o total da receita municipal proveniente das transferências (Tabela 2). Pode-se observar que, enquanto o montante realizado nas áreas sociais cresceu 128% na década, a receita de transferências foi incrementada em apenas 61%.

Tabela 1

## Despesas sociais dos municípios e do Estado — 1990-99

ANOS	DESPESAS SOCIAIS DOS MUNICÍPIOS (R\$ 1 000) (A)	DESPESAS SOCIAIS DO ESTADO (R\$ 1 000) (B)	A/B (%)
1990	1 409 655	4 201 901	33,5
1991	1 697 450	3 327 207	51,0
1992	1 778 163	3 882 941	45,8
1993	1 721 132	3 576 468	48,1
1994	1 889 555	3 784 425	49,9
1995	2 128 326	4 085 496	52,1
1996	2 454 874	(1)5 109 759	48,0
1997	2 643 329	4 585 464	57,6
1998	3 275 766	5 114 987	64,0
1999	3 215 503	4 671 605	68,8

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. BALANÇO GERAL DO ESTADO. Porto Alegre: Secretaria da Fazenda/RS, [199?].

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV a preços de jan./00.

(1) De acordo com o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (Relatório e Parecer Prévio, 1996, p. 135), houve um equívoco na alocação funcional-programática dos recursos estaduais no Balanço Geral do Estado em 1996, elevando a despesa nessa função em mais de 70,0%, o que justifica a desconsideração desse ano na análise.

Tabela 2

Evolução das receitas de transferências dos municípios e das despesas sociais dos municípios e do Estado — 1991-99

ANOS	RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	DESPESAS SOCIAIS DOS MUNICÍPIOS	DESPESAS SOCIAIS DO ESTADO
1991	91	120	79
1992	90	126	92
1993	92	122	85
1994	103	134	90
1995	112	151	97
1996	125	174	(1)122
1997	132	188	109
1998	173	222	122
1999	161	228	111

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. BALANÇO GERAL DO ESTADO. Porto Alegre: Secretaria da Fazenda/RS, [199?].

NOTA: 1. Os dados têm como base 1990 = 100.

2. Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV a preços de jan./00.

(1) De acordo com o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (Rel. Parecer Prévio, 1996, p. 135), houve um equívoco na alocação funcional-programática dos recursos estaduais no Balanço Geral do Estado em 1996, elevando a despesa nessa função em mais de 70,0%, o que justifica a desconsideração desse ano na análise.

Constatou-se ainda que, no conjunto dos municípios, 100,7% do aumento da receita arrecadada na década se destinou ao setor social. Ou seja, ainda que dessa análise não se possa depreender que houve um aumento de **qualidade** na prestação dos serviços sociais, é inegável o esforço do nível municipal no sentido de assumir a responsabilidade por essas demandas e até mesmo, talvez, ampliar esse atendimento.



Para avaliar a importância que o gasto social adquire em cada contexto histórico e em cada esfera de governo, utiliza-se como indicador a participação percentual dessas despesas no volume total de despesas realizadas em cada instância.

No caso das despesas sociais **estaduais**, constatou-se que houve uma perda de participação na despesa total bem significativa no período 1990-98<sup>7</sup>, caindo de 47,1% em 1990 para 34,8% em 1998, evidenciando uma restrição desse gasto frente aos demais compromissos do Estado, mas obteve uma importante recuperação em 1999, quando alcançou 52,7% da despesa total estadual (Tabela 3). O que explica esse crescimento no ano de 1999 é que, em relação ao ano de 1998, houve uma redução de 39,7% no volume da despesa total realizada pelo Governo Estadual do RS, em função, principalmente, do menor gasto realizado com serviço da dívida e com inversões financeiras.<sup>8</sup> A redução da despesa social em 1999, por sua vez, foi de 8,7% em relação ao ano anterior, levando, conseqüentemente, à elevação de sua participação no conjunto das despesas<sup>9</sup>.

Por outro lado, as despesas sociais **municipais** apresentaram uma participação crescente na despesa total dos municípios desde 1990: de 44,9% nesse ano aumentaram significativamente para 54,8% em 1991 e continuaram a crescer até atingir 65,0% em 1999 (Tabela 3).

---

<sup>7</sup> Com exceção do ano de 1995, quando houve uma ligeira recuperação da participação da despesa social na despesa total.

<sup>8</sup> Com a posse do novo governo em 1999, houve a suspensão do pagamento do serviço da dívida e o depósito, em juízo, de parte das prestações.

<sup>9</sup> Quando se consideram apenas as despesas não-financeiras do Governo Estadual, verifica-se que o gasto social foi realmente muito incrementado em 1999 em relação a 1998, uma vez que a participação da despesa social na despesa total não-financeira passou de 40,8% em 1998 para 58,1% em 1999.

Tabela 3

Participação percentual das despesas sociais dos municípios e do Estado nas respectivas despesas totais — 1990-99

ANOS	DESPESAS SOCIAIS DOS MUNICÍPIOS	DESPESAS SOCIAIS DO ESTADO
1990	44,9	47,1
1991	54,8	45,7
1992	56,3	43,3
1993	55,8	40,7
1994	56,1	40,6
1995	56,1	43,2
1996	59,0	(1)47,9
1997	62,2	39,6
1998	64,2	34,8
1999	65,0	52,7

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

BALANÇO GERAL DO ESTADO. Porto Alegre: Secretaria da Fazenda/RS, 1990/1999.

(1) De acordo com o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (Rel. Parecer Prévio, 1996, p. 135), houve um equívoco na alocação funcional-programática dos recursos estaduais no Balanço Geral do Estado em 1996, elevando a despesa nessa função em mais de 70,0%, o que justifica a desconsideração desse ano na análise.

## 5.2 - O gasto social municipal no conjunto dos municípios do RS: 1995-99

Neste item, analisar-se-á a despesa social municipal no conjunto dos municípios gaúchos, no período 1995-99,<sup>10</sup> apresentando, além do valor desse gasto, seu crescimento no período, sua participação na despesa, na receita e no PIB municipal e sua composição. O objetivo deste item é fornecer uma visão ampla sobre os gastos sociais realizados pelo âmbito municipal, considerando os últimos cinco anos disponibilizados pelo Tribunal de Contas do RS.

<sup>10</sup> Em alguns momentos da análise, julgou-se necessário recuar no tempo até o início da década, para melhor dimensionar as variáveis em estudo.

## 5.2.1 - O crescimento do gasto social municipal e sua participação na receita e na despesa total

A despesa social municipal foi crescente no período, partindo de R\$ 2,13 bilhões em 1995 e alcançando R\$ 3,21 bilhões em 1999 (Tabela 4). Verifica-se que houve, em 1999, um crescimento de 51% em relação a 1995, enquanto, no mesmo período, a receita total municipal cresceu apenas 37% (sendo que as transferências aumentaram 44%), e a despesa total, 30% (Tabela 5).

Tabela 4

Despesas sociais municipais, por classes de tamanho,  
no RS — 1995-99

(R\$ 1 000)

CLASSES DE TAMANHO	1995	1996	1997	1998	1999
Até 10 000 hab. ....	289 876	345 741	361 881	497 105	462 306
De 10 001 a 50 000 hab. ...	494 968	563 682	521 379	686 161	678 945
De 50 001 a 100 000 hab. ...	358 462	344 437	318 459	413 081	429 920
Mais de 100 000 hab. ....	526 013	621 633	609 430	795 766	807 135
Porto Alegre .....	459 006	579 381	832 180	883 654	837 196
<b>TOTAL</b> .....	<b>2 128 326</b>	<b>2 454 874</b>	<b>2 643 329</b>	<b>3 275 766</b>	<b>3 215 503</b>

FONTE: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV a preços de jan./00.

Tabela 5

Evolução da receita, da receita de transferências, da despesa total e das despesas sociais municipais e participação das despesas sociais na receita e na despesa do RS — 1995 e 1999

DISCRIMINAÇÃO	1995	1999
Receita (A).....	100	137
Receita de transferências (B).....	100	144
Despesa (C).....	100	130
Despesa social (D).....	100	151
Despesa social/receita total (D/A)(%) .....	58,8	64,8
Despesa social/despesa total (D/C)(%) .....	56,1	65,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Com relação à participação do gasto social no PIB e na receita e despesa totais municipais, observou-se, primeiramente, que, em relação ao PIB municipal, a despesa social cresceu de 1,9% para 3,8% de 1990 a 1998 (último ano disponível para o PIB).

No que se refere a sua participação na receita total municipal, constatou-se que, se, em 1995, a despesa social representava 58,8%, apenas quatro anos depois ela já atingia uma participação de 64,8% (1999)<sup>11</sup>. Igualmente, com relação ao conjunto das despesas, os gastos sociais **municipais** apresentaram uma participação crescente, partindo de 56,1% em 1995 até alcançar 65,0% em 1999 (Tabela 5).

Através das classes de tamanho, observa-se que a participação da despesa social na despesa total, em 1999, é diretamente proporcional ao tamanho dos municípios, ou seja, as categorias com municípios menores despendem, **proporcionalmente a sua despesa total**, um volume menor de recursos nas áreas sociais do que as classes de municípios maiores (Tabela 6).

Em 1999, 110 municípios, representando 23,6% do total do Estado, despenderam, nas áreas sociais, mais de 60% de sua despesa total (Tabela 7). Essa proporção é mais significativa no caso dos **maiores** municípios, ou seja, com população superior a 50.001 habitantes, nos quais se verificou que cerca de 70% dos municípios realizaram mais de 60% de suas despesas na área social. O Município de Porto Alegre, por sua vez, despendeu, naquele ano, 85,9% nas áreas sociais. Por outro lado, no conjunto dos 305 **pequenos** municípios (com até 10.000 habitantes), apenas 11,1% deles realizaram despesas sociais acima daquele parâmetro. Isso reflete uma concentração de serviços e equipamentos urbanos em poucos municípios, decorrente, possivelmente, de ganhos de escala derivados dessa concentração e de uma maior pressão social presente nos municípios maiores.

---

<sup>11</sup> Quando se observa a evolução da despesa social a partir do ano de 1990, verifica-se um crescimento ainda mais acelerado desse gasto frente ao incremento de receita: enquanto essa cresceu 57% no período, o dispêndio na área social aumentou 128%. Ou seja, sua participação percentual na receita passou de 44,5% em 1990 para 64,8% em 1999.

Tabela 6

Participação percentual das despesas sociais nas despesas totais municipais, segundo as funções sociais, por classes de tamanho, no RS — 1999

CLASSES DE TAMANHO	DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	EDUCAÇÃO E CULTURA	HABITAÇÃO E URBANISMO	SAÚDE E SANEAMENTO
Até 10 000 hab. ....	0,1	31,0	3,5	12,6
De 10 001 a 50 000 hab. ....	0,2	32,7	4,6	12,4
De 50 001 a 100 000 hab. ...	0,2	31,1	8,0	13,5
Mais de 100 000 hab. ....	0,3	30,6	8,3	15,5
Porto Alegre .....	-	19,0	13,1	41,2
<b>Total .....</b>	<b>0,2</b>	<b>29,0</b>	<b>7,4</b>	<b>19,0</b>

CLASSES DE TAMANHO	TRABALHO	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	TOTAL DAS FUNÇÕES SOCIAIS	DESPESA TOTAL
Até 10 000 hab. ....	0,1	4,8	52,1	100,0
De 10 001 a 50 000 hab. ....	0,1	7,4	57,4	100,0
De 50 001 a 100 000 hab.	0,7	9,2	62,8	100,0
Mais de 100 000 hab. ....	0,6	11,0	66,4	100,0
Porto Alegre .....	1,2	11,4	85,9	100,0
<b>Total .....</b>	<b>0,5</b>	<b>8,9</b>	<b>65,0</b>	<b>100,0</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 7

Número de municípios onde a participação percentual dos gastos sociais na despesa total é superior a 60%, por classes de tamanho, no RS — 1999

CLASSES DE TAMANHO	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS COM GASTO SOCIAL SUPERIOR A 60% DA DESPESA	%
Até 10 000 hab. ....	305	34	11,1
De 10 001 a 50 000 hab. ....	120	46	38,3
De 50 001 a 100 000 hab. ....	25	18	72,0
Mais de 100 000 hab. ....	16	11	68,8
Porto Alegre .....	1	1	100,0
<b>TOTAL .....</b>	<b>467</b>	<b>110</b>	<b>23,6</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

### 5.2.2 - Distribuição do gasto social entre as classes de tamanho

Mais da metade dos gastos sociais (51,1%) se concentra nos municípios com mais de 100.000 habitantes, incluindo Porto Alegre, ao mesmo tempo em que a despesa total concentrada nesses municípios atinge apenas 44,3% e a população representa 44,6% do total do Estado. No caso de Porto Alegre, há uma maior proporção de gastos sociais em relação a sua despesa total e população, ao passo que nos demais municípios com mais de 100.000 habitantes se observa o contrário, uma maior proporção de população em relação às despesas totais e sociais. As demais classes de tamanho apresentaram resultados relativamente proporcionais às respectivas parcelas populacionais (Tabela 8).

Tabela 8

Comparação entre a despesa social, a despesa total e a população, por classes de tamanho dos municípios do RS — 1999

CLASSES DE TAMANHO	DESPESA SOCIAL	DESPESA TOTAL	POPULAÇÃO
Até 10 000 hab. ....	14,4	17,9	14,0
De 10 001 a 50 000 hab. ....	21,1	23,9	24,3
De 50 001 a 100 000 hab. ....	13,4	13,8	17,1
Mais de 100 000 hab. ....	25,1	24,6	31,5
Porto Alegre .....	26,0	19,7	13,1
<b>TOTAL</b> .....	100,0	100,0	100,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

### 5.2.3 - As funções sociais mais importantes

A análise das despesas sociais municipais permite constatar que as funções mais importantes são Educação e Cultura, representando 29,0% da despesa total dos municípios, e Saúde e Saneamento, que alcançou, em 1999, 19,0% daquela no conjunto dos municípios (Tabela 9).

Tabela 9

Despesas sociais, por função social, e despesas totais municipais  
no RS — 1995-99

(R\$ 1 000)				
ANOS	DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	EDUCAÇÃO E CULTURA	HABITAÇÃO E URBANISMO	SAÚDE E SANEA- MENTO
1995	5 803	920 259	360 203	426 656
1996	8 925	1 043 568	375 705	582 196
1997	6 422	1 015 102	318 010	822 056
1998	7 114	1 423 685	364 726	965 560
1999	7 888	1 431 944	368 358	941 209

ANOS	TRABALHO	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	DESPESAS SOCIAIS	TOTAL DAS DESPESAS
1995	25 739	389 666	2 128 326	3 797 080
1996	23 405	421 075	2 454 874	4 164 127
1997	35 023	446 715	2 643 329	4 250 322
1998	32 987	481 693	3 275 766	5 105 659
1999	26 979	439 125	3 215 503	4 946 012

FONTE: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV a preços de jan./00.

Analisando a composição e o crescimento do gasto social nos anos em estudo, constatou-se um incremento no volume de gastos tanto na função Educação e Cultura quanto na função Saúde e Saneamento, embora a importância da função Saúde e Saneamento venha crescendo mais aceleradamente, em decorrência, principalmente, da política de municipalização da saúde ocorrida nos últimos anos (Tabela 10).

Tabela 10

Evolução da despesa municipal nas funções sociais, no RS — 1996-99

ANOS	DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	EDUCAÇÃO E CULTURA	HABITAÇÃO E URBANISMO	SAÚDE E SANEA- MENTO
1996	154	113	104	136
1997	111	110	88	193
1998	123	155	101	226
1999	136	156	102	221

ANOS	TRABALHO	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	TOTAL DAS FUNÇÕES SOCIAIS	TOTAL
1996	91	108	115	110
1997	136	115	124	112
1998	128	124	154	134
1999	105	113	151	130

FONTES DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Os dados têm como base 1995 = 100.

A despesa na função Saúde e Saneamento passou de R\$ 426,66 milhões em 1995 para R\$ 941,21 milhões em 1999, revelando um crescimento de 121% em apenas cinco anos (Tabelas 9 e 10). A participação desse gasto na despesa total cresceu de 11,2% em 1995 para 19,0% em 1999 (Tabelas 6 a 10 do Anexo 1).

Esse crescimento corresponde, principalmente, à nova política do setor, na qual, como foi visto no item 5.1, os municípios na modalidade de gestão semiplena (ou plena do sistema, como passou a ser denominada a partir de 1998) passaram a receber dos Governos Federal e Estadual todos os recursos disponíveis para aplicação em saúde, incluindo o pagamento aos prestadores públicos e privados de assistência à saúde, medidas de saúde preventiva, etc. A inclusão da capital do RS nessa modalidade de gestão em 1996 influenciou fortemente esses resultados, como se verá no item 5.4.



Com relação à função Educação e Cultura, observou-se um crescimento de 56% no ano de 1999 em relação a 1995, sendo esse incremento observado principalmente a partir de 1998, o que, provavelmente, já é um resultado da vinculação de recursos através do Fundef, uma vez que a sua implantação foi iniciada neste último ano. A participação dessa função na despesa total municipal cresceu de 24,2% em 1995 para 29,0% em 1999 (Tabelas 6 a 10 do Anexo 1). Refletindo esse incremento de recursos, observa-se que a participação percentual dos alunos da rede municipal no total de alunos da rede pública de ensino fundamental do RS passou de 40,8% em 1997 para 43,4% em 1999; enquanto o total de alunos nesse nível de ensino cresceu 1,8% no período 1997-99, na rede municipal esse aumento correspondeu a 8,2% (BR. MEC, 2000).

#### 5.2.4 - Despesa social *per capita* média

É importante, ainda, dimensionar o gasto social *per capita*, verificando sua evolução por classes de tamanho de municípios e por funções sociais. A despesa social *per capita* média do conjunto dos municípios<sup>12</sup> cresceu 43% no período 1995-99 (passando de R\$ 234,00 para R\$ 335,00), ao passo que as receitas e despesas *per capita* médias cresceram apenas 24% e 17% respectivamente (Tabelas 11 e 12).

Observando a evolução por classes de tamanho no período 1995-99, constata-se que as despesas sociais *per capita* médias dos municípios de até 50.000 habitantes apresentaram um incremento bastante superior ao crescimento de suas receitas (Tabela 12). Uma das hipóteses para explicar esse fato seria, novamente, a política de descentralização em curso no País, através da qual os municípios têm sido levados a resolver os problemas sociais de maneira emergencial, enquanto não se efetiva uma política nacional de descentralização que harmonize o repasse de recursos e de atribuições entre as três esferas de governo e no âmbito de um pacto federativo. Como os pequenos municípios tinham, historicamente, um perfil de reduzido gasto social, nessa conjuntura (segunda metade da década de 90) eles acabaram por apresentar um crescimento de suas despesas sociais mais significativo que o verificado nas demais classes de tamanho.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> Para dimensionar a despesa *per capita* do conjunto dos municípios e em cada classe de tamanho, calculou-se a despesa *per capita* de cada município antes de proceder à média de cada grupo ou do conjunto dos municípios.

<sup>13</sup> Quando se compara na década, observa-se um crescimento ainda mais díspar: enquanto as despesas sociais cresceram 248% de 1990 a 1999 na média dos municípios (e a receita 41%), nos municípios de até 10.000 habitantes o incremento do gasto social foi de 381% (e o da receita de 31%) — Tabela 11 do Anexo 1.

Esse grupo de municípios de até 10.000 habitantes, que representa 65,3% dos municípios do Estado, tem um comportamento peculiar, que pode ser resumido a seguir. Se, de um lado, esse grupo é o que apresenta a menor relação gasto social/despesa total em 1999 (52,1%), por outro, é onde se encontra a maior despesa social *per capita*, muito superior à das demais classes de tamanho (R\$ 364,00).

Tabela 11

Receita, despesa e despesa social *per capita* médias, por classes de tamanho, em Porto Alegre e na RMPA — 1995 e 1999

(R\$)

CLASSES DE TAMANHO	RECEITA		DESPESA		DESPESA SOCIAL	
	1995	1999	1995	1999	1995	1999
Até 10 000 hab. ....	593	716	626	711	257	364
De 10 001 a 50 000 hab. ....	388	495	408	501	195	285
De 50 001 a 100 000 hab. ....	335	410	368	408	207	257
Mais de 100 000 hab. ...	279	371	296	384	179	247
Porto Alegre .....	484	800	472	754	358	648
Total .....	507	631	536	629	234	335
RMPA .....	425	525	453	532	232	315

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 12

Evolução das receitas, das despesas e das despesas sociais per capita médias, por classes de tamanho, em Porto Alegre e na RMPA — 1995 e 1999

CLASSES DE TAMANHO	RECEITA		DESPESA		DESPESA SOCIAL	
	1995	1999	1995	1999	1995	1999
Até 10 000 hab. ....	100	121	100	114	100	141
De 10 001 a 50 000 hab. ....	100	128	100	123	100	146
De 50 001 a 100 000 hab. ....	100	122	100	111	100	124
Mais de 100 000 hab. ...	100	133	100	129	100	138
Porto Alegre .....	100	165	100	160	100	181
Total .....	100	124	100	117	100	143
RMPA .....	100	124	100	117	100	136

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Buscando apreender a dinâmica de cada função social, procedeu-se à contabilização, em separado, da despesa social *per capita* média em cada uma de suas funções. A Tabela 13 apresenta as despesas sociais *per capita* médias, por função social, em cada classe de tamanho, em 1999, e permite constatar que, para a função Educação e Cultura, foram destinados R\$ 197,00 *per capita* e, para a função Saúde e Saneamento, R\$ 79,00 *per capita*, valores muito superiores aos realizados em qualquer outra função social.

Com relação à evolução dos gastos médios *per capita* **por função social**, constata-se um crescimento bastante diferenciado no período 1990-99 (Tabela 14). Observa-se, primeiramente, que a função Saúde e Saneamento teve um crescimento muito mais acentuado do que o das demais, ao passo que as funções Defesa Nacional e Segurança Pública e Habitação e Urbanismo tiveram apenas um pequeno aumento.

Como já foi visto, o crescimento dos gastos sociais *per capita* nos municípios de até 10.000 habitantes foi bastante expressivo. Ao se analisar esse gasto por função social, observa-se que se destacaram as despesas na função Saúde e Saneamento e, em menor medida, em Educação e Cultura, o que já era esperado, dado ter havido, nessas áreas, medidas de municipalização de recursos e de atribuições, levando a que pequenos municípios assumissem o financiamento de seus gastos sociais (ainda que dependentes, em maior ou menor medida, das transferências federais e estaduais).

Tabela 13

Despesas municipais *per capita* médias em cada função social,  
por classes de tamanho, no RS — 1999

(R\$)

CLASSES DE TAMANHO	DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	EDUCAÇÃO E CULTURA	HABITAÇÃO E URBANISMO	SAÚDE E SANEAMENTO
Até 10 000 hab. ....	0	219	24	88
De 10 001 a 50 000 hab. ....	0	164	22	62
De 50 001 a 100 000 hab. ....	0	129	32	54
Mais de 100 000 hab. ...	1	121	30	57
Porto Alegre .....	-	143	99	311
Total .....	0	197	24	79

CLASSES DE TAMANHO	TRABALHO	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	TOTAL DAS FUNÇÕES SOCIAIS
Até 10 000 hab. ....	0	32	364
De 10 001 a 50 000 hab. ....	1	35	285
De 50 001 a 100 000 hab. ....	3	38	257
Mais de 100 000 hab. ...	2	36	247
Porto Alegre .....	9	86	648
Total .....	1	33	335

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV a preços de jan./00, sendo que aqueles menores de R\$ 1,00 foram desprezados.

Tabela 14

Índice da evolução da despesa municipal *per capita* média em cada função social, por classes de tamanho, no RS — 1999

CLASSES DE TAMANHO	DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	EDUCAÇÃO E CULTURA	HABITAÇÃO E URBANISMO	SAÚDE E SANEAMENTO
Até 10 000 hab. ....	152	509	198	748
De 10 001 a 50 000 hab. ....	458	305	100	449
De 50 001 a 100 000 hab. ....	150	215	96	375
Mais de 100 000 hab. ...	36	156	90	306
Porto Alegre .....	-	239	114	413
Total .....	144	394	129	596

CLASSES DE TAMANHO	TRABALHO	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	TOTAL DAS FUNÇÕES SOCIAIS
Até 10 000 hab. ....	222	381	481
De 10 001 a 50 000 hab. ....	1 288	234	271
De 50 001 a 100 000 hab. ....	658	140	189
Mais de 100 000 hab. ...	290	111	149
Porto Alegre .....	120	108	209
Total .....	352	246	348

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Os dados têm como base 1990 = 100.

### 5.3 - O gasto social na RMPA, em 1999

Em 1999, os municípios da RMPA<sup>14</sup> detinham 33,9% da população gaúcha. Entretanto sua despesa total representava 36,3% do gasto realizado pelos municípios, e, principalmente, o seu gasto social significava 42,3% dos gastos sociais realizados pelo conjunto dos municípios do Estado. A importância social e econômica dessa região exige, portanto, uma análise em separado de suas despesas sociais.

Neste item, apresenta-se o montante gasto nas áreas sociais na RMPA e analisa-se o incremento do gasto social frente ao volume e ao crescimento de suas receitas e despesas desde o início da década de 90, buscando captar indicadores do processo de descentralização de recursos e de atribuições sociais para os municípios. A seguir, compara-se o gasto social, por função, em relação ao PIB municipal total da RMPA e, finalmente, destacam-se, para o ano de 1999, fruto da pesquisa realizada *in loco* nos balanços municipais, as principais funções e programas sociais, apresentando, também, os valores despendidos com pessoal e com investimentos.

#### 5.3.1 - O crescimento do gasto social na RMPA comparativamente às receitas e às despesas totais

A despesa realizada nas áreas sociais da RMPA totalizaram, em 1999, R\$ 1,36 bilhão, representando importante parcela de suas receitas e despesas totais, como se verá a seguir.

A participação percentual do gasto social na receita total de um município/região, bem como a sua evolução, é importante indicador da relevância que as áreas sociais têm ou assumem em um dado contexto histórico, auferida pelo grau de comprometimento das suas receitas para com a área social. No caso do Rio Grande do Sul, a participação do gasto social na receita total da RMPA é bastante expressiva e maior do que a do conjunto dos municípios (74,0% e 64,8% respectivamente) em 1999.

Quando se considera a evolução dessa participação de 1995 a 1999, constata-se que, em ambos os grupos (conjunto dos municípios e RMPA), as despesas sociais cresceram a uma taxa superior à das receitas, passando essas despesas a representarem, conseqüentemente, uma parcela mais significativa da receita total (Tabela 16).

---

<sup>14</sup> Como foi destacado nas **Notas Metodológicas**, são considerados, neste estudo, como parte da RMPA apenas aqueles municípios (N = 23) que, em 1995, ano-base deste estudo, compunham essa região.

Tabela 15

Gasto social, por função social, nos municípios da RMPA — 1999

MUNICÍPIOS	(R\$ 1 000)			
	DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	EDUCAÇÃO E CULTURA	HABITAÇÃO E URBANISMO	SAÚDE E SANEAMENTO
Alvorada .....	38	11 881	2 894	4 865
Cachoeirinha .....	-	14 275	2 944	4 947
Campo Bom .....	20	11 130	2 475	4 098
Canoas .....	153	32 336	10 170	20 749
Charqueadas .....	7	4 068	263	2 242
Dois Irmãos .....	-	3 869	413	1 352
Eldorado do Sul .....	-	5 775	233	931
Estância Velha .....	47	5 365	23	3 232
Esteio .....	97	10 063	4 088	6 328
Glorinha .....	0	771	93	544
Gravataí .....	20	28 652	6 476	8 544
Guaíba .....	38	7 805	2 059	2 357
Ivoti .....	-	3 660	629	918
Nova Hartz .....	-	2 584	636	1 630
Novo Hamburgo .....	3 038	39 472	9 591	13 017
Parobé .....	-	9 785	111	222
Portão .....	-	3 952	372	1 730
Porto Alegre .....	-	184 937	127 529	401 962
São Leopoldo .....	82	20 661	7 010	16 448
Sapiranga .....	96	11 233	3 604	3 270
Sapucaia do Sul .....	171	13 792	2 276	6 722
Triunfo .....	592	14 219	1 053	1 958
Viamão .....	17	17 389	3 741	5 417
<b>TOTAL</b> .....	<b>4 415</b>	<b>457 673</b>	<b>188 684</b>	<b>513 482</b>

(continua)

Tabela 15

Gasto social, por função social, nos municípios da RMPA — 1999

(R\$ 1 000)

MUNICÍPIOS	TRABALHO	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	TOTAL DAS FUNÇÕES SOCIAIS
Alvorada .....	683	874	21 234
Cachoeirinha .....	-	2 061	24 227
Campo Bom .....	-	1 980	19 703
Canoas .....	-	22 070	85 478
Charqueadas .....	-	911	7 490
Dois Irmãos .....	-	316	5 949
Eldorado do Sul .....	-	731	7 671
Estância Velha .....	-	553	9 221
Esteio .....	653	4 650	25 880
Glorinha .....	1	94	1 503
Gravataí .....	1 117	5 926	50 735
Guaíba .....	454	1 349	14 063
Ivoti .....	-	131	5 338
Nova Hartz .....	-	165	5 015
Novo Hamburgo .....	408	12 500	78 026
Parobé .....	-	1 525	11 643
Portão .....	-	1 031	7 084
Porto Alegre .....	11 881	110 887	837 196
São Leopoldo .....	-	5 572	49 773
Sapiranga .....	-	1 184	19 386
Sapucaia do Sul .....	75	212	23 249
Triunfo .....	440	771	19 033
Viamão .....	203	4 780	31 546
<b>TOTAL</b> .....	<b>15 915</b>	<b>180 273</b>	<b>1 360 443</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV a preços de jan./00.



**No conjunto dos municípios**, como já foi visto, a taxa de crescimento dos gastos sociais no período foi de 51%, e a da receita, de 37% (sendo que o crescimento das transferências correspondeu a 44%), elevando a participação dos primeiros na receita total de 58,8% em 1995 para 64,8% em 1999. Esse fato demonstra que o nível municipal vem arcando com uma maior despesa social, independentemente do estabelecimento de fontes de receitas para o financiamento desses novos encargos (Tabela 16).

**No caso da RMPA**, por sua vez, o gasto social cresceu 63%, e a receita, 50%. Para a Região, a taxa de crescimento das transferências foi mais significativa do que no conjunto dos municípios, alcançando 67% no período 1995-99 (especialmente em função do ingresso da Capital na gestão semiplena do SUS, como se verá a seguir). A participação da despesa social na receita total arrecadada cresceu de 68,1% em 1995 para 74,0% em 1999, na RMPA.

Quando se considera o início da década — antes, portanto, da regulamentação e da implantação efetiva de diversas medidas descentralizadoras dos programas sociais —, verifica-se uma diferenciação ainda maior entre o crescimento das receitas municipais e de suas despesas sociais (Tabela 17).

Tabela 16

Índice da evolução da receita total, das transferências, da despesa total e da despesa social no total dos municípios e na RMPA e participação percentual da despesa social na receita e na despesa municipais do RS — 1995 e 1999

DISCRIMINAÇÃO	CONJUNTO DOS MUNICÍPIOS		RMPA	
	1995	1999	1995	1999
Receita total (A) .....	100	137	100	150
Transferências (B) .....	100	144	100	167
Despesa total (C) .....	100	130	100	143
Despesa social (D) .....	100	151	100	163
Despesa social/receita total (D/A) (%) ..	58,8	64,8	68,1	74,0
Despesa social/despesa total (D/C) (%)	56,1	65,0	66,6	75,7

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. Balanços Municipais, 1999.

Tabela 17

Índice da evolução da receita total, da receita de transferências, da despesa total e da despesa social no total dos municípios e na RMPA e participação percentual da despesa social na receita e na despesa municipais do RS — 1990 e 1999

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL DOS MUNICÍPIOS		RMPA (1)	
	1990	1999	1990	1999
Receita total (A) .....	100	157	100	173
Transferências (B) .....	100	161	100	182
Despesa total (C) .....	100	158	100	163
Despesa social (D) .....	100	228	100	206
Despesa social/receita (D/A) (%) ...	44,5	64,8	62,2	74,1
Despesa social/despesa (D/C) (%)	44,9	65,0	59,9	75,7

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.  
Balancos Municipais, 1999.

(1) Em 1990, o Município de Charqueadas foi considerado como parte da RMPA, uma vez que era considerado como tal no ano-base deste estudo.

**No conjunto dos municípios**, houve, em 1999, um incremento de 128% em relação ao ano de 1990 no gasto social, ao mesmo tempo em que as suas receitas, nesse mesmo período, cresceram apenas 57% (e as transferências 61%). Em vista disso, as despesas sociais, que representavam 44,5% da receita municipal no início da década, elevaram sua participação em 1999 para 64,8%.

**Na RMPA**, por sua vez, houve, em relação ao conjunto dos municípios, um menor incremento do gasto social no período e um maior crescimento da receita orçamentária: enquanto o primeiro cresceu 106%, a receita foi incrementada em 73% (e as transferências em 82%). Assim, enquanto, em 1990, a participação do gasto social na receita foi de 62,2%, em 1999, essa participação cresceu para 74,1%. O menor incremento do gasto social na RMPA

em comparação com o conjunto dos municípios deve ser compreendido à luz do fato de que a RMPA já partiu, em 1990, de um patamar elevado (62,2% da receita era aplicada na área social), patamar este só ultrapassado pelo conjunto dos municípios ao final da década. Uma última palavra acerca dessa relação pode ser dita. Na RMPA, 90,3% do aumento da receita arrecadada ocorrido na década de 90 foi direcionado para as áreas sociais.

Por sua vez, a análise comparativa entre a **despesa total realizada** e a despesa social informa sobre a priorização de certos gastos frente aos demais em um ambiente de restrição orçamentária. Relativamente a sua despesa total, a RMPA como um todo gastou mais nas áreas sociais do que o conjunto dos municípios. Enquanto o conjunto dos municípios despendeu 65,0% da despesa total em 1999 com as áreas sociais, esse percentual, na RMPA, foi de 75,7%, variando, nos municípios, de 43,1% a 85,9% (na Capital). Ressalte-se, contudo, que esse desempenho global da RMPA é fortemente influenciado pelo comportamento da Capital, pois a maioria dos municípios tiveram uma participação individual menor do que a média, e em apenas 12 deles se verificou que os gastos nas funções sociais representaram mais do que 60% da despesa total, sendo eles predominantemente os municípios maiores (Tabela 18).

Tabela 18

Participação percentual da despesa social na despesa total dos municípios da RMPA — 1999

MUNICÍPIOS	%
Alvorada .....	56,3
Cachoeirinha .....	61,7
Campo Bom .....	63,0
Canoas .....	72,0
Charqueadas .....	60,3
Dois Irmãos .....	60,2
Eldorado do Sul .....	49,1
Estância Velha .....	59,2
Esteio .....	77,4
Glorinha .....	46,4
Gravataí .....	61,2
Guaíba .....	56,3
Ivoti .....	55,3
Nova Hartz .....	63,8
Novo Hamburgo .....	67,4
Parobé .....	53,7
Portão .....	56,3
Porto Alegre .....	85,9
São Leopoldo .....	69,9
Sapiranga .....	71,6
Sapucaia do Sul .....	58,3
Triunfo .....	43,9
Viamão .....	65,0
RMPA .....	74,1

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Balanços Municipais, 1999.

### **5.3.2 - As funções e os programas sociais mais importantes**

As funções e seus respectivos programas mais significativos dentro das áreas sociais foram Saúde e Saneamento (28,6% da despesa total), na qual o Programa Saúde absorveu a maior parte dos recursos (24,7% ou R\$ 443,45 milhões), e Educação e Cultura (25,5%), com o Programa Ensino Fundamental participando de maneira majoritária (17,3% ou R\$ 310,40 milhões) (Tabela 19).

### **5.3.3 - A despesa com pessoal e com investimentos sociais**

#### **5.3.3.1 - O gasto com pessoal nas áreas sociais**

As despesas com pessoal ativo<sup>15</sup> nas áreas sociais da RMPA em 1999 foram de R\$ 467,68 milhões e representaram 70,1% de todo o gasto com pessoal da região (R\$ 667,11 milhões). No conjunto das despesas, essa participação foi de 26,1% (Tabela 20).

As funções e os programas que mais absorveram recursos para pagamento de pessoal foram Educação e Cultura, com 40,9% de todo o gasto com pessoal da RMPA, sendo 30,7% no Ensino Fundamental, e Saúde e Saneamento, com 17,7%, sendo 13,1% no Programa Saúde (Tabela 19).

#### **5.3.3.2 - O gasto com investimentos nas áreas sociais**

As despesas com investimentos nas áreas sociais da RMPA alcançaram R\$ 94,24 milhões em 1999 e representaram 70,3% de todo o investimento realizado na Região (R\$ 134,01 milhões). No conjunto das despesas, contudo, os investimentos sociais representaram apenas 5,2% (Tabela 21).

É importante salientar o elevado volume de recursos despendidos em investimentos na função Habitação e Urbanismo, na Região Metropolitana, os quais representaram a principal despesa no total dos investimentos realizados (28,5% de todo o gasto com investimentos na RMPA). As demais funções e os programas que mais absorveram recursos relativos a investimentos foram Educação e Cultura (23,0%) e Saúde e Saneamento (18,2%). Dentro dessas funções, especificamente, os programas que mais se destacaram foram: o Programa Urbanismo, com 22,3% dos gastos totais com investimento na Região, o Programa Ensino Fundamental, com 20,5% e o Programa Saneamento, com 10,1% (Tabela 19).

---

<sup>15</sup> Considerou-se aqui apenas o pessoal ativo (pessoal civil e obrigações patronais). Não foi possível auferir quanto foi o gasto com inativos e pensionistas, com exceção de Porto Alegre, cujo conjunto de gastos com pessoal pode ser captado e será analisado, em separado, no item 4.

Tabela 19

Despesa com pessoal, investimentos, outras despesas e despesa total, por funções sociais e principais programas, na RMPA — 1999

FUNÇÕES SOCIAIS E PRINCIPAIS PROGRAMAS	PESSOAL		INVESTIMENTOS	
	Valor (R\$ 1 000)	%	Valor (R\$ 1 000)	%
<b>Defesa Nacional e Segurança</b>				
Pública .....	3 368	0,5	304	0,2
Segurança Pública .....	3 260	0,5	296	0,2
<b>Educação e Cultura .....</b>	<b>272 888</b>	<b>40,9</b>	<b>30 822</b>	<b>23,0</b>
Educação de Crianças de 0 a 6 Anos .....	28 018	4,2	1 500	1,1
Ensino Fundamental .....	204 780	30,7	27 406	20,5
<b>Habitação e Urbanismo .....</b>	<b>28 793</b>	<b>4,3</b>	<b>38 235</b>	<b>28,5</b>
Habitação .....	1 066	0,2	3 245	2,4
Urbanismo .....	16 633	2,5	29 926	22,3
<b>Saúde e Saneamento .....</b>	<b>117 955</b>	<b>17,7</b>	<b>24 430</b>	<b>18,2</b>
Saúde .....	87 390	13,1	9 012	6,7
Saneamento .....	5 087	0,8	13 537	10,1
<b>Trabalho .....</b>	<b>1 676</b>	<b>0,3</b>	<b>8</b>	<b>0,0</b>
Proteção ao Trabalhador .....	1 558	0,2	3	0,0
<b>Assistência e Previdência .....</b>	<b>43 005</b>	<b>6,4</b>	<b>446</b>	<b>0,3</b>
Assistência .....	13 974	2,1	337	0,3
Previdência .....	28 127	4,2	0	0,0
<b>Funções Sociais .....</b>	<b>467 684</b>	<b>70,1</b>	<b>94 245</b>	<b>70,3</b>
<b>DESPESA TOTAL .....</b>	<b>667 109</b>	<b>100,0</b>	<b>134 006</b>	<b>100,0</b>

(continua)

Tabela 19

Despesa com pessoal, investimentos, outras despesas e despesa total, por funções sociais e principais programas, na RMPA — 1999

FUNÇÕES SOCIAIS E PRINCIPAIS PROGRAMAS	OUTRAS DESPESAS		DESPESA TOTAL	
	Valor (R\$ 1 000)	%	Valor (R\$ 1 000)	%
<b>Defesa Nacional e Segurança Pública</b> .....	744	0,1	4 415	0,2
Segurança Pública .....	724	0,1	4 280	0,2
<b>Educação e Cultura</b> .....	153 963	15,5	457 673	25,5
Educação de Crianças de 0 a 6 Anos .....	10 470	1,1	39 988	2,2
Ensino Fundamental .....	78 214	7,8	310 400	17,3
<b>Habitação e Urbanismo</b> .....	121 656	12,2	188 684	10,5
Habitação .....	40 451	4,1	44 762	2,5
Urbanismo .....	10 942	1,1	57 500	3,2
<b>Saúde e Saneamento</b> .....	371 097	37,2	513 482	28,6
Saúde .....	347 048	34,8	443 449	24,7
Saneamento .....	7 996	0,8	26 621	1,5
<b>Trabalho</b> .....	14 231	1,4	15 915	0,9
Proteção ao Trabalhador .....	13 778	1,4	15 339	0,9
<b>Assistência e Previdência</b> .....	136 822	13,7	180 273	10,0
Assistência .....	23 915	2,4	38 227	2,1
Previdência .....	105 332	10,6	133 459	7,4
<b>Funções Sociais</b> .....	798 514	80,1	1 360 443	75,7
<b>DESPESA TOTAL</b> .....	996 490	100,0	1 797 605	100,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Balanços Municipais, 1999.

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV a preços de jan./00.

Tabela 20

Despesa total, despesa com pessoal e despesa com pessoal  
nas funções sociais, na RMPA — 1999

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA (R\$ 1 000)	% NA DESPESA TOTAL
Despesa com pessoal nas funções sociais ....	467 684	26,0
Despesa com pessoal .....	667 109	37,1
Despesa total .....	1 797 605	100,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Balanços Municipais, 1999.  
Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV a preços de jan./00.

Tabela 21

Despesa total, despesa com investimentos e despesa com investimentos  
nas funções sociais, na RMPA — 1999

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA (R\$ 1 000)	% NA DESPESA TOTAL
Despesa com investimentos nas funções sociais .....	94 245	5,2
Despesa com investimentos .....	134 006	7,5
Despesa total .....	1 797 605	100,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Balanços Municipais, 1999.  
Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV a preços de jan./00.



### 5.3.4 - A despesa social *per capita* na RMPA, em 1999

A despesa social *per capita* média na RMPA, em 1999, foi de R\$ 315,00, sendo esse valor menor do que aquele realizado no conjunto dos municípios do RS (R\$ 335,00). Em apenas sete municípios da Região, verifica-se um gasto maior do que a média: Campo Bom, Esteio, Ivoti, Nova Hartz, Novo Hamburgo, Triunfo e Porto Alegre, este com um expressivo gasto *per capita* de R\$ 648,00 nas áreas sociais (Tabela 20).

Considerando a despesa realizada por programa social, pode-se apontar que, nos principais programas realizados na RMPA em 1999, as maiores despesas *per capita* médias foram no Ensino Fundamental, com R\$ 136,00, e na Saúde, com R\$ 60,00 (Tabela 22). Entretanto, com relação ao Programa Saúde, fica difícil realizar uma comparação entre os municípios, uma vez que há diferentes modalidades de municipalização, cada uma implicando uma contabilização distinta dos repasses estaduais e federais (ou seja, contabilizando-os, ou não, como dispêndio próprio do município), valendo salientar apenas que o gasto com saúde *per capita* em Porto Alegre foi de R\$ 271,00 (mais de quatro vezes a média do gasto nesse programa para a região como um todo). Como foi visto, a Capital já se encontrava, em 1999, na Gestão Plena do Sistema de Saúde, o que lhe garantia o repasse integral de recursos do SUS, tanto para pagamento por serviços prestados pelo setor público e privado quanto para gerenciamento das demais ações de saúde no próprio município.

Já no Ensino Fundamental, a variação dá-se entre R\$ 53,00 *per capita* em Alvorada e R\$ 191,00 *per capita* em Ivoti.<sup>16</sup> A Capital não tem uma despesa muito significativa nesse programa (R\$ 72,00), ficando bem abaixo da média da Região (R\$136,00).

---

<sup>16</sup> O Município de Triunfo apresentou uma despesa *per capita* bem superior nesse programa (R\$ 491,00). Entretanto Triunfo é um município bastante atípico, como se viu na caracterização das mesorregiões, em função de que lá se localiza o Pólo Petroquímico do RS.

Tabela 22

Despesa *per capita* realizada nos principais programas e no total das funções sociais em cada município da RMPA — 1999

(R\$)						
MUNICÍPIOS	SEGU- RANÇA PÚBLICA	EDUCA- ÇÃO DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS	ENSINO FUNDA- MENTAL	HABITA- ÇÃO	URBA- NISMO	SAÚDE
Alvorada .....	0	-	53	2	2	18
Cachoeirinha .....	-	9	105	4	2	16
Campo Bom .....	0	30	157	2	10	59
Canoas .....	1	19	73	1	4	56
Charqueadas .....	0	16	118	2	7	73
Dois Irmãos .....	-	19	149	10	2	60
Eldorado do Sul .....	-	21	178	1	-	31
Estância Velha .....	1	29	103	-	0	89
Esteio .....	1	6	112	12	30	78
Glorinha .....	-	0	139	-	14	44
Gravataí .....	0	8	110	0	-	34
Guaíba .....	-	3	79	-	-	26
Ivoti .....	-	37	191	15	5	63
Nova Hartz .....	-	15	167	-	-	83
Novo Hamburgo .....	13	26	126	7	-	48
Parobé .....	-	10	172	1	-	-
Portão .....	-	25	116	3	0	62
Porto Alegre .....	-	12	72	30	36	271
São Leopoldo .....	0	3	97	1	9	79
Sapiranga .....	1	20	137	1	34	47
Sapucaia do Sul .....	1	11	103	1	3	51
Triunfo .....	29	26	491	5	-	81
Viamão .....	0	1	75	2	11	23
<b>Média da RMPA (1) ..</b>	<b>2</b>	<b>15</b>	<b>136</b>	<b>4</b>	<b>7</b>	<b>60</b>

(continua)

Tabela 22

Despesa *per capita* realizada nos principais programas e no total das funções sociais em cada município da RMPA — 1999

MUNICÍPIOS	SA-NEA-MEN-TO	PROTE-ÇÃO AO TRABA-LHADOR	ASSIS-TÊN-CIA	PREVI-DÊNCIA	OUTROS PRO-GRAMAS	TOTAL DAS FUN-ÇÕES SOCIAIS
Alvorada .....	9	4	2	2	30	122
Cachoeirinha .....	1	-	4	6	88	235
Campo Bom .....	7	-	14	22	57	358
Canoas .....	11	-	14	53	62	293
Charqueadas .....	6	-	17	15	11	265
Dois Irmãos .....	6	-	10	-	38	294
Eldorado do Sul .....	5	-	2	20	41	299
Estância Velha .....	4	-	14	0	36	276
Esteio .....	2	8	7	48	29	333
Glorinha .....	3	0	14	-	100	314
Gravataí .....	5	5	11	16	43	233
Guaíba .....	0	5	1	11	31	157
Ivoti .....	0	-	5	-	54	369
Nova Hartz .....	35	-	6	2	55	363
Novo Hamburgo .....	6	2	35	13	51	326
Parobé .....	4	-	12	6	44	249
Portão .....	0	-	13	18	52	291
Porto Alegre .....	13	9	12	74	119	648
São Leopoldo .....	-	-	12	14	48	264
Sapiranga .....	0	-	7	7	29	284
Sapuçaia do Sul .....	1	1	2	-	24	197
Triunfo .....	12	3	1	30	245	922
Viamão .....	1	-	4	17	16	150
<b>Média da RMPA (1)</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>9</b>	<b>16</b>	<b>58</b>	<b>315</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Balanços Municipais, 1999.

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV a preços de jan./00, sendo que aqueles menores de R\$ 1,00 foram desprezados.

(1) Para o cálculo da média da RMPA, procedeu-se, primeiramente, ao cálculo da despesa *per capita* em cada município, dividindo-se, a seguir, a soma desses valores por 23.

## 5.4 - Despesas sociais realizadas em Porto Alegre, em 1999

Neste último item, analisam-se os gastos sociais realizados na Capital pela Administração Direta em 1999.<sup>17</sup> Além do volume do gasto social e de sua participação na despesa total do Município, são apresentadas as despesas com pessoal e os investimentos nas áreas sociais, considerando cada função social e seus principais programas.

### 5.4.1 - A situação da Capital frente ao conjunto dos municípios do RS

A capital do Estado apresenta uma forte concentração de **população**, mas seus indicadores financeiros apontam para uma ainda maior concentração de despesas. Assim, para uma área onde residem 13,0% dos habitantes do Estado, são destinados 26,0% de todo o **gasto social**, pois é na Capital que se concentram equipamentos urbanos e de políticas públicas mais abrangentes, no sentido de pretender alcançar uma população mais ampla, de caráter regional. Para fazer frente a essa despesa, contudo, a participação do Município no total das **receitas** é proporcionalmente menor, alcançando apenas 20,8% (Tabela 23).

### 5.4.2 - O gasto social e a participação na despesa total

Em 1999, o Município de Porto Alegre despendeu, nas áreas sociais, R\$ 837,20 milhões (Tabela 24), R\$ 648,00 *per capita*, os quais representaram 85,9% da sua despesa total. É o município do Estado onde esse percentual atinge seu maior valor.

Embora os principais gastos de Porto Alegre ocorram nas mesmas funções sociais verificadas na RMPA, ressalta-se a elevada participação da função Saúde e Saneamento: 41,2% da despesa total da Cidade ou R\$ 401,96 milhões. Desses recursos, mais de R\$ 350 milhões foram direcionados para o Programa Saúde, correspondendo à expressiva parcela de 35,9% da despesa total (Tabela 24).

---

<sup>17</sup> Como já foi salientado na metodologia, as despesas realizadas através da administração descentralizada não foram aqui consideradas. Assim, quando da análise do Município de Porto Alegre, é preciso ter presente que, além dos gastos apontados, houve, ainda, uma considerável despesa realizada pelo Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) na área de saneamento urbano, dentre outras da Administração Indireta.

Tabela 23

Participação percentual da população, da receita, da despesa e da despesa social de Porto Alegre na RMPA e no total dos municípios do RS — 1999

DISCRIMINAÇÃO	PORTO ALEGRE/RMPA	PORTO ALEGRE/TOTAL DOS MUNICÍPIOS DO RS
População .....	38,5	13,0
Receita .....	56,3	20,8
Despesa .....	54,2	19,7
Despesa social .....	61,5	26,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Balanço Municipal de Porto Alegre, 1999.

As demais funções sociais importantes foram Educação e Cultura, com 19% da despesa total, sendo 9,6% no Programa Ensino Fundamental; Habitação e Urbanismo, com 13,1%, sendo 4,0% para o Programa Habitação e 4,7% para Urbanismo<sup>18</sup>; e Assistência e Previdência, com 11,4% do total, dos quais 9,8% destinados à Previdência e 1,6% à Assistência<sup>19</sup> — Tabela 24.

A vultosa soma de mais de R\$ 350,48 milhões direcionada para o Programa Saúde (35,9% da despesa total do Município) foi analisada em separado, tendo em vista que Porto Alegre já estava, em 1999, na Gestão Plena do Sistema de Saúde, ou seja, inserida no processo de municipalização, na modalidade mais descentralizada possível, como já foi visto antes.

Nesse sentido, primeiramente, verificou-se que o total da receita de transferências havia sido fortemente incrementado em Porto Alegre (com um crescimento de 118% em relação a 1995, ao passo que, no conjunto dos municípios, esse aumento foi de apenas 44%). Dentro da receita de transferências, destaca-se o item Auxílios e Contribuições da União, o qual representou 46,4% do total de transferências para Porto Alegre em 1999.<sup>20</sup> No caso do Município de Porto Alegre, essa modalidade de transferência refere-se, basicamente, às transferências da União para o SUS (99,2% do total, sendo o restante relativo ao salário-educação). As transferências da União para o SUS, em Porto Alegre, apresentaram um importante crescimento desde que a Capital procedeu à

<sup>18</sup> Do total realizado no Programa Habitação, 91,3% refere-se ao subprograma Habitações Urbanas, através de transferências para o Departamento Municipal de Habitação (Demhab).

<sup>19</sup> Do total realizado no Programa Assistência, 77,0% foi transferido para a Fundação de Assistência Social e Comunitária (FASC).

<sup>20</sup> Mais da metade do total de transferências realizadas para o conjunto dos municípios como Auxílios e Contribuições da União foi destinada para Porto Alegre (54,7%).

municipalização da saúde, na modalidade semiplena, em agosto de 1996. Já no ano seguinte, em 1997, houve um crescimento dessas transferências da ordem de quase 3.000% em relação ao ano de 1995, decorrente do fato de que, a partir de então, o Município gerenciaria todo o setor saúde municipal, incluindo-se aí o repasse de recursos ao setor privado, em função da prévia prestação de serviços à população.

Assim, o montante transferido pela União para o SUS do Município (R\$ 282,38 milhões) equivale a 80,6% da despesa realizada no Programa Saúde, a 27,3% de toda a receita municipal arrecadada e a 29,0% da despesa total realizada (Tabela 25). Ou, ainda, 33,7% dos recursos disponíveis para as despesas sociais têm origem nas vultosas transferências realizadas pelo SUS para o Município.

Tal fato não diminui a importância do montante realizado nas demais despesas sociais, pois, como se viu anteriormente (Tabela 11), a despesa social *per capita* na Capital, em 1995 (antes, portanto, do ingresso na semiplena), já era bastante superior à realizada na média do conjunto dos municípios e nas diversas classes de tamanho. Da mesma forma, se, apenas para um exercício, se exclui a receita proveniente do SUS do total dos gastos sociais do Município, ainda assim a despesa social *per capita* resultante em 1999 (R\$ 429,00) seria bastante superior à dos demais municípios da RMPA (Tabela 20) ou à do conjunto dos municípios do RS (R\$ 335,00). Não foi possível verificar, neste estudo, o peso relativo que têm desempenhado as demandas oriundas do Orçamento Participativo<sup>21</sup>, mas supõe-se que esses gastos sociais mais elevados são, em parte, decorrentes do atendimento de demandas populares.

### **5.4.3 - Análise dos principais elementos da despesa: pessoal e investimentos**

#### **5.4.3.1 - A despesa com pessoal na área social**

O total da despesa com pessoal ativo no Município de Porto Alegre, em 1999, correspondeu a 27,8% de sua despesa total realizada. Destes, 75,7% foram relativos à despesa com pessoal nas áreas sociais (ou 21,0% da despesa total) (Tabela 26). Ressalte-se que esse é o valor do gasto com ativos (pessoal civil e obrigações patronais), **não** se considerando, portanto, inativos e pensionistas, como já foi observado quando da análise dessa despesa na RMPA.

---

<sup>21</sup> O Orçamento Participativo foi instituído em 1989 pela Frente Popular em Porto Alegre e é formado por três instâncias que realizam o processo de mediação entre o Executivo Municipal e os moradores da Cidade: (a) unidades administrativas e órgãos internos ao Executivo Municipal, (b) instâncias comunitárias, (c) instâncias institucionais permanentes de participação comunitária, combinando a democracia direta com a representação política e estabelecendo a distribuição dos recursos para investimentos na Cidade (Fedozzi, 1997).

Tabela 24

Despesas com pessoal, investimentos e total, por funções sociais e seus principais programas, em Porto Alegre — 1999

FUNÇÕES E PROGRAMAS SOCIAIS	PESSOAL		INVESTIMENTOS	
	Valor (R\$ 1 000)	%	Valor (R\$ 1 000)	%
Defesa Nacional e Segurança Pública .....	-	-	-	-
Educação e Cultura .....	96 387	35,6	5 665	9,9
Educação de Crianças de 0 a 6 Anos .....	8 445	3,1	209	0,4
Ensino Fundamental .....	61 534	22,7	4 426	7,7
Habitação e Urbanismo .....	13 943	5,1	28 559	49,9
Habitação .....	-	-	-	-
Urbanismo .....	10 634	3,9	28 045	49,0
Saúde e Saneamento .....	78 256	28,9	14 068	24,6
Saúde .....	55 727	20,6	4 278	7,5
Saneamento .....	3 014	1,1	8 460	14,8
Trabalho .....	-	-	-	-
Proteção ao Trabalhador .....	-	-	-	-
Assistência e Previdência .....	16 361	6,0	74	0,1
Assistência .....	1 280	0,5	74	0,1
Previdência .....	15 081	5,6	-	-
<b>Funções Sociais</b> .....	<b>204 947</b>	<b>75,7</b>	<b>48 366</b>	<b>84,4</b>
<b>DESPESA TOTAL</b> .....	<b>270 745</b>	<b>100,0</b>	<b>57 276</b>	<b>100,0</b>

(continua)

Tabela 24

Despesas com pessoal, investimentos e total, por funções sociais e seus principais programas, em Porto Alegre — 1999

FUNÇÕES E PROGRAMAS SOCIAIS	OUTROS		DESPESA TOTAL	
	Valor (R\$ 1 000)	%	Valor (R\$ 1 000)	%
Defesa Nacional e Segurança Pública .....	-	-	-	-
Educação e Cultura .....	82 885	12,8	184 937	19,0
Educação de Crianças de 0 a 6 Anos .....	6 326	1,0	14 980	1,5
Ensino Fundamental .....	27 645	4,3	93 605	9,6
Habitação e Urbanismo .....	85 028	13,1	127 529	13,1
Habitação .....	39 366	6,1	39 366	4,0
Urbanismo .....	7 397	1,1	46 076	4,7
Saúde e Saneamento .....	309 637	47,9	401 962	41,2
Saúde .....	290 480	44,9	350 485	35,9
Saneamento .....	5 164	0,8	16 638	1,7
Trabalho .....	11 881	1,8	11 881	1,2
Proteção ao Trabalhador .....	11 881	1,8	11 881	1,2
Assistência e Previdência .....	94 452	14,6	110 887	11,4
Assistência .....	13 763	2,1	15 117	1,6
Previdência .....	80 541	12,4	95 622	9,8
<b>Funções Sociais</b> .....	<b>583 884</b>	<b>90,2</b>	<b>837 196</b>	<b>85,9</b>
<b>DESPESA TOTAL</b> .....	<b>646 981</b>	<b>100,0</b>	<b>975 002</b>	<b>100,0</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Balanço Municipal de Porto Alegre, 1999.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV a preços de jan./00.



Tabela 25

Receita total, receita proveniente da União para o SUS, despesa total e despesa no Programa Saúde, em Porto Alegre — 1999

DISCRIMINAÇÃO	VALORES
Receita total POA (R\$ 1 000) (A) .....	1 033 736
Receita SUS (R\$ 1 000) (B) .....	282 377
Despesa total (R\$ 1 000) (C) .....	975 002
Despesa Programa Saúde (R\$ 1 000) (D) ...	350 485
B/A (%) .....	27,3
B/C (%) .....	29,0
B/D (%) .....	80,6

FUNTE DOS DADOS BRUTOS: Balanço Municipal de Porto Alegre, 1999.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV a preços de jan./00.

Tabela 26

Despesa realizada com pessoal, com pessoal das áreas sociais e despesa total em Porto Alegre — 1999

DESPESA	VALORES (R\$ 1 000)	% NA DESPESA TOTAL
Pessoal das áreas sociais .....	204 947	21,0
Pessoal total .....	270 745	27,8
Despesa total .....	837 196	100,0

FUNTE DOS DADOS BRUTOS: Balanço Municipal de Porto Alegre, 1999.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV a preços de jan./00.

Quando se analisa o gasto com pessoal por funções e programas sociais, verifica-se que as funções que concentram esse tipo de despesa são Educação e Cultura e Saúde e Saneamento.<sup>22</sup> De todo o gasto com pessoal realizado na Capital, 35,6% o foram na função Educação e Cultura, sendo 22,7% especificamente no Programa Ensino Fundamental. A função Saúde e Saneamento absorveu 28,9%, sendo 20,6% apenas no Programa Saúde (Tabela 24).

#### 5.4.3.2 - A despesa com investimentos sociais

O montante total de investimentos realizados no Município, em 1999, correspondeu a 5,9% da despesa total nele realizada (Tabela 27). Destes, 84,4% foram destinados a investimentos nas áreas sociais (ou 5,0% da despesa total) (Tabela 24).

A função que mais absorveu recursos para investimentos em Porto Alegre, nesse ano, foi Habitação e Urbanismo. Conforme se pode observar na Tabela 24, do conjunto dos investimentos municipais, 49,9% (R\$ 28,56 milhões) foram realizados nessa função, quase exclusivamente no Programa Urbanismo (R\$ 28,04 milhões). Em segundo lugar, com R\$ 14,07 milhões, encontra-se a função Saúde e Saneamento, representando 24,6% do total dos investimentos municipais, onde se destacam R\$ 8,46 milhões para o Saneamento e R\$ 4,28 milhões para a Saúde (Tabela 24).

Tabela 27

Despesa realizada com investimentos, com investimentos nas áreas sociais e despesa total em Porto Alegre — 1999

DESPESA	VALORES (R\$ 1 000)	% NA DESPESA TOTAL
Investimentos sociais .....	48 366	5,0
Investimentos totais .....	57 276	5,9
Despesa total .....	837 196	100,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Balanço Municipal de Porto Alegre, 1999.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV a preços de jan./00.

<sup>22</sup> Esses dois setores são tradicionalmente considerados fortes demandantes de recursos humanos (como professores e auxiliares de ensino, médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, etc.). Considerando o total despendido em cada uma dessas funções em Porto Alegre, em 1999, tem-se que 52,1% da função Educação e Cultura e 19,5% da função Saúde e Saneamento foram gastos com pessoal ativo.

## 6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Durante o período em análise, verificou-se que a necessidade de promover um ajuste fiscal sustentado se constituiu numa prioridade para o Governo Central. Com esse objetivo, ele procurou melhorar as suas contas públicas ajustando suas finanças para atingir resultados positivos, principalmente após o final de 1998, quando efetuou um acordo com o FMI. O comportamento favorável das finanças públicas federais fez com que o Governo atingisse as metas acordadas com esse organismo internacional. As esferas subnacionais de governo também tiveram que contribuir para o ajuste fiscal através de controle de seus gastos, uma vez que estes estavam incluídos nas metas a serem atingidas pelo Governo.

Todavia a política de ajuste do Governo Federal foi obtida, em grande medida, com cortes de gastos, principalmente nas áreas sociais, o que fez com que os municípios assumissem mais encargos e aumentassem seus dispêndios nessas áreas.

Com esse sentido, tornam-se importantes as análises efetuadas em nível municipal. No caso do RS, o exame das receitas totais dos municípios do Estado revelou que a maior parte deles dependem de transferências das outras esferas de governo. No entanto, verificou-se que, de acordo com o tamanho do município, estas representam uma parcela maior ou menor na receita total. Nos municípios pequenos (até 10.000 habitantes), as transferências são fundamentais para o financiamento de seus gastos, pois representam uma maior parcela de suas receitas totais, enquanto para aqueles municípios que possuem uma população maior (mais de 100.000 habitantes), essas transferências significam uma contribuição pequena nas suas receitas totais. Para estes últimos, são as receitas próprias que registram uma participação mais expressiva no total das receitas.

Quanto aos gastos na área social, percebeu-se, em primeiro lugar, que houve, na década, uma taxa de crescimento da despesa social municipal em todas as classes de tamanho e na RMPA muito superior à verificada na esfera estadual, correspondendo, exatamente, à municipalização da responsabilidade do atendimento das questões sociais, dentro da ótica da responsabilidade da execução.

Do ponto de vista da ótica da origem dos recursos, ou seja, de seu financiamento, a pesquisa enfrentou limitações, dado que não foi possível desagregar as receitas municipais no nível de cada receita vinculada às áreas sociais. Entretanto constatou-se que, no conjunto dos municípios gaúchos, o cresci-

mento das transferências foi inferior ao do gasto social. No mesmo sentido, verificou-se que 100,7% do aumento da receita arrecadada na década, no total dos municípios, foram direcionados para os gastos sociais, evidenciando uma priorização desse setor frente às demais responsabilidades municipais. A priorização da área social pode ser medida também através do crescimento da participação do gasto social na receita total municipal: de 44,5% em 1990 para 64,8% em 1999.

Dentre as funções sociais, destacam-se a função Educação e Cultura e Saúde e Saneamento, as quais, somadas, representaram, em 1999, 48% do total gasto pelos municípios nas áreas sociais. Em ambas, o processo de descentralização foi acelerado nos últimos anos, em especial a partir de 1998, quando foram implantados a Gestão Plena do Sistema de Saúde e o Fundef. A partir de então, intensificou-se o repasse de recursos para os municípios.

Para o conjunto dos municípios do RS, houve uma redução da capacidade de poupança própria no período. Dessa forma, não houve uma melhora no resultado corrente, porque, apesar de as receitas correntes terem crescido, as despesas correntes aumentaram num ritmo maior, principalmente os gastos na área social. Nesse sentido, o esforço fiscal porventura obtido pelos municípios do RS reverteu em maiores gastos sociais.

Os dados demonstram que, desde a Constituição de 1988, os municípios efetivamente receberam mais recursos de transferências da União, mas também elevaram as suas atribuições. No entanto, parece ser inegável a evidente preocupação dos municípios com a área social, o que foi visto através da análise dos gastos sociais. Além disso, outros estudos já vêm apontando o esforço que os municípios têm feito com relação ao processo de descentralização, buscando tornar mais transparentes e democráticas as relações entre os governos locais e a sociedade.

# **ANEXOS**



## Anexo 1 - Síntese das finanças municipais, por mesorregiões e RMPA, no RS

Tabela 1

Receita municipal, própria, de transferências e cota-parte do ICMS, por mesorregiões e RMPA, no RS — 1999

(R\$)

MESORREGIÕES E RMPA	RECEITA PRÓPRIA	TRANSFERÊNCIAS	ICMS
Noroeste .....	107 248 367	797 173 387	242 674 038
Nordeste .....	92 790 421	394 798 202	172 949 341
Centro Ocidental .....	40 899 440	168 045 335	50 633 016
Centro Oriental .....	42 410 392	300 238 981	112 090 971
Metropolitana de Porto Alegre	528 306 579	1 569 052 836	544 910 380
Sudoeste .....	31 315 425	217 010 972	80 514 289
Sudeste .....	44 834 828	260 087 916	90 749 691
<b>TOTAL</b> .....	<b>887 805 452</b>	<b>3 706 407 629</b>	<b>1 294 521 726</b>
<b>RMPA</b> .....	<b>447 790 690</b>	<b>1 233 203 657</b>	<b>446 393 101</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV a preços de jan./00.

Tabela 2

Despesa municipal, com pessoal, investimentos e total, por mesorregiões e RMPA, no RS — 1999

(R\$)

MESORREGIÕES E RMPA	PESSOAL	INVESTIMENTOS	TOTAL
Noroeste .....	395 825 200	101 047 667	976 203 781
Nordeste .....	199 035 293	54 978 869	513 091 036
Centro Ocidental .....	102 102 578	16 305 290	229 460 134
Centro Oriental .....	142 093 479	38 421 091	365 816 245
Metropolitana de Porto Alegre	864 054 193	184 213 923	2 256 336 326
Sudoeste .....	133 986 232	17 758 845	275 996 993
Sudeste .....	151 942 277	19 730 743	329 107 810
<b>TOTAL</b> .....	<b>1 989 039 251</b>	<b>432 456 428</b>	<b>4 946 012 325</b>
<b>RMPA</b> .....	<b>667 108 701</b>	<b>134 006 203</b>	<b>1 797 605 235</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV a preços de jan./00.

Tabela 3

## População dos municípios da RMPA — 1999

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO
Alvorada .....	174 427
Cachoeirinha .....	103 004
Campo Bom .....	54 982
Canoas .....	292 219
Charqueadas .....	28 289
Dois Irmãos .....	20 234
Eldorado do Sul .....	25 680
Estância Velha .....	33 417
Esteio .....	77 656
Glorinha .....	4 788
Gravataí .....	217 944
Guaíba .....	89 797
Ivoti .....	14 467
Nova Hartz .....	13 823
Novo Hamburgo .....	239 492
Parobé .....	46 772
Portão .....	24 372
Porto Alegre .....	1 292 631
São Leopoldo .....	188 560
Sapiranga .....	68 376
Sapucaia do Sul .....	117 858
Triunfo .....	20 654
Viamão .....	211 000
<b>RMPA</b> .....	<b>3 360 442</b>

FONTE: Estimativas FEE/NIS.



Tabela 4

## Despesas com pessoal, investimentos e total na RMPA e no total dos municípios do RS — 1999

(R\$)			
DISCRIMINAÇÃO	PESSOAL	INVESTIMENTOS	TOTAL
Alvorada .....	15 634 266	6 215 459	37 746 645
Cachoeirinha.....	22 269 840	2 072 535	39 243 300
Campo Bom .....	13 189 205	974 238	31 255 260
Canoas .....	55 883 511	4 765 239	118 691 800
Charqueadas .....	6 397 554	591 361	12 425 555
Dois Irmãos .....	3 540 177	1 254 258	9 883 121
Eldorado do Sul .....	7 665 677	2 942 135	15 636 399
Estância Velha .....	8 640 036	914 750	15 569 002
Esteio .....	16 601 014	3 856 630	33 457 848
Glorinha .....	1 365 461	675 488	3 241 516
Gravataí .....	43 768 048	7 140 051	82 927 335
Guaíba .....	12 708 760	1 293 052	24 984 493
Ivoti .....	3 566 836	1 850 200	9 648 692
Nova Hartz .....	3 244 863	1 491 983	7 861 804
Novo Hamburgo .....	56 043 149	10 527 284	115 703 846
Parobé .....	10 006 933	2 182 535	21 695 954
Portão .....	5 929 205	1 208 783	12 586 022
Porto Alegre .....	270 744 564	57 276 276	975 002 075
São Leopoldo .....	28 892 061	8 915 118	71 184 348
Sapiranga .....	11 538 425	4 674 913	27 058 669
Sapucaia do Sul .....	18 818 856	5 555 686	39 859 569
Triunfo .....	21 493 782	4 565 069	43 383 773
Viamão .....	29 166 477	3 063 160	48 558 207
<b>Total da RMPA .....</b>	<b>667 108 701</b>	<b>134 006 203</b>	<b>1 797 605 235</b>
<b>TOTAL DOS MUNICÍPIOS DO RS .....</b>	<b>1 989 039 251</b>	<b>432 456 428</b>	<b>4 946 012 325</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV a preços de jan./00.

Tabela 5

Receita de IPTU, ITBI, ISS e total da receita tributária  
de Porto Alegre — 1995-99

				(R\$)
ANOS	IPTU	ITBI	ISS	TOTAL DA RECEITA TRIBUTÁRIA
1995	71 313 956	31 885 079	121 451 132	231 050 513
1996	80 555 701	37 424 744	133 368 071	252 829 019
1997	82 157 852	45 187 919	145 617 024	274 718 030
1998	85 386 848	47 093 868	154 091 144	288 025 956
1999	79 276 905	43 210 081	145 958 715	269 562 313

FONTES DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV a preços de jan./00.

Tabela 6

Despesas realizadas por funções sociais, segundo classes de tamanho,  
nos municípios do RS — 1995

					(R\$)
CLASSES DE TAMANHO	DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	EDUCAÇÃO E CULTURA	HABITAÇÃO E URBANISMO	SAÚDE E SANEAMENTO	
Até 10 000 hab. ....	903 913	161 312 242	34 765 098	63 496 968	
De 10 001 a 50 000 hab.	1 719 129	259 125 180	61 345 429	92 576 930	
De 50 001 a 100 000 hab.	1 387 528	159 396 803	72 360 398	63 148 067	
Mais de 100 000 hab. ....	1 792 682	216 798 710	91 323 727	95 861 617	
Porto Alegre .....	-	123 626 018	100 408 681	111 572 072	
<b>TOTAL</b> .....	<b>5 803 252</b>	<b>920 258 953</b>	<b>360 203 333</b>	<b>426 655 654</b>	

CLASSES DE TAMANHO	TRABALHO	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	TOTAL DAS FUNÇÕES SOCIAIS	
Até 10 000 hab. ....	381 450	29 016 520	289 876 191	
De 10 001 a 50 000 hab.	969 373	79 232 454	494 968 495	
De 50 001 a 100 000 hab.	5 589 259	56 579 551	358 461 607	
Mais de 100 000 hab. ....	5 278 929	114 957 681	526 013 346	
Porto Alegre .....	13 519 674	109 879 487	459 005 933	
<b>TOTAL</b> .....	<b>25 738 686</b>	<b>389 665 694</b>	<b>2 128 325 572</b>	

FONTES DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV a preços de jan./00.

Tabela 7

Despesas realizadas por funções sociais, segundo classes de tamanho,  
nos municípios do RS — 1996

(R\$)

CLASSES DE TAMANHO	DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	EDUCAÇÃO E CULTURA	HABITAÇÃO E URBANISMO	SAÚDE E SANEAMENTO
Até 10 000 hab. ....	1 607 923	183 053 609	41 654 748	82 934 803
De 10 001 a 50 000 hab.	2 331 292	300 148 036	64 779 710	111 142 325
De 50 001 a 100 000 hab.	1 242 794	151 699 744	63 483 496	68 955 294
Mais de 100 000 hab. ....	3 743 063	273 929 873	96 771 990	112 674 110
Porto Alegre .....	-	134 737 063	109 014 911	206 489 306
<b>TOTAL</b> .....	<b>8 925 071</b>	<b>1 043 568 326</b>	<b>375 704 855</b>	<b>582 195 838</b>

CLASSES DE TAMANHO	TRABALHO	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	TOTAL DAS FUNÇÕES SOCIAIS
Até 10 000 hab. ....	1 643 737	34 846 055	345 740 876
De 10 001 a 50 000 hab.	1 290 346	83 990 565	563 682 273
De 50 001 a 100 000 hab.	4 894 105	54 161 552	344 436 984
Mais de 100 000 hab. ....	7 707 568	126 806 349	621 632 953
Porto Alegre .....	7 869 654	121 270 291	579 381 226
<b>TOTAL</b> .....	<b>23 405 410</b>	<b>421 074 813</b>	<b>2 454 874 312</b>

FONTES DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV a preços de jan./00.

Tabela 8

Despesas realizadas por funções sociais, segundo classes de tamanho,  
nos municípios do RS — 1997

CLASSES DE TAMANHO	(R\$)			
	DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	EDUCAÇÃO E CULTURA	HABITAÇÃO E URBANISMO	SAÚDE E SANEAMENTO
Até 10 000 hab. ....	762 423	196 295 274	35 467 488	85 246 480
De 10 001 a 50 000 hab.	1 655 171	275 335 161	53 571 552	103 494 671
De 50 001 a 100 000 hab.	961 730	138 827 640	47 608 057	68 340 417
Mais de 100 000 hab. ....	3 042 433	267 351 956	83 267 280	110 405 777
Porto Alegre .....	-	137 292 351	98 095 721	454 568 992
<b>TOTAL</b> .....	<b>6 421 758</b>	<b>1 015 102 382</b>	<b>318 010 098</b>	<b>822 056 337</b>

CLASSES DE TAMANHO	TRABALHO	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	TOTAL DAS FUNÇÕES SOCIAIS
Até 10 000 hab. ....	845 959	43 263 452	361 881 076
De 10 001 a 50 000 hab.	2 428 521	84 893 585	521 378 660
De 50 001 a 100 000 hab.	5 451 870	57 269 127	318 458 843
Mais de 100 000 hab. ....	11 881 313	133 481 565	609 430 325
Porto Alegre .....	14 415 195	127 807 371	832 179 630
<b>TOTAL</b> .....	<b>35 022 859</b>	<b>446 715 100</b>	<b>2 643 328 534</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV a preços de jan./00.

Tabela 9

Despesas realizadas por funções sociais, segundo classes de tamanho,  
nos municípios do RS — 1998

(R\$)				
CLASSES DE TAMANHO	DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	EDUCAÇÃO E CULTURA	HABITAÇÃO E URBANISMO	SAÚDE E SANEAMENTO
Até 10 000 hab. ....	740 152	298 861 357	38 307 078	114 123 882
De 10 001 a 50 000 hab.	1 833 430	397 393 804	59 261 532	138 745 723
De 50 001 a 100 000 hab.	1 328 252	202 626 308	50 318 950	87 458 616
Mais de 100 000 hab. ....	3 212 122	369 281 329	98 689 572	162 886 607
Porto Alegre .....	-	155 522 451	118 149 160	462 345 645
<b>TOTAL</b> .....	<b>7 113 956</b>	<b>1 423 685 250</b>	<b>364 726 292</b>	<b>965 560 473</b>

CLASSES DE TAMANHO	TRABALHO	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	TOTAL DAS FUNÇÕES SOCIAIS
Até 10 000 hab. ....	1 151 953	43 920 893	497 105 317
De 10 001 a 50 000 hab.	1 523 928	87 402 327	686 160 743
De 50 001 a 100 000 hab.	6 000 493	65 347 924	413 080 543
Mais de 100 000 hab. ....	11 187 547	150 508 504	795 765 680
Porto Alegre .....	13 123 398	134 513 351	883 654 006
<b>TOTAL</b> .....	<b>32 987 320</b>	<b>481 692 999</b>	<b>3 275 766 289</b>

FONTES DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV a preços de jan./00.

Tabela 10

Despesas realizadas por funções sociais, segundo classes de tamanho,  
nos municípios do RS — 1999

(R\$)				
CLASSES DE TAMANHO	DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	EDUCAÇÃO E CULTURA	HABITAÇÃO E URBANISMO	SAÚDE E SANEAMENTO
Até 10 000 hab. ....	444 623	274 906 035	31 123 534	111 954 954
De 10 001 a 50 000 hab.	1 939 400	386 984 743	54 281 199	146 215 515
De 50 001 a 100 000 hab.	1 507 972	212 718 001	54 999 237	92 450 227
Mais de 100 000 hab. ....	3 996 091	372 397 600	100 424 591	188 626 736
Porto Alegre .....	-	184 937 259	127 529 297	401 961 885
<b>TOTAL</b> .....	<b>7 888 086</b>	<b>1 431 943 637</b>	<b>368 357 858</b>	<b>941 209 317</b>

CLASSES DE TAMANHO	TRABALHO	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	TOTAL DAS FUNÇÕES SOCIAIS
Até 10 000 hab. ....	861 592	43 015 536	462 306 274
De 10 001 a 50 000 hab.	1 699 271	87 824 555	678 944 683
De 50 001 a 100 000 hab.	4 986 628	63 257 891	429 919 955
Mais de 100 000 hab. ....	7 549 977	134 140 502	807 135 497
Porto Alegre .....	11 881 184	110 886 613	837 196 238
<b>TOTAL</b> .....	<b>26 978 653</b>	<b>439 125 096</b>	<b>3 215 502 646</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV a preços de jan./00.

Tabela 11

Índice da evolução da receita, da despesa e da despesa social *per capita* médias, por classes de tamanho, nos municípios do RS — 1990, 1995 e 1999

CLASSES DE TAMANHO	(R\$)								
	RECEITA PER CAPITA			DESPESA PER CAPITA			DESPESA SOCIAL PER CAPITA		
	1990	1995	1999	1990	1995	1999	1990	1995	1999
Até 10 000 hab. ....	100	109	131	100	119	135	100	340	481
De 10 001 a 50 000 hab. ....	100	105	133	100	111	137	100	186	271
De 50 001 a 100 000 hab. ....	100	114	140	100	130	144	100	152	189
Mais de 100 000 hab. ....	100	95	126	100	104	134	100	108	149
Porto Alegre .....	100	123	203	100	109	174	100	116	209
<b>TOTAL</b> .....	100	113	141	100	123	144	100	243	348
RMPA .....	100	91	112	100	100	117	100	127	173

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Os dados têm como base 1990 = 100.

Tabela 12

Despesas realizadas nas funções sociais, nos municípios da RMPA e do RS — 1999

MUNICÍPIOS	(R\$)					
	DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	EDUCAÇÃO E CULTURA	HABITAÇÃO E URBANISMO	SAÚDE E SANEAMENTO	TRABALHO	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA
Alvorada .....	37 605	11 880 719	2 893 835	4 864 959	683 023	873 757
Cachoeirinha .....	-	14 275 236	2 943 893	4 947 197	-	2 060 852
Campo Bom .....	20 105	11 130 428	2 474 922	4 097 926	-	1 980 113
Canoas .....	152 961	32 335 563	10 170 428	20 749 155	-	22 069 605
Charqueadas .....	7 044	4 067 696	262 665	2 241 848	-	910 767
Dois Irmãos .....	-	3 868 600	412 615	1 352 196	-	315 530
Eldorado do Sul .....	-	5 774 874	233 422	930 927	-	731 285
Estância Velha .....	47 238	5 364 817	23 320	3 232 219	-	553 261
Esteio .....	96 853	10 063 250	4 087 931	6 328 212	653 138	4 650 322
Glorinha .....	249	770 973	92 685	543 615	857	94 157
Gravataí .....	20 257	28 651 794	6 475 689	8 544 426	1 116 613	5 926 062
Guaíba .....	38 101	7 805 288	2 059 186	2 357 321	454 249	1 348 531
Ivoti .....	-	3 660 290	629 352	917 765	-	131 007
Nova Hartz .....	-	2 584 255	636 307	1 629 642	-	165 157
Novo Hamburgo .....	3 037 625	39 471 950	9 591 378	13 017 217	407 989	12 500 108
Parobé .....	-	9 784 605	110 980	221 574	-	1 525 367
Portão .....	-	3 951 629	371 800	1 729 537	-	1 031 427
Porto Alegre .....	-	184 937 259	127 529 297	401 961 885	11 881 184	110 886 613
São Leopoldo .....	81 637	20 660 765	7 010 325	16 448 356	-	5 572 366
Sapiranga .....	95 773	11 232 806	3 603 578	3 269 994	-	1 183 598
Sapucaia do Sul .....	171 001	13 792 208	2 276 468	6 721 854	75 192	212 402
Triunfo .....	592 323	14 218 690	1 053 203	1 957 619	440 044	770 846
Viamão .....	16 598	17 388 890	3 741 173	5 416 927	202 787	4 779 941
<b>Total da RMPA .....</b>	<b>4 415 369</b>	<b>457 672 585</b>	<b>188 684 452</b>	<b>513 482 372</b>	<b>15 915 076</b>	<b>180 273 074</b>
<b>TOTAL DO RS .....</b>	<b>7 888 086</b>	<b>1 431 943 637</b>	<b>368 357 858</b>	<b>941 209 317</b>	<b>26 978 653</b>	<b>439 125 096</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV a preços de jan./00.



## Anexo 2 - Receitas e despesas municipais, por mesorregiões e RMPA, no RS

Tabela 1

População e principais receitas em valores correntes, por mesorregiões do IBGE, dos municípios do RS — 1999

MUNICÍPIO E MESORREGIÕES	POPULAÇÃO	IPTU (R\$)	ISTBI (R\$)	ISS (R\$)	COTA- -PARTE DO FPM (R\$)	COTA- -PARTE DO ICMS (R\$)	RECEITA TOTAL ARRECADADA (R\$)
<b>Noroeste</b>							
Água Santa .....	4 324	13 116	25 493	3 777	1 121 387	966 471	2 710 812
Ajuricaba .....	7 741	96 973	42 039	26 539	1 466 119	1 023 011	3 959 442
Alecrim .....	9 238	34 701	12 082	8 239	1 832 649	656 422	4 169 851
Alegria .....	5 494	32 757	10 038	10 637	1 121 387	525 828	2 939 242
Alpestre .....	10 426	27 861	13 551	37 140	2 063 197	677 990	4 634 459
Alto Alegre .....	2 033	13 406	6 558	2 407	1 121 386	372 143	1 800 948
Ametista do Sul .....	7 164	20 706	10 349	3 362	1 121 387	669 437	2 618 121
Aratiba .....	7 352	31 415	21 035	930 664	1 450 725	811 026	4 296 780
Augusto Pestana ....	8 413	125 702	28 216	13 459	1 103 319	1 198 550	3 688 856
Áurea .....	4 044	31 381	5 976	15 292	1 121 387	436 816	2 040 447
Barão de Cotegipe	6 919	24 412	15 715	7 262	1 121 372	991 303	2 583 274
Barra do Guarita ....	3 292	7 455	3 554	838	1 121 387	215 252	1 652 438
Barra do Rio Azul ...	2 465	9 519	3 240	3 900	1 122 387	390 322	1 861 641
Barra Funda .....	2 126	26 247	6 227	5 035	1 121 387	548 318	2 263 896
Barracão .....	5 326	24 398	20 814	5 127	1 113 561	648 205	2 636 619
Barros Cassal .....	11 153	46 635	16 396	16 573	1 761 222	916 104	4 356 307
Benjamin Constant do Sul .....	2 919	1 838	2 428	1 777	1 121 387	232 062	1 614 402
Boa Vista das Mis- sões .....	2 079	5 115	12 529	13 646	1 121 523	549 360	2 122 810
Boa Vista do Buricá	6 278	70 470	21 437	26 811	1 121 387	774 217	3 376 531
Bom Progresso .....	2 693	18 501	4 674	4 426	1 122 553	318 936	2 074 831
Bossoroca .....	7 915	59 711	48 871	12 725	1 121 387	1 273 859	3 950 344
Braga .....	4 303	22 394	8 343	1 736	1 117 932	456 928	2 354 043
Cacique Doble .....	4 967	7 338	4 538	3 352	1 121 387	488 120	2 468 838
Caibaté .....	7 122	69 523	20 394	24 776	1 099 590	796 441	3 314 392
Caiçara .....	5 504	27 293	8 192	2 074	1 121 451	455 802	2 631 054
Camargo .....	2 379	14 139	3 998	4 180	1 121 387	923 926	2 591 988
Campina das Mis- sões .....	7 182	46 005	11 846	10 728	1 121 387	679 621	2 925 659
Campinas do Sul ....	8 479	54 304	30 228	13 800	1 686 036	1 169 190	4 343 482

(continua)

Tabela 1

População e principais receitas em valores correntes, por mesorregiões do IBGE,  
dos municípios do RS — 1999

MUNICÍPIOS E MESORREGIÕES	POPULAÇÃO	IPTU (R\$)	ISTBI (R\$)	ISS (R\$)	COTA- -PARTE DO FPM (R\$)	COTA- -PARTE DO ICMS (R\$)	RECEITA TOTAL ARRECADADA (R\$)
Campo Novo .....	6 878	33 232	19 638	7 281	1 392 814	650 374	3 152 286
Campos Borges .....	3 833	17 545	4 404	1 589	1 121 387	416 413	2 346 526
Cândido Godói .....	7 592	35 075	5 191	13 840	1 121 387	850 226	2 928 054
Carazinho .....	58 303	1 146 550	370 855	663 184	4 604 783	5 383 643	20 839 144
Carlos Gomes .....	2 165	1 398	2 286	1 190	1 121 387	242 953	1 726 614
Casca .....	8 372	190 062	50 106	42 686	1 392 803	1 220 282	4 291 875
Caseiros .....	3 050	22 366	6 583	1 247	1 101 422	419 048	2 025 888
Catuípe .....	10 194	79 853	42 444	57 614	1 759 373	1 233 441	4 757 121
Centenário .....	3 269	7 633	8 183	1 861	1 121 387	373 236	1 913 603
Cerro Grande .....	2 795	11 778	3 020	10 428	1 121 387	285 274	1 967 709
Cerro Largo .....	12 558	189 565	34 311	65 526	2 052 568	1 205 633	5 156 653
Chapada .....	10 090	65 818	66 210	38 725	1 466 119	1 707 776	5 015 407
Charrua .....	4 146	11 192	5 556	3 657	1 119 196	461 611	2 270 442
Chiapeta .....	4 187	62 189	50 344	16 791	1 117 317	810 656	2 492 280
Ciriaco .....	5 324	15 633	16 066	10 755	1 121 387	666 408	2 449 152
Colorado .....	4 152	37 579	46 989	4 497	1 120 532	917 495	2 881 785
Condor .....	6 386	34 152	43 113	16 437	1 121 387	105 165	3 360 798
Constantina .....	11 252	95 815	41 870	14 686	2 052 568	921 010	4 519 813
Coqueiros do Sul .....	2 950	12 921	15 831	2 990	1 121 387	519 494	2 127 238
Coronel Barros .....	2 454	17 400	5 710	3 250	1 121 387	483 208	2 217 792
Coronel Bicaco .....	8 460	32 594	34 900	26 420	1 392 814	993 591	3 599 762
Coxilha .....	3 230	15 940	29 952	5 293	1 121 387	1 044 697	2 672 897
Crissiumal .....	15 220	88 179	34 575	42 324	2 125 874	1 276 096	5 131 977
Cristal do Sul .....	2 743	1 316	6 184	1 025	1 121 388	219 498	1 582 479
Cruz Alta .....	71 496	510 860	346 064	518 695	5 131 418	7 389 806	22 358 150
David Canabarro .....	4 808	16 807	8 047	5 218	1 121 398	600 497	2 655 485
Derrubadas .....	3 927	6 326	8 692	4 518	1 121 383	543 193	2 224 051
Dezesseis de No- vembro .....	3 498	8 778	6 142	6 229	1 121 387	311 044	1 989 221
Dois Irmãos das Missões .....	2 757	13 274	31 645	3 220	1 131 490	452 299	2 325 199
Doutor Maurício Cardoso .....	6 462	35 250	20 424	18 061	1 392 814	827 245	3 430 137
Engenho Velho .....	2 194	7 701	3 940	132	1 121 397	310 590	1 804 893
Entre Rios do Sul ...	3 680	21 918	5 646	1 518	1 121 387	930 214	3 137 143

(continua)

Tabela 1

População e principais receitas em valores correntes, por mesorregiões do IBGE, dos municípios do RS — 1999

MUNICÍPIO E MESORREGIÕES	POPULAÇÃO	IPTU (R\$)	ISTBI (R\$)	ISS (R\$)	COTA- -PARTE DO FPM (R\$)	COTA- -PARTE DO ICMS (R\$)	RECEITA TOTAL ARRECADADA (R\$)
Entre-ljuís .....	10 346	70 864	13 420	24 434	2 199 179	1 280 524	5 156 935
Erebango .....	3 056	11 224	24 129	4 182	1 121 387	600 084	2 186 561
Erechim .....	87 637	2 349 657	603 791	2 884 443	5 233 139	8 520 252	31 627 640
Ernestina .....	3 808	25 725	37 584	31 287	1 121 387	834 736	2 865 957
Erval Grande .....	5 544	20 220	7 226	2 501	1 120 353	489 051	2 235 840
Erval Seco .....	9 610	54 697	15 724	5 464	1 686 038	741 953	3 985 714
Esperança do Sul ...	4 081	5 939	8 357	2 834	1 121 387	328 067	1 940 664
Espumoso .....	16 032	242 654	65 316	92 959	2 132 824	1 688 505	6 725 657
Estação .....	6 172	63 795	33 430	41 531	1 121 387	1 082 786	3 228 949
Eugênio de Castro ..	3 421	27 052	16 742	6 591	1 112 589	574 089	2 169 129
Faxinalzinho .....	3 075	16 153	6 341	6 530	1 103 427	356 692	1 930 929
Florianópolis .....	2 457	8 231	6 165	3 048	1 121 387	199	1 654 012
Fontoura Xavier .....	12 040	27 782	7 934	24 217	1 495 523	754 321	4 567 174
Fortaleza dos Valos	4 914	50 365	48 776	7 929	1 121 387	1 251 430	4 279 535
Frederico Westphalen .....	28 058	321 331	73 896	206 426	2 858 933	970 424	9 240 255
Gaurama .....	6 194	105 484	21 195	31 817	1 140 340	930 055	3 141 666
Gentil .....	1 901	6 311	14 564	3 376	1 099 590	389 416	1 929 089
Getúlio Vargas .....	16 299	344 957	65 444	111 820	2 272 873	1 760 976	7 108 759
Giruá .....	18 736	114 802	73 386	77 061	3 293 807	2 127 672	7 954 688
Gramado dos Loureiros .....	2 586	5 638	2 782	6 570	1 121 387	280 230	1 732 857
Guarani das Missões .....	9 032	123 100	27 456	19 195	1 392 814	836 225	3 833 494
Horizontina .....	16 726	428 387	86 263	127 288	2 125 874	2 936 209	8 726 172
Humaitá .....	5 455	40 741	17 507	5 616	1 130 718	717 344	2 757 761
Ibiaçá .....	5 254	60 348	36 873	21 521	1 121 387	938 107	2 828 422
Ibiraiaras .....	7 407	45 339	18 674	7 205	1 121 387	922 836	3 219 698
Ibirapuitã .....	5 077	19 024	22 014	17 544	1 121 387	528 226	2 277 183
Ibirubá .....	18 517	258 350	111 182	204 700	2 242 774	2 187 950	7 632 436
Ijuí .....	76 108	1 113 595	302 805	587 467	5 351 336	6 791 959	26 474 422
Independência .....	7 543	44 699	27 793	13 675	1 121 387	866 721	3 022 618
Inhacorá .....	2 388	10 636	11 469	1 859	1 120 316	397 703	1 808 055
Ipiranga do Sul .....	2 204	20 521	12 856	3 848	1 121 387	658 282	2 296 470

(continua)

Tabela 1

População e principais receitas em valores correntes, por mesorregiões do IBGE, dos municípios do RS — 1999

MUNICÍPIOS E MESORREGIÕES	POPULAÇÃO	IPTU (R\$)	ISTBI (R\$)	ISS (R\$)	COTA- -PARTE DO FPM (R\$)	COTA- -PARTE DO ICMS (R\$)	RECEITA TOTAL ARRECADADA (R\$)
Iraí .....	8 876	33 356	15 862	12 617	1 832 649	689 140	3 929 343
Itatiba do Sul .....	5 770	31 893	6 915	8 467	1 121 387	466 268	2 778 242
Jaboticaba .....	4 650	9 478	5 087	13 822	1 392 814	358 768	2 824 960
Jacutinga .....	4 377	27 873	17 556	8 096	1 119 330	640 199	2 389 064
Jóia .....	8 249	23 468	116 551	17 648	1 121 083	1 458 413	4 081 100
Lagoa dos Três Cantos .....	1 658	20 104	17 569	15 946	1 121 387	501 133	2 172 313
Lagoão .....	5 698	16 543	7 260	10 699	1 466 119	395 240	2 975 105
Lajeado do Bugre ...	2 371	3 422	382	887	1 121 387	204 115	1 641 238
Liberato Salzano ....	6 982	9 180	5 587	15 724	1 466 119	462 598	2 685 612
Machadinho .....	6 480	23 706	48 174	6 951	1 121 387	625 816	2 802 576
Marau .....	26 658	706 879	209 184	386 170	2 597 970	4 595 024	13 493 073
Marcelino Ramos ...	6 586	47 783	129 442	280 976	1 121 387	741 840	3 787 391
Mariano Moro .....	2 434	9 667	4 033	21 834	1 121 387	386 577	2 000 430
Mato Castelhanos ...	2 333	10 445	17 829	4 592	1 121 387	507 271	1 923 543
Maximiliano de Al- meida .....	6 016	24 748	20 640	467 891	1 111 424	544 534	2 935 074
Miraguaí .....	5 427	7 976	2 748	2 540	1 121 387	401 163	1 996 866
Mormaço .....	2 276	6 735	9 666	3 456	1 119 521	366 680	1 753 384
Muliterno .....	1 840	2 835	5 337	4 490	1 120 532	243 348	1 851 541
Não-me-Toque .....	14 069	160 660	48 470	102 617	2 125 874	2 118 391	7 510 585
Nicolau Vergueiro ...	1 771	6 871	14 538	6 192	1 121 387	456 705	1 954 043
Nonoai .....	13 003	114 126	20 913	25 263	2 052 568	968 970	5 197 461
Nova Boa Vista .....	2 343	11 527	5 748	4 123	1 121 387	448 334	2 147 141
Nova Candelária .....	2 972	7 369	3 504	4 028	1 121 387	531 682	2 038 093
Nova Ramada .....	2 833	5 351	20 969	13 306	1 121 387	467 527	2 234 974
Novo Barreiro .....	3 823	8 025	4 380	2 126	1 121 387	363 215	2 181 436
Novo Machado .....	4 899	43 597	18 231	5 562	1 099 590	611 105	2 324 448
Novo Tiradentes .....	2 658	6 345	2 515	2 004	1 121 387	225 656	1 617 526
Paim Filho .....	4 633	13 174	8 265	8 152	1 121 387	555 274	2 316 649
Palmeira das Mis- sões .....	39 010	329 187	98 929	206 728	4 471 665	3 563 804	12 067 372
Palmitinho .....	7 655	40 358	9 941	5 043	1 686 038	545 980	3 694 676
Panambi .....	32 407	777 632	171 595	316 439	2 989 665	4 267 587	14 696 567

(continua)

Tabela 1

População e principais receitas em valores correntes, por mesorregiões do IBGE,  
dos municípios do RS — 1999

MUNICÍPIOS E MESORREGIÕES	POPULAÇÃO	IPTU (R\$)	ISTBI (R\$)	ISS (R\$)	COTA- -PARTE DO FPM (R\$)	COTA- -PARTE DO ICMS (R\$)	RECEITA TOTAL ARRECADADA (R\$)
Passo Fundo .....	160 639	5 814 956	1 292 115	2 235 991	10 376 754	17 269 959	58 948 882
Pejuçara .....	4 222	52 493	33 665	9 648	1 120 342	1 017 013	3 239 022
Pinhal .....	2 600	18 159	2 151	8	1 119 451	287 943	2 008 401
Pinheirinho do Vale	4 522	9 492	2 910	627	1 119 690	465 414	2 160 713
Pirapó .....	3 476	12 711	4 644	2 895	1 121 387	365 516	2 348 931
Planalto .....	11 257	77 703	14 885	17 891	2 041 723	641 102	4 293 992
Pontão .....	4 014	4 719	28 234	9 464	1 121 386	886 148	2 649 989
Ponte Preta .....	2 386	7 263	10 162	827	1 120 004	381 754	1 924 200
Porto Lucena .....	7 144	26 050	7 304	7 575	1 336 849	508 049	2 706 667
Porto Mauá .....	2 969	21 326	5 930	6 578	1 121 387	370 566	2 118 484
Porto Vera Cruz .....	2 685	9 303	2 711	429	1 121 387	232 422	1 693 793
Porto Xavier .....	11 488	45 848	27 227	35 254	1 550 432	940 043	3 811 066
Quinze de Novembro .....	3 603	35 146	18 453	15 051	1 121 387	652 240	2 758 269
Redentora .....	8 652	19 803	22 451	5 573	1 392 814	547 673	2 737 581
Rio dos Índios .....	5 324	1 519	4 464	5 227	1 121 387	454 245	2 187 170
Rodeio Bonito .....	5 512	55 621	18 091	15 689	1 686 038	486 236	3 374 000
Ronda Alta .....	11 123	49 959	22 434	4 160	1 686 038	967 252	4 176 683
Rondinha .....	6 250	31 801	22 048	5 849	1 121 387	676 622	2 624 209
Roque Gonzales .....	7 900	23 264	17 506	15 022	1 384 085	720 247	3 479 863
Sagrada Família .....	2 763	5 771	1 475	484	1 121 185	275 456	1 958 028
Saldanha Marinho .....	3 132	38 139	20 695	6 597	1 121 390	605 142	2 525 556
Salto do Jacuí .....	12 908	139 054	47 085	28 619	1 522 065	4 310 068	9 487 929
Salvador das Missões .....	2 900	10 612	3 658	1 893	1 121 387	706 923	2 578 767
Sananduva .....	15 020	206 922	54 481	92 792	2 125 874	1 819 592	5 445 815
Santa Bárbara do Sul .....	9 990	197 350	135 431	40 618	1 310 825	2 016 973	5 052 389
Santa Rosa .....	64 951	1 350 079	281 877	1 086 776	4 718 808	6 348 506	31 231 051
Santo Ângelo .....	76 810	2 165 605	307 245	642 385	5 390 845	5 817 319	21 406 257
Santo Antônio das Missões .....	13 052	61 825	54 595	14 663	1 794 442	1 464 571	5 326 137

(continua)

Tabela 1

População e principais receitas em valores correntes, por mesorregiões do IBGE, dos municípios do RS — 1999

MUNICÍPIOS E MESORREGIÕES	POPULAÇÃO	IPTU (R\$)	ISTBI (R\$)	ISS (R\$)	COTA- -PARTE DO FPM (R\$)	COTA- -PARTE DO ICMS (R\$)	RECEITA TOTAL ARRECADADA (R\$)
Santo Antônio do Palma .....	2 288	7 738	5 098	6 176	1 117 964	495 367	2 051 551
Santo Antônio do Planalto .....	2 049	13 931	13 692	6 430	1 124 746	552 418	2 044 173
Santo Augusto .....	15 224	170 964	73 281	78 930	2 125 874	1 641 390	6 401 259
Santo Cristo .....	15 298	105 888	33 133	305 682	2 123 012	1 747 598	6 102 562
Santo Expedito do Sul .....	2 733	3 098	8 797	458	1 121 387	357 816	1 835 573
São Domingos do Sul .....	2 864	35 477	3 882	5 011	1 121 387	548 723	2 268 572
São João da Urtiga	4 914	20 045	9 967	10 498	1 121 387	453 671	2 200 933
São José das Missões .....	3 153	4 598	4 340	1 352	1 121 273	281 518	1 905 627
São José do Herval	2 489	9 883	3 543	10 693	1 121 494	229 843	1 930 751
São José do Inhamorã .....	2 535	24 299	5 834	3 585	1 121 003	385 706	2 248 251
São José do Ouro ..	7 038	47 802	15 927	10 649	1 593 810	793 395	3 119 894
São Luiz Gonzaga ..	39 377	326 637	177 567	183 979	4 031 828	3 234 310	13 133 496
São Martinho .....	6 312	36 971	27 284	9 324	1 176 357	757 466	2 532 249
São Miguel das Missões .....	7 444	41 359	52 221	27 764	1 392 814	1 411 510	4 783 969
São Nicolau .....	6 560	18 487	15 469	20 047	1 121 387	525 503	3 037 465
São Paulo das Missões .....	7 258	52 019	10 874	8 843	1 392 844	646 470	3 573 099
São Pedro do Butiá	2 990	26 034	7 286	7 373	1 121 387	567 919	2 146 438
São Valentim .....	4 352	19 023	10 084	2 905	1 121 387	462 475	2 298 859
São Valério do Sul	2 559	7 920	2 818	180	1 119 389	288 412	1 741 685
Sarandi .....	18 656	192 180	81 140	107 717	2 565 733	2 053 912	8 367 109
Seberi .....	11 698	64 701	29 479	20 070	2 052 568	815 634	4 550 716
Sede Nova .....	3 397	8 891	10 003	3 012	1 120 732	559 918	2 334 547
Selbach .....	4 669	58 771	37 408	23 592	1 068 431	864 299	2 794 780
Senador Salgado Filho .....	2 908	5 584	8 726	8 339	1 121 387	468 783	2 093 290
Sertão .....	7 577	57 176	47 502	7 726	1 392 814	1 066 532	3 440 608
Sete de Setembro	2 473	7 661	4 311	3 827	1 121 387	319 387	1 796 687
Severiano de Almeida .....	4 296	26 774	13 455	20 693	1 119 554	596 042	2 555 454
Soledade .....	28 542	344 651	186 225	132 228	2 873 435	2 178 505	8 553 427

(continua)

Tabela 1

População e principais receitas em valores correntes, por mesorregiões do IBGE,  
dos municípios do RS — 1999

MUNICÍPIOS E MESORREGIÕES	POPULAÇÃO	IPTU (R\$)	ISTBI (R\$)	ISS (R\$)	COTA- -PARTE DO FPM (R\$)	COTA- -PARTE DO ICMS (R\$)	RECEITA TOTAL ARRECADADA (R\$)
Tapejara .....	13 950	369 330	75 104	92 001	2 125 874	1 621 979	6 680 834
Tapera .....	10 828	168 901	48 500	45 965	1 832 649	1 125 172	5 230 222
Taquaruçu do Sul ...	3 039	20 180	1 689	1 347	1 121 387	413 074	2 747 939
Tenente Portela .....	14 578	121 580	38 919	31 253	2 451 627	910 577	5 344 165
Tiradentes do Sul ...	8 296	9 509	6 396	12 036	1 101 797	659 950	2 692 115
Três Arroios .....	3 234	34 432	8 090	3 109	1 121 387	592 202	2 680 796
Três de Maio .....	24 890	336 994	87 420	149 993	2 910 681	2 197 886	8 522 615
Três Palmeiras .....	4 710	16 325	4 064	1 498	1 121 387	459 859	2 479 337
Três Passos .....	24 835	437 283	152 210	147 024	3 738 605	2 609 835	10 500 000
Trindade do Sul .....	5 894	15 842	12 218	23 849	1 121 387	520 793	2 451 601
Tucunduva .....	6 492	40 752	23 511	13 788	1 382 270	899 198	3 168 044
Tunas .....	4 552	4 577	6 342	1 224	1 114 211	320 270	2 140 174
Tupanci do Sul .....	2 031	923	5 457	115	1 125 096	328 116	1 674 460
Tuparendi .....	9 588	146 953	28 699	31 841	1 832 679	1 151 869	4 567 338
Ubiretama .....	2 724	4 753	2 933	5 119	1 121 387	354 603	1 803 577
Vanini .....	1 976	12 239	4 923	2 024	1 113 908	446 922	2 104 356
Viadutos .....	6 387	36 395	8 169	15 302	1 121 387	638 013	2 783 835
Vicente Dutra .....	6 215	17 138	21 169	860	1 121 387	416 535	2 628 867
Victor Graeff .....	3 855	29 087	27 102	4 095	1 128 045	894 174	3 142 780
Vila Lângaro .....	2 395	3 321	8 776	5 855	1 121 896	443 529	1 982 380
Vila Maria .....	4 190	35 534	10 744	4 876	1 121 387	1 006 306	3 237 576
Vista Alegre .....	3 049	10 056	2 957	2 097	1 120 409	326 604	1 976 021
Vista Gaúcha .....	2 821	10 881	3 260	-	1 121 387	484 599	2 182 978
Vitória das Missões	4 071	5 357	2 729	3 801	1 121 947	489 854	2 358 527
<b>Total da Noroeste</b>	<b>1 963 735</b>	<b>26 507 341</b>	<b>8 637 251</b>	<b>15 325 229</b>	<b>313 392 309</b>	<b>221 528 593</b>	<b>883 051 054</b>
<b>Nordeste</b>							
André da Rocha .....	1 074	9 361	17 276	1 901	1 120 729	375 206	1 765 612
Anta Gorda .....	6 530	110 242	15 675	20 792	1 121 387	1 148 235	3 747 870
Antônio Prado .....	12 148	123 852	59 014	68 185	1 760 398	2 197 050	5 808 925

(continua)

Tabela 1

População e principais receitas em valores correntes, por mesorregiões do IBGE, dos municípios do RS — 1999

MUNICÍPIOS E MESORREGIÕES	POPULAÇÃO	IPTU (R\$)	ISTBI (R\$)	ISS (R\$)	COTA- -PARTE DO FPM (R\$)	COTA- -PARTE DO ICMS (R\$)	RECEITA TOTAL ARRECADADA (R\$)
Arvorezinha .....	10 226	29 071	20 501	26 877	1 764 895	940 364	4 380 577
Bento Gonçalves ....	87 889	1 124 010	1 016 733	2 636 669	5 233 139	17 214 166	47 641 490
Boa Vista do Sul .....	3 059	12 363	7 853	9 042	1 099 590	1 340 347	3 315 575
Bom Jesus .....	12 017	109 542	53 798	14 362	2 225 464	1 489 336	5 322 372
Cambará do Sul .....	6 756	53 913	24 755	13 110	1 110 329	1 004 504	3 739 000
Campestre da Serra	3 109	3 492	9 395	21 094	1 121 387	577 156	2 265 963
Carlos Barbosa .....	20 612	805 763	121 014	313 369	2 242 774	5 518 702	11 701 406
Caxias do Sul .....	347 035	8 601 841	5 084 044	16 714 497	10 376 764	60 106 683	177 919 278
Cotiporã .....	4 114	60 495	8 960	10 479	1 099 590	593 058	2 604 536
Dois Lajeados .....	3 269	37 775	7 143	12 179	1 121 387	711 372	2 446 058
Esmeralda .....	5 563	18 717	70 327	2 645	1 121 387	780 804	2 661 170
Fagundes Varela ....	2 425	42 591	14 265	9 323	1 121 387	692 359	2 453 254
Farroupilha .....	56 894	1 130 295	303 093	1 053 645	4 111 752	13 675 274	35 770 720
Flores da Cunha .....	22 204	427 959	251 381	281 402	2 242 774	3 919 304	12 883 474
Garibaldi .....	27 224	445 448	262 191	460 297	2 616 568	7 657 696	17 033 250
Guabiju .....	1 981	4 076	3 090	4 164	1 115 522	312 645	1 742 855
Guaporé .....	19 274	517 518	59 064	166 495	2 242 793	2 131 053	7 994 276
Ilópoli .....	4 492	39 541	11 904	10 864	1 121 387	548 548	2 642 578
Ipê .....	5 456	47 167	35 435	9 602	1 120 262	769 699	2 645 123
Itapuca .....	2 754	2 952	5 896	1 394	1 121 387	299 597	2 080 312
Jaquirana .....	4 586	19 593	13 939	5 696	1 099 590	522 005	2 605 750
Lagoa Vermelha .....	29 544	286 978	189 686	152 663	2 616 570	2 727 493	8 466 202
Montauri .....	1 796	9 530	1 986	6 812	1 121 548	462 088	2 011 255
Monte Alegre dos Campos .....	2 867	-	7 333	1 487	1 117 620	451 071	1 798 027
Monte Belo do Sul ..	2 809	5 534	10 564	8 484	1 121 387	567 876	2 239 407
Muitos Capões .....	2 718	4 406	45 818	10 614	1 121 387	765 151	2 237 010
Nova Alvorada .....	2 697	11 761	8 456	6 419	1 121 387	868 445	2 714 538
Nova Araçá .....	3 231	28 071	8 577	12 697	1 121 387	824 926	2 534 529
Nova Bassano .....	7 662	76 779	26 944	76 612	1 121 387	1 673 618	4 203 010
Nova Pádua .....	2 511	26 407	11 964	7 503	1 122 061	951 065	2 727 077
Nova Prata .....	17 172	447 065	83 861	283 385	2 242 774	3 072 715	8 667 088
Nova Roma do Sul	3 118	17 405	14 306	5 293	1 111 286	743 156	2 274 317

(continua)



Tabela 1

População e principais receitas em valores correntes, por mesorregiões do IBGE, dos municípios do RS — 1999

MUNICÍPIOS E MESORREGIÕES	POPULAÇÃO	IPTU (R\$)	ISTBI (R\$)	ISS (R\$)	COTA- -PARTE DO FPM (R\$)	COTA- -PARTE DO ICMS (R\$)	RECEITA TOTAL ARRECADADA (R\$)
Paraí .....	5 848	67 680	10 981	13 950	1 121 387	961 056	3 203 979
Protásio Alves .....	2 137	7 769	2 092	3 653	1 121 387	329 187	1 813 104
Putinga .....	4 803	25 683	8 358	3 945	1 121 387	629 060	2 938 338
Santa Tereza .....	1 944	13 864	3 518	6 705	1 121 387	481 807	2 092 190
São Francisco de Paula .....	18 560	232 592	188 015	113 708	2 245 907	2 376 064	7 933 321
São Jorge .....	2 878	9 250	6 404	4 409	1 121 387	580 821	2 282 021
São José dos Ausentes .....	3 254	15 104	14 282	2 633	1 121 405	662 988	2 240 294
São Marcos .....	18 516	301 772	96 370	322 516	2 242 774	2 318 936	8 837 344
São Valentim do Sul	2 233	7 974	6 895	5 390	1 120 579	489 304	1 895 016
Serafina Corrêa .....	10 253	233 772	40 120	81 219	1 495 182	2 101 887	6 433 639
União da Serra .....	2 166	5 343	1 200	1 982	1 121 387	457 338	1 845 753
Vacaria .....	54 589	828 477	215 858	220 984	4 051 676	5 058 519	17 839 101
Veranópolis .....	18 508	571 793	116 875	313 786	2 242 833	2 701 981	8 982 682
Vila Flores .....	3 067	10 760	8 140	14 466	1 121 387	648 229	2 373 608
Vista Alegre do Pra- ta .....	1 713	7 583	711	6 620	1 121 387	449 422	1 936 909
<b>Total da Nordeste</b>	<b>897 285</b>	<b>17 030 929</b>	<b>8 606 058</b>	<b>23 556 020</b>	<b>88 862 882</b>	<b>157 879 369</b>	<b>475 691 179</b>
<b>Centro-Ocidental</b>							
Agudo .....	16 044	144 733	52 975	257 111	2 199 179	1 624 366	6 801 309
Cacequi .....	15 372	98 258	61 778	135 673	1 868 978	1 652 685	6 116 685
Dilermando de Aguaiar .....	3 311	11 878	21 362	19 992	1 121 319	457 281	2 212 956
Dona Francisca .....	3 894	40 010	12 030	10 815	1 121 387	486 565	2 370 738
Faxinal do Soturno	6 890	212 655	10 271	30 765	1 392 814	617 591	3 080 043
Formigueiro .....	7 623	42 403	30 291	9 508	1 128 038	917 043	3 459 093
Itaara .....	4 144	55 501	16 669	19 288	1 121 387	256 075	2 495 672
Itacurubi .....	3 682	16 644	28 658	6 498	1 121 387	751 872	2 998 883
Ivorá .....	2 542	28 825	2 603	6 197	1 121 387	284 031	1 837 930
Jaguari .....	12 679	123 326	38 609	60 751	1 759 334	114 968	4 378 303
Jari .....	3 784	5 225	24 229	7 194	1 098 659	626 654	2 084 208
Júlio de Castilhos ...	22 504	196 846	126 903	35 145	2 565 709	2 072 076	7 323 642
Mata .....	5 739	62 852	9 937	12 450	1 007 031	488 745	2 269 668

(continua)

Tabela 1

População e principais receitas em valores correntes, por mesorregiões do IBGE, dos municípios do RS — 1999

MUNICÍPIOS E MESORREGIÕES	POPULAÇÃO	IPTU (R\$)	ISTBI (R\$)	ISS (R\$)	COTA- -PARTE DO FPM (R\$)	COTA- -PARTE DO ICMS (R\$)	RECEITA TOTAL ARRECADADA (R\$)
Nova Esperança do Sul .....	3 921	74 980	9 419	10 326	1 124 140	457 026	2 093 916
Nova Palma .....	6 106	103 555	29 626	195 570	1 121 387	737 407	3 401 677
Pinhal Grande .....	4 769	35 165	26 185	16 088	1 121 387	2 982 738	5 730 713
Quevedos .....	2 833	8 754	16 584	658	1 121 387	486 282	2 152 331
Restinga Seca .....	15 807	106 767	38 961	44 152	1 868 978	1 819 656	5 623 343
Santa Maria .....	232 400	9 655 871	1 809 809	5 440 016	10 220 423	14 802 693	79 304 006
Santiago .....	51 960	966 312	162 960	377 015	4 332 905	3 323 714	14 205 854
São João do Polesine .....	2 628	70 748	13 783	8 263	1 121 143	334 478	1 873 617
São Martinho da Serra .....	3 343	12 733	28 729	13 344	1 121 387	520 555	2 341 042
São Pedro do Sul ...	16 542	363 657	51 282	106 020	2 119 947	1 362 840	7 951 501
São Sepé .....	24 675	329 858	101 291	109 880	2 829 163	2 810 348	9 788 147
São Vicente do Sul	8 092	119 440	24 914	38 488	1 104 482	971 483	3 892 694
Silveira Martins .....	2 596	36 029	9 368	13 245	1 120 847	308 133	2 193 536
Toropi .....	3 106	7 039	9 723	2 089	1 123 009	308 780	1 806 603
Tupanciretã .....	19 108	252 415	198 360	83 239	2 492 403	2 780 680	9 049 760
Unistalda .....	2 673	8 190	16 977	1 805	1 138 415	317 833	1 711 469
Vila Nova do Sul .....	4 224	31 640	18 428	4 773	1 121 387	546 502	2 407 497
<b>Total da Centro- -Occidental .....</b>	<b>512 991</b>	<b>13 222 309</b>	<b>3 002 714</b>	<b>7 076 357</b>	<b>54 829 396</b>	<b>46 221 099</b>	<b>202 956 836</b>
<b>Centro-Oriental</b>							
Arroio do Meio .....	16 233	359 202	67 173	136 828	2 125 874	3 468 063	7 587 832
Arroio do Tigre .....	12 076	72 117	24 775	32 856	1 832 649	1 018 632	5 384 785
Bom Retiro do Sul ..	10 735	175 620	32 557	55 412	1 495 202	1 602 264	5 132 914
Boqueirão do Leão	7 976	28 816	10 782	11 514	1 674 740	949 630	3 852 692
Cachoeira do Sul ....	85 980	1 674 382	377 435	818 743	5 497 948	7 056 729	31 211 334
Candelária .....	29 578	104 726	73 881	98 869	2 631 034	2 442 878	8 395 206
Capitão .....	2 396	22 809	2 032	3 296	1 129 100	883 980	2 338 974
Cerro Branco .....	4 268	25 247	5 000	13 439	1 110 455	587 457	2 900 591
Colinas .....	2 481	19 862	1 793	10 828	1 121 387	620 448	2 048 463
Cruzeiro do Sul .....	11 744	59 701	23 450	28 194	1 495 182	1 438 187	4 362 772
Doutor Ricardo .....	2 180	12 096	4 257	6 178	1 121 387	474 381	1 977 696

(continua)

Tabela 1

População e principais receitas em valores correntes, por mesorregiões do IBGE,  
dos municípios do RS — 1999

MUNICÍPIOS E MESORREGIÕES	POPULAÇÃO	IPTU (R\$)	ISTBI (R\$)	ISS (R\$)	COTA- -PARTE DO FPM (R\$)	COTA- -PARTE DO ICMS (R\$)	RECEITA TOTAL ARRECADADA (R\$)
Encantado .....	18 026	450 729	86 292	206 446	2 242 774	3 741 592	9 187 540
Estrela .....	27 559	1 042 660	107 316	407 436	2 932 239	4 387 575	14 751 768
Estrela Velha .....	3 780	6 185	24 244	5 356	1 121 596	465 544	2 605 214
Fazenda Vilanova ...	2 677	12 066	5 648	17 496	1 117 931	286 113	1 944 587
Gramado Xavier .....	3 938	10 937	7 764	5 169	1 121 387	359 141	2 157 333
Herveiras .....	2 753	6 341	2 451	4 098	1 121 387	287 871	1 874 862
Ibarama .....	4 835	20 519	41 729	7 734	1 121 387	528 089	2 397 333
Imigrante .....	3 879	37 708	4 950	21 192	1 121 400	1 182 852	2 898 754
Lajeado .....	61 761	1 992 001	617 625	1 423 853	4 485 548	8 848 291	27 572 929
Marques de Souza	4 411	57 489	9 018	18 989	1 089 712	702 174	2 350 888
Mato Leitão .....	3 291	22 429	7 842	36 457	1 121 387	645 591	2 635 962
Muçum .....	4 857	72 522	9 543	25 913	1 121 387	867 647	2 836 185
Nova Bréscia .....	4 634	42 238	7 328	7 114	1 121 387	1 562 754	3 328 594
Novo Cabrais .....	3 349	-	10 746	18 678	1 121 387	371 163	1 907 488
Pantano Grande .....	10 514	56 406	50 672	47 525	1 466 379	1 217 853	4 830 161
Paraíso do Sul .....	6 915	41 494	21 325	46 212	1 109 147	823 189	3 119 345
Passa Sete .....	4 795	4 243	9 268	8 091	1 121 387	437 095	2 362 365
Passo do Sobrado ..	5 374	32 627	34 356	7 932	1 121 387	766 514	2 990 233
Paverama .....	7 699	45 333	18 830	11 938	1 119 264	714 358	2 551 818
Pouso Novo .....	2 199	17 037	1 958	27 689	1 121 387	408 179	1 820 248
Progresso .....	6 712	35 634	7 817	19 251	1 391 629	1 041 766	3 092 948
Relvado .....	2 306	24 918	5 530	6 639	1 121 387	756 306	2 374 900
Rio Pardo .....	37 806	492 178	141 407	166 015	3 548 643	3 210 720	11 566 671
Roca Sales .....	8 986	86 069	25 066	23 024	1 392 820	1 461 367	3 984 977
Santa Clara do Sul	4 788	72 688	14 855	34 287	1 121 387	880 415	2 777 745
Santa Cruz do Sul ..	104 747	2 143 526	949 805	2 131 901	6 597 537	22 349 969	58 527 321
Segredo .....	6 882	26 927	8 167	7 023	1 686 038	550 043	3 487 892
Sério .....	3 099	19 213	2 095	6 560	1 118 045	727 189	2 309 906
Sinimbu .....	10 428	23 524	13 863	35 223	1 832 649	1 074 905	5 590 826
Sobradinho .....	15 546	298 336	34 392	100 928	2 199 179	1 073 782	5 362 034
Tabaí .....	3 028	-	3 766	14 607	1 121 387	304 118	1 687 740
Taquari .....	23 801	209 139	89 151	107 591	2 546 422	2 807 788	8 765 800

(continua)

Tabela 1

População e principais receitas em valores correntes, por mesorregiões do IBGE, dos municípios do RS — 1999

MUNICÍPIOS E MESORREGIÕES	POPULAÇÃO	IPTU (R\$)	ISTBI (R\$)	ISS (R\$)	COTA- -PARTE DO FPM (R\$)	COTA- -PARTE DO ICMS (R\$)	RECEITA TOTAL ARRECADADA (R\$)
Teutônia .....	21 614	561 675	114 676	270 715	2 244 382	4 981 166	12 885 526
Travesseiro .....	2 363	15 271	1 424	10 355	1 121 843	654 403	1 974 772
Vale do Sol .....	10 934	15 479	13 448	26 758	1 494 079	950 348	3 745 816
Venâncio Aires .....	59 546	540 472	288 853	535 428	4 111 752	7 663 376	25 444 046
Vera Cruz .....	20 805	188 559	57 492	110 147	2 242 774	2 226 545	8 672 376
Vespasiano Correa	2 269	11 538	2 244	4 235	1 121 387	463 463	1 875 885
<b>Total da Centro- -Oriental .....</b>	<b>718 553</b>	<b>11 290 688</b>	<b>3 476 091</b>	<b>7 182 159</b>	<b>88 268 152</b>	<b>102 323 905</b>	<b>335 444 048</b>
<b>Metropolitana</b>							
Alto Feliz .....	2 614	28 677	5 163	11 668	1 121 387	476 383	2 188 321
Alvorada .....	174 427	1 249 564	305 560	859 000	9 753 625	3 945 948	33 820 893
Arambaré .....	3 604	111 378	36 108	4 479	1 126 706	762 597	2 837 171
Araricá .....	3 658	66 499	15 853	64 632	1 108 927	247 536	2 256 012
Arroio do Sal .....	5 163	1 120 272	129 263	43 686	1 121 197	224 547	4 879 089
Arroio dos Ratos .....	13 021	142 204	28 913	70 246	1 762 808	712 472	4 554 741
Balneário Pinhal .....	5 594	1 092 790	98 451	69 818	1 086 031	323 847	4 511 557
Barão .....	5 708	22 676	4 903	7 681	1 121 348	907 863	2 551 444
Barão do Triunfo .....	6 323	13 644	5 698	10 385	1 121 387	689 411	2 425 469
Barra do Ribeiro .....	11 186	102 460	38 805	71 805	1 759 344	995 494	5 452 588
Bom Princípio .....	9 513	145 014	48 115	85 231	1 121 387	1 501 940	4 824 358
Brochier do Maratá	4 269	40 899	7 489	31 599	1 120 576	534 209	2 700 270
Butiá .....	19 909	133 572	40 965	185 810	2 798 123	1 544 511	6 754 626
Cachoeirinha .....	103 004	1 026 538	480 863	1 267 276	5 595 458	10 192 327	31 326 571
Camaquã .....	59 144	590 459	178 620	389 887	4 370 834	6 353 765	19 744 738
Campo Bom .....	54 982	2 308 928	194 211	1 032 177	4 111 752	8 176 277	28 586 704
Canela .....	33 975	1 276 382	346 536	527 009	3 004 696	2 700 580	16 046 550
Canoas .....	292 219	1 915 330	1 780 235	7 908 806	10 376 764	53 783 233	112 549 055
Capão da Canoa .....	29 585	5 383 943	1 105 371	257 407	2 527 997	913 208	15 985 637
Capela de Santana	9 430	61 792	18 709	33 206	1 121 387	736 049	2 743 347
Capivari do Sul .....	3 148	35 416	11 381	16 746	1 218 965	484 733	2 234 302
Caraá .....	5 968	-	8 100	10 973	1 121 387	444 977	1 967 225
Cerro Grande do Sul .....	7 896	16 589	6 432	9 099	1 119 888	666 378	2 743 458
Charqueadas .....	28 289	557 939	49 972	409 177	2 713 566	3 919 472	11 861 564
Chuívisca .....	4 649	185	4 527	7 765	1 121 387	444 096	2 164 923

(continua)

Tabela 1

População e principais receitas em valores correntes, por mesorregiões do IBGE,  
dos municípios do RS — 1999

MUNICÍPIOS E MESORREGIÕES	POPULAÇÃO	IPTU (R\$)	ISTBI (R\$)	ISS (R\$)	COTA- -PARTE DO FPM (R\$)	COTA- -PARTE DO ICMS (R\$)	RECEITA TOTAL ARRECADADA (R\$)
Cidreira .....	7 091	1 404 967	131 596	73 489	1 395 402	442 301	5 982 847
Dois Irmãos .....	20 234	677 658	98 073	283 539	2 242 774	2 801 513	9 779 037
Dom Feliciano .....	13 536	31 187	25 111	25 746	1 909 420	1 189 670	5 457 795
Dom Pedro de Alcântara .....	2 281	2 762	2 118	7 283	1 118 524	216 097	1 641 260
Eldorado do Sul .....	25 680	260 683	331 742	312 734	2 616 569	6 960 603	14 678 706
Estância Velha .....	33 417	1 038 157	135 692	295 902	2 990 365	4 466 075	15 360 182
Esteio .....	77 656	1 759 675	449 101	1 392 818	4 866 663	13 127 718	32 438 466
Feliz .....	11 086	421 565	38 343	132 141	2 052 568	2 001 362	6 896 169
General Câmara .....	8 591	36 179	16 412	104 740	1 775 066	772 030	3 979 260
Glorinha .....	4 788	39 755	65 682	245 194	1 121 387	414 061	2 385 226
Gramado .....	26 689	2 026 018	567 659	828 479	2 673 056	2 696 743	14 341 703
Gravatá .....	217 944	2 357 653	1 032 330	2 832 635	10 209 873	19 200 297	65 874 409
Guaíba .....	89 797	281 136	206 849	1 030 673	5 350 305	7 577 461	23 184 243
Harmonia .....	3 529	57 427	7 805	21 826	1 101 395	653 874	2 805 599
Igrejinha .....	26 799	745 308	85 560	195 859	2 635 169	4 311 238	13 473 931
Imbé .....	10 652	3 302 532	442 948	127 391	1 396 546	446 662	10 275 358
Ivoti .....	14 467	393 656	114 044	272 879	1 869 804	3 022 230	8 891 118
Lindolfo Collor .....	4 206	4 603	2 536	2 813	1 149 388	564 192	2 264 794
Linha Nova .....	1 589	14 811	2 697	15 380	1 121 387	306 143	1 935 093
Mampituba .....	3 073	2 871	3 751	4 341	1 121 387	234 724	1 630 880
Maquiné .....	7 465	33 570	29 572	21 784	1 121 153	606 494	2 739 168
Maratá .....	2 430	18 645	5 761	19 698	1 121 387	402 380	2 048 329
Mariana Pimentel ...	3 626	11 228	22 411	12 872	1 121 387	579 153	2 811 022
Minas do Leão .....	7 292	21 251	15 610	16 529	1 121 128	1 175 326	3 566 494
Montenegro .....	50 735	1 311 578	343 245	1 144 763	4 109 887	5 727 787	24 088 985
Morrinhos do Sul ....	3 513	9 127	5 714	2 151	1 121 387	467 365	2 006 564
Morro Reuter .....	5 306	153 814	17 503	21 794	1 121 387	644 625	3 215 607
Mostardas .....	9 581	120 683	71 827	14 240	1 392 814	1 983 285	4 820 822
Nova Hartz .....	13 823	190 438	20 682	38 626	1 494 560	2 863 612	7 290 388
Nova Petrópolis .....	16 138	460 599	151 647	243 846	2 125 874	2 579 087	7 731 424
Nova Santa Rita .....	13 485	51 812	61 771	127 712	1 495 182	2 209 700	5 971 644
Novo Hamburgo .....	239 492	7 842 636	2 244 581	8 223 743	8 972 937	29 790 701	102 790 527

(continua)

Tabela 1

População e principais receitas em valores correntes, por mesorregiões do IBGE,  
dos municípios do RS — 1999

MUNICÍPIOS E MESORREGIÕES	POPULAÇÃO	IPTU (R\$)	ISTBI (R\$)	ISS (R\$)	COTA- -PARTE DO FPM (R\$)	COTA- -PARTE DO ICMS (R\$)	RECEITA TOTAL ARRECADADA (R\$)
Osório .....	35 631	1 325 129	248 686	597 979	3 225 620	3 409 971	16 170 058
Palmares do Sul .....	11 014	700 981	78 407	46 107	1 519 775	1 703 619	6 390 135
Pareci Novo .....	3 148	14 696	9 640	12 319	1 120 143	932 636	2 989 435
Parobé .....	46 772	339 947	64 891	243 543	3 364 616	8 138 589	19 903 144
Picada Café .....	4 552	166 062	17 306	101 860	1 121 387	1 681 317	4 391 098
Poço das Antas .....	2 090	11 674	7 725	11 132	1 121 387	474 439	2 186 400
Portão .....	24 372	355 503	137 906	401 816	2 242 774	3 606 573	11 719 361
Porto Alegre .....	1 292 631	72 369 098	39 444 963	133 240 576	35 357 697	160 622 291	943 661 006
Presidente Lucena	2 343	18 236	4 817	6 603	1 121 232	404 994	1 975 702
Riozinho .....	3 888	30 786	13 362	13 396	1 121 003	542 040	2 702 023
Rolante .....	18 810	201 655	65 098	146 787	2 242 504	1 446 674	7 358 320
Salvador do Sul .....	6 827	165 012	25 967	31 911	1 123 065	1 639 045	4 486 776
Santa Maria do Herval .....	5 902	65 567	9 124	20 274	1 121 387	676 129	3 008 023
Santo Antônio da Patrulha .....	34 960	401 981	115 932	185 316	3 143 184	2 698 171	10 917 831
São Jerônimo .....	19 519	272 119	69 180	61 649	2 610 152	1 299 781	6 750 982
São José do Hortêncio .....	3 292	51 087	12 787	24 289	1 121 387	660 954	3 261 866
São Leopoldo .....	188 560	5 663 105	1 299 381	3 848 677	10 376 985	17 278 833	61 912 920
São Pedro da Serra	2 766	40 686	6 566	7 443	1 099 590	539 440	2 402 424
São Sebastião do Caí .....	21 269	236 352	80 099	202 734	2 221 783	3 252 734	10 155 473
São Vendelino .....	1 736	17 528	5 162	30 708	1 121 384	374 925	2 159 180
Sapiranga .....	68 376	1 122 993	229 674	508 622	4 443 576	6 619 103	24 524 815
Sapucaia do Sul .....	117 858	1 375 170	385 560	1 009 987	6 322 723	12 320 100	35 296 848
Sentinela do Sul .....	4 403	13 509	12 402	5 105	888 635	774 003	2 344 972
Sertão Santana .....	5 279	18 502	13 592	10 254	1 121 387	601 802	2 568 684
Tapes .....	14 862	267 359	64 351	52 851	2 199 179	1 441 473	5 681 965
Taquara .....	50 004	1 038 192	220 905	495 573	3 584 076	3 867 007	15 728 002
Tavares .....	5 018	29 950	4 309	4 949	1 120 406	570 074	2 617 603
Terra de Areia .....	10 958	67 898	26 522	88 794	1 495 596	570 101	3 693 773
Torres .....	26 096	2 171 243	448 341	314 391	3 298 769	1 800 170	14 802 128

(continua)

Tabela 1

População e principais receitas em valores correntes, por mesorregiões do IBGE,  
dos municípios do RS — 1999

MUNICÍPIOS E MESORREGIÕES	POPULAÇÃO	IPTU (R\$)	ISTBI (R\$)	ISS (R\$)	COTA- -PARTE DO FPM (R\$)	COTA- -PARTE DO ICMS (R\$)	RECEITA TOTAL ARRECADADA (R\$)
Tramandaí .....	32 190	4545 097	580 915	223 168	2 616 569	1 444 486	19 456 139
Três Cachoeiras .....	9 809	77 504	15 555	47 488	1 121 387	703 643	3 280 529
Três Coroas .....	18 699	270 421	38 784	109 951	2 238 853	2 567 961	8 013 180
Três Forquilhas .....	3 317	1 613	1 996	3 096	1 121 387	297 407	1 893 868
Triunfo .....	20 654	271 380	114 156	5 779 651	2 159 686	23 275 583	37 669 190
Tupandá .....	2 937	16 281	8 134	22 886	1 120 350	879 655	2 933 339
Vale Real .....	4 055	119 668	17 152	15 392	1 102 621	475 370	2 855 209
Vale Verde .....	2 637	14 575	13 274	17 147	1 121 311	328 106	1 834 062
Viamão .....	211 000	1 029 123	691 839	1 065 379	10 396 340	5 393 959	41 539 095
Xangri-lá .....	7 754	-	-	-	-	-	-
<b>Total da Metropoli- tana .....</b>	<b>4 219 257</b>	<b>137 424 815</b>	<b>56 305 072</b>	<b>180 488 990</b>	<b>266 532 957</b>	<b>497 429 517</b>	<b>2 091 303 220</b>
<b>Sudoeste</b>							
Alegrete .....	82 796	880 477	460 211	716 025	5 115 966	8 051 224	27 275 972
Bagé .....	117 965	2 348 374	667 743	1 299 454	6 357 105	9 070 483	33 283 465
Barra do Quaraí .....	3 538	20 014	13 274	8 830	1 075 637	1 178 853	2 934 899
Dom Pedrito .....	39 140	517 475	238 388	265 212	3 364 161	5 297 935	14 926 039
Garruchos .....	3 561	6 170	65 250	141 286	1 121 631	602 097	2 796 898
Hulha Negra .....	5 118	20 475	19 413	7 373	1 121 387	739 800	3 002 691
Itaqui .....	39 152	402 478	141 627	233 817	3 612 748	6 438 512	18 845 265
Lavras do Sul .....	7 388	63 203	104 871	13 811	1 466 119	1 423 731	4 610 319
Maçambará .....	4 839	16 105	27 210	15 741	1 121 550	1 055 031	3 521 801
Manoel Viana .....	6 373	50 077	57 382	7 935	1 116 912	870 868	3 866 925
Quaraí .....	23 629	288 544	107 192	86 927	2 527 367	2 357 643	8 150 187
Rosário do Sul .....	40 394	223 176	212 846	133 546	3 665 298	4 144 526	13 947 841
Santana do Livra- mento .....	87 701	969 862	494 023	513 636	4 986 969	7 339 614	20 730 353
São Borja .....	63 869	644 220	213 000	669 108	4 764 888	6 560 362	21 739 407

(continua)

Tabela 1

População e principais receitas em valores correntes, por mesorregiões do IBGE, dos municípios do RS — 1999

MUNICÍPIOS E MESORREGIÕES	POPULAÇÃO	IPTU (R\$)	ISTBI (R\$)	ISS (R\$)	COTA- PARTE DO FPM (R\$)	COTA- PARTE DO ICMS (R\$)	RECEITA TOTAL ARRECADADA (R\$)
São Francisco de Assis .....	20 625	177 093	77 958	47 937	2 512 535	1 942 338	7 879 376
São Gabriel .....	61 353	710 401	337 824	179 318	4 776 940	6 071 635	19 165 916
Uruguaiana .....	124 165	2 494 666	720 424	1 937 043	6 084 072	10 354 010	39 770 421
<b>Total da Sudoeste</b>	<b>731 606</b>	<b>9 832 811</b>	<b>3 958 636</b>	<b>6 276 999</b>	<b>54 791 286</b>	<b>73 498 662</b>	<b>246 447 776</b>
<b>Sudeste</b>							
Amaral Ferrador .....	5 294	16 393	15 260	8 650	1 069 436	646 822	2 839 544
Arroio Grande .....	18 884	103 981	88 699	40 084	2 181 887	2 794 911	7 503 917
Caçapava do Sul .....	33 601	357 189	96 832	122 532	3 229 947	3 450 784	13 746 925
Candiota .....	7 523	60 089	108 926	282 033	1 121 840	3 847 483	7 514 221
Canguçu .....	50 348	245 017	97 776	150 565	4 031 828	3 658 243	15 671 594
Capão do Leão .....	22 093	125 196	54 041	69 072	2 218 486	1 990 986	7 708 801
Cerrito .....	6 790	15 919	12 551	4 010	1 121 495	520 954	2 702 153
Chuí .....	3 103	222 464	52 092	61 385	1 100 975	378 806	2 641 394
Cristal .....	6 774	22 355	57 358	35 528	1 125 654	710 356	3 034 156
Encruzilhada do Sul	23 928	194 063	103 529	73 267	2 239 179	2 219 029	8 835 296
Herval .....	7 877	52 528	88 062	29 556	1 116 373	1 474 085	4 340 935
Jaguarão .....	30 539	381 734	100 871	133 787	2 990 365	2 803 007	10 788 808
Morro Redondo .....	5 930	19 099	13 255	12 441	1 048 695	588 876	2 741 682
Pedro Osório .....	7 845	45 025	20 836	25 008	2 229 148	573 328	3 757 192
Pelotas .....	312 176	8 053 623	1 972 496	4 671 979	10 376 864	20 595 548	79 865 536
Pinheiro Machado ..	13 380	85 009	55 947	28 535	1 903 346	2 089 832	6 592 510
Piratini .....	17 900	44 014	59 505	15 508	1 979 283	2 232 630	7 080 904
Rio Grande .....	181 244	2 769 130	783 265	5 787 062	10 374 639	20 448 801	62 211 913
Santa Vitória do Palmar .....	30 007	653 706	284 656	217 304	2 936 392	5 171 820	15 194 856
Santana da Boa Vista .....	8 686	48 973	26 515	14 662	1 399 223	965 145	3 639 732
São José do Norte ..	23 483	100 122	16 874	16 189	2 492 403	1 602 939	7 475 559
São Lourenço do Sul .....	43 263	494 800	100 508	93 714	3 607 946	3 471 991	14 935 026
Turuçu .....	3 592	-	6 849	1 762	1 099 590	605 824	2 280 048
<b>Total da Sudeste</b>	<b>864 260</b>	<b>14 110 430</b>	<b>4 216 702</b>	<b>11 894 633</b>	<b>62 994 993</b>	<b>82 842 201</b>	<b>293 102 700</b>

FORNTE DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.



Tabela 2

Principais despesas em valores correntes, por mesorregiões do IBGE, dos municípios do Rio Grande do Sul — 1999

MUNICÍPIOS E MESORREGIÕES	DESPESA SOCIAL	PESSOAL	MATERIAL DE CONSUMO	SERVIÇOS DE		DESPESA TOTAL
				TERCEIROS	INVESTIMENTO E ENCARGOS	
<b>Noroeste</b>						
Água Santa .....	1 343 404	960 686	424 949	534 488	341 081	2 728 660
Ajuricaba .....	2 453 916	1 846 284	268 726	687 157	178 422	3 916 483
Alecrim .....	2 217 472	1 384 657	480 033	543 682	373 800	3 978 736
Alegria .....	1 885 802	1 185 094	368 082	612 181	331 142	2 919 329
Alpestre .....	2 461 209	1 688 984	717 977	1 130 508	994 131	4 768 748
Alto Alegre .....	772 682	727 088	338 005	297 069	71 756	1 765 296
Ametista do Sul .....	1 368 316	1 041 638	301 988	647 036	340 179	2 630 580
Aratiba .....	2 592 100	1 645 443	588 062	844 241	659 758	4 527 344
Augusto Pestana .....	2 305 412	1 617 305	426 958	682 402	372 692	3 813 211
Áurea .....	1 274 665	894 100	409 534	447 572	250 953	2 212 580
Barão de Cotegipe ..	1 284 993	1 138 881	465 506	364 720	221 858	2 623 652
Barra do Guarita .....	899 131	708 459	342 853	292 200	96 176	1 739 407
Barra do Rio Azul ....	1 101 141	807 122	290 114	348 511	99 593	1 865 621
Barra Funda .....	1 046 332	753 848	349 103	268 355	218 248	1 892 784
Barracão .....	1 485 421	1 126 967	503 700	463 294	122 267	2 594 028
Barros Cassal .....	2 737 840	2 034 590	698 661	958 548	380 153	4 410 976
Benjamin Constant do Sul .....	1 015 339	660 206	260 439	391 114	216 683	1 738 518
Boa Vista das Mis- sões .....	860 696	873 107	263 993	392 762	160 242	2 018 835
Boa Vista do Buricá	1 664 019	1 345 102	450 941	406 814	429 462	2 914 687
Bom Progresso .....	999 493	911 558	161 115	350 001	356 722	2 145 791
Bossoroca .....	2 339 402	2 189 485	593 157	650 780	145 964	4 006 955
Braga .....	1 117 927	1 055 732	350 248	349 277	172 990	2 139 922
Cacique Doble .....	1 236 021	897 756	292 516	318 500	490 554	2 308 714

(continua)

Tabela 2

Principais despesas em valores correntes, por mesorregiões do IBGE, dos municípios do Rio Grande do Sul — 1999

(R\$)

MUNICÍPIOS E MESORREGIÕES	DESPESA SOCIAL	PESSOAL	MATERIAL DE CONSUMO	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	INVESTIMENTO	DESPESA TOTAL
Caibaté .....	1 754 061	1 717 200	459 453	362 312	168 282	3 341 302
Caiçara .....	1 451 096	1 120 669	489 924	366 315	212 890	2 416 075
Camargo .....	1 175 883	773 198	268 330	521 914	283 163	2 450 835
Campina das Mis- sões .....	1 940 859	1 209 108	353 259	493 266	766 460	3 380 673
Campinas do Sul .....	2 990 864	2 377 657	597 798	597 254	267 207	4 351 052
Campo Novo .....	1 758 176	1 149 905	509 925	798 582	317 795	3 492 179
Campos Borges .....	1 398 591	1 001 092	317 821	649 238	306 954	2 438 250
Cândido Godói .....	1 594 176	1 258 415	488 388	559 298	430 507	3 214 455
Carazinho .....	14 944 186	9 148 848	1 876 066	5 075 632	2 244 073	22 463 191
Carlos Gomes .....	708 471	639 409	176 065	272 540	267 127	1 642 490
Casca .....	2 110 270	1 509 952	705 495	948 672	339 502	4 174 543
Caseiros .....	966 069	792 037	297 760	235 655	301 798	1 904 738
Catuípe .....	2 905 314	2 046 949	571 348	678 947	967 446	5 334 992
Centenário .....	873 610	696 336	352 058	377 301	298 411	2 017 010
Cerro Grande .....	805 808	835 769	409 491	230 396	170 365	1 859 168
Cerro Largo .....	3 354 264	2 535 813	584 768	693 778	-	5 095 410
Chapada .....	2 247 172	1 918 483	592 033	1 250 543	276 804	4 309 390
Charrua .....	1 157 907	763 572	390 327	496 360	190 368	2 223 359
Chiapeta .....	1 537 876	1 330 452	313 877	321 353	287 656	2 607 742
Ciriaco .....	1 181 015	867 223	424 349	610 032	159 468	2 525 767
Colorado .....	1 615 613	1 269 879	328 904	359 051	475 516	3 141 245
Condor .....	2 016 491	1 410 383	313 613	784 428	545 091	3 550 245
Constantina .....	2 580 368	1 971 960	742 445	1 023 663	651 600	4 963 290
Coqueiros do Sul .....	1 037 706	962 774	260 001	334 670	167 876	2 110 978
Coronel Barros .....	1 145 023	851 873	216 178	411 708	200 292	2 139 743

(continua)

Tabela 2

Principais despesas em valores correntes, por mesorregiões do IBGE, dos municípios do Rio Grande do Sul — 1999

MUNICÍPIOS E MESORREGIÕES	DESPESA SOCIAL	PESSOAL	MATERIAL DE CONSUMO	SERVIÇOS		DESPESA TOTAL
				DE TERCEIROS E ENCARGOS	INVESTIMENTO	
Coronel Bicaco .....	1 909 344	1 630 629	570 128	477 240	331 402	3 465 815
Coxilha .....	1 597 281	937 085	401 090	529 014	536 621	2 809 440
Crissiumal .....	3 231 796	2 178 466	944 159	1 245 103	261 789	5 439 858
Cristal do Sul .....	768 919	566 751	235 621	386 502	205 182	1 554 238
Cruz Alta .....	14 360 127	9 890 323	2 206 132	4 986 790	766 500	22 856 844
David Canabarro .....	1 380 870	944 538	344 217	346 681	189 304	2 572 961
Derrubadas .....	1 176 420	880 616	414 996	524 532	140 607	2 380 499
Dezesseis de No- vembro .....	1 078 635	809 385	168 737	354 205	187 385	2 015 001
Dois Irmãos das Missões .....	1 260 321	765 198	279 675	578 587	342 183	2 170 932
Doutor Maurício Car- doso .....	1 676 104	1 298 648	490 828	787 496	77 784	3 360 117
Engenho Velho .....	918 794	642 641	257 676	287 528	228 874	1 695 119
Entre Rios do Sul ....	1 809 102	1 265 777	450 853	513 898	692 570	3 363 546
Entre-Ijuís .....	3 345 107	2 525 238	703 169	1 189 563	214 543	5 364 746
Erebango .....	1 174 436	913 435	341 778	312 079	283 093	2 167 851
Erechim .....	19 981 245	13 282 223	2 956 143	6 412 576	4 251 799	31 515 981
Ernestina .....	1 761 883	1 302 980	304 515	705 356	269 086	2 923 884
Erval Grande .....	1 061 731	900 155	535 267	316 601	181 179	2 115 712
Erval Seco .....	2 145 505	1 853 264	590 967	470 614	452 878	3 870 488
Esperança do Sul ....	996 090	672 045	252 362	753 988	141 260	1 841 393
Espumoso .....	4 359 571	2 434 944	724 215	1 399 126	1 116 232	7 188 681
Estação .....	1 386 053	1 238 049	433 195	509 479	311 034	2 940 172
Eugênio de Castro ..	1 139 572	967 064	306 902	415 305	70 105	2 068 203
Faxinalzinho .....	1 044 426	844 068	309 841	378 417	166 559	1 981 969
Florianópolis .....	899 826	655 725	271 362	419 784	147 830	1 752 907

(continua)

Tabela 2

Principais despesas em valores correntes, por mesorregiões do IBGE, dos municípios do Rio Grande do Sul — 1999

MUNICÍPIOS E MESORREGIÕES	DESPESA SOCIAL	PESSOAL	MATERIAL DE CONSUMO	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS		INVESTIMENTO	DESPESA TOTAL
Fontoura Xavier .....	2 618 173	1 709 083	744 744	767 782		523 537	4 348 908
Fortaleza dos Valos	2 159 756	2 114 010	522 846	864 789		437 947	4 237 168
Frederico Westpha- len .....	5 460 389	3 709 099	1 242 423	1 729 705		2 132 692	9 584 562
Gaurama .....	1 792 762	1 147 209	451 730	609 725		200 404	3 190 807
Gentil .....	1 064 616	658 530	238 933	454 262		154 749	1 865 296
Getúlio Vargas .....	3 904 575	3 414 284	753 857	1 832 698		751 511	7 763 346
Giruá .....	5 268 137	3 455 022	862 452	2 017 053		953 441	8 946 356
Gramado dos Lou- reiros .....	778 373	589 211	391 016	408 760		213 387	1 833 704
Guarani das Mis- sões .....	2 311 146	1 645 298	512 271	599 532		360 785	3 737 919
Horizontina .....	6 126 257	4 192 133	1 517 197	1 446 686		312 520	9 049 599
Humaitá .....	1 824 304	1 131 053	470 228	449 134		427 156	2 748 951
Ibiaçá .....	1 290 484	1 237 358	323 729	430 292		398 699	2 776 181
Ibiraiaras .....	1 720 115	1 324 148	512 687	434 556		844 248	3 677 230
Ibirapuitã .....	1 275 033	1 078 943	342 497	435 316		330 875	2 297 282
Ibirubá .....	4 815 961	3 302 351	569 653	1 274 588		665 070	7 786 098
Ijuí .....	12 827 893	10 615 398	1 610 617	4 135 050		1 363 538	24 245 874
Independência .....	2 225 406	1 608 176	292 071	316 965		129 170	3 423 214
Inhacorá .....	968 515	987 746	301 593	293 869		62 393	1 945 214
Ipiranga do Sul .....	1 166 540	951 799	360 129	343 865		226 056	2 182 917
Iraí .....	1 604 869	1 232 405	490 680	1 039 471		175 559	3 722 713
Itatiba do Sul .....	1 414 961	1 118 170	446 027	514 418		370 370	2 642 237
Jaboticaba .....	969 234	933 299	341 205	543 225		182 758	2 307 229
Jacutinga .....	1 291 199	965 653	364 926	309 502		146 812	2 422 774
Jóia .....	2 591 427	1 983 946	455 496	736 822		146 308	3 988 713

(continua)

Tabela 2

Principais despesas em valores correntes, por mesorregiões do IBGE, dos municípios do Rio Grande do Sul — 1999

MUNICÍPIOS E MESORREGIÕES	DESPESA SOCIAL	PESSOAL	MATERIAL DE CONSUMO	SERVIÇOS		DESPESA TOTAL
				DE TERCEIROS E ENCARGOS	INVESTIMENTO	
Lagoa dos Três Cantos .....	1 185 243	687 468	208 642	460 307	373 873	2 203 430
Lagoão .....	2 119 386	1 262 117	368 335	613 280	566 749	3 226 905
Lajeado do Bugre ....	635 907	659 152	233 381	311 445	135 579	1 521 444
Liberato Salzano .....	1 568 465	1 153 045	432 823	506 944	590 122	2 894 749
Machadinho .....	1 493 129	1 048 508	532 934	555 195	241 635	2 779 085
Marau .....	8 538 402	4 457 359	1 546 062	3 504 783	1 784 665	14 070 823
Marcelino Ramos ....	1 705 741	919 963	507 411	813 520	368 907	3 355 083
Mariano Moro .....	1 084 204	693 230	292 833	357 764	390 838	2 170 939
Mato Castelhano .....	890 938	919 141	242 775	334 508	156 680	1 898 797
Maximiliano de Almeida .....	1 591 658	1 237 810	522 022	547 278	260 705	3 042 070
Miraguaí .....	1 141 675	823 907	348 861	329 798	93 656	2 030 741
Mormaço .....	706 886	829 246	238 540	369 509	224 753	1 753 319
Muliterno .....	809 180	629 388	240 769	266 772	160 624	1 546 712
Não-me-Toque .....	4 992 842	3 499 389	441 869	1 267 273	468 029	7 698 864
Nicolau Vergueiro ....	1 010 403	662 696	236 108	459 290	105 666	2 049 621
Noonai .....	2 833 528	2 496 114	582 080	932 304	171 654	4 989 809
Nova Boa Vista .....	927 448	716 259	207 644	443 381	208 240	1 929 778
Nova Candelária .....	1 149 176	635 557	308 645	390 248	478 602	2 005 324
Nova Ramada .....	1 098 935	725 379	290 487	397 841	619 920	2 322 734
Novo Barreiro .....	1 035 470	1 032 940	340 066	322 175	191 598	1 993 037
Novo Machado .....	1 185 406	900 344	247 644	375 914	90 013	2 142 597
Novo Tiradentes .....	768 047	664 943	282 570	283 310	115 057	1 599 806
Paim Filho .....	1 200 020	906 155	342 227	428 997	328 996	2 425 148
Palmeira das Missões .....	4 431 617	6 303 818	1 243 940	1 173 259	362 553	11 891 091
Palmitinho .....	1 684 377	1 329 768	754 597	821 786	461 139	3 872 144

(continua)

Tabela 2

Principais despesas em valores correntes, por mesorregiões do IBGE, dos municípios do Rio Grande do Sul — 1999

MUNICÍPIOS E MESORREGIÕES	DESPESA SOCIAL	PESSOAL	MATERIAL DE CONSUMO	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS		DESPESA TOTAL
				INVESTIMENTO		
Panambi .....	11 231 492	7 689 494	1 419 457	4 329 712	658 070	15 499 687
Passo Fundo .....	43 753 928	22 039 541	4 973 189	16 456 630	7 814 758	62 595 570
Pejuçara .....	1 519 036	1 329 050	341 068	693 964	171 835	3 214 328
Pinhal .....	857 837	714 256	308 573	365 258	402 440	2 010 549
Pinheirinho do Vale	935 022	658 164	343 994	396 957	539 206	2 210 341
Pirapó .....	1 267 065	927 187	330 229	376 054	136 437	2 280 792
Planalto .....	2 173 174	1 772 978	589 533	1 296 535	369 896	4 484 020
Pontão .....	1 113 002	1 329 943	366 925	424 787	288 404	2 506 154
Ponte Preta .....	920 598	656 217	245 109	371 124	221 650	1 842 226
Porto Lucena .....	1 165 370	1 163 140	451 204	320 665	253 186	2 620 607
Porto Mauá .....	978 351	839 373	188 359	329 596	284 968	2 055 598
Porto Vera Cruz .....	830 828	758 150	268 635	10 987	164 625	1 634 292
Porto Xavier .....	2 253 844	1 792 979	582 829	612 267	186 999	3 873 771
Quinze de Novembro .....	1 586 617	1 165 144	352 570	451 917	309 810	2 772 771
Redentora .....	1 660 508	1 236 707	557 529	410 580	479 492	3 051 345
Rio dos Índios .....	1 044 127	890 429	297 762	389 127	361 511	2 136 369
Rodeio Bonito .....	1 894 718	1 322 058	549 168	655 487	249 557	3 294 176
Ronda Alta .....	2 160 002	1 993 355	462 563	652 747	225 470	4 097 026
Rondinha .....	1 264 516	1 070 689	322 323	481 484	38 467	2 538 772
Roque Gonzales .....	2 119 568	1 515 623	470 197	579 298	330 426	3 547 825
Sagrada Família .....	1 046 013	593 621	287 354	310 648	403 552	1 913 094
Saldanha Marinho ...	1 473 878	1 136 280	323 226	388 233	125 037	2 713 323
Salto do Jacuí .....	7 474 053	4 946 267	1 042 393	1 059 394	2 336 313	10 664 667
Salvador das Missões .....	1 350 723	981 747	310 673	341 380	292 643	2 452 202
Sananduva .....	3 004 542	2 447 560	784 822	1 297 898	402 718	5 609 288

(continua)

Tabela 2

Principais despesas em valores correntes, por mesorregiões do IBGE, dos municípios do Rio Grande do Sul — 1999

MUNICÍPIOS E MESORREGIÕES	DESPESA SOCIAL	PESSOAL	MATERIAL DE CONSUMO	SERVIÇOS		DESPESA TOTAL
				DE TERCEIROS E ENCARGOS	INVESTIMENTO	
Santa Bárbara do Sul .....	2 739 925	2 589 371	387 338	628 969	423 556	4 812 735
Santa Rosa .....	22 504 864	8 566 357	1 502 978	3 161 319	1 402 074	30 440 484
Santo Ângelo .....	13 918 903	8 515 551	2 580 159	4 473 554	2 712 569	23 099 891
Santo Antônio das Missões .....	2 981 198	3 122 701	600 162	810 776	123 894	5 526 865
Santo Antônio do Palma .....	1 006 720	575 798	276 406	579 411	439 836	2 264 953
Santo Antônio do Planalto .....	855 121	864 960	157 571	392 625	170 105	1 971 138
Santo Augusto .....	3 947 640	2 850 718	709 796	1 281 541	548 940	6 201 677
Santo Cristo .....	3 527 914	2 646 503	806 434	1 176 138	564 257	5 994 995
Santo Expedito do Sul .....	756 582	675 702	331 604	288 730	207 114	1 772 313
São Domingos do Sul .....	1 228 630	810 270	285 026	413 794	418 930	2 345 119
São João da Urtiga	1 049 269	985 062	342 284	362 875	213 616	2 221 951
São José das Missões .....	939 099	695 810	382 861	320 250	395 372	1 957 046
São José do Herval	800 280	627 285	283 857	287 246	357 683	1 838 343
São José do Inhacorá .....	1 259 478	848 658	282 273	376 099	349 823	2 154 656
São José do Ouro ...	1 809 331	1 556 586	440 337	706 343	139 612	3 356
São Luiz Gonzaga ...	8 149 826	5 773 007	1 597 681	2 346 328	562 470	13 385 087
São Martinho .....	1 661 551	1 159 378	548 555	407 965	294 452	2 721 949
São Miguel das Missões .....	2 350 667	1 814 223	530 470	782 652	297 997	4 145 021
São Nicolau .....	2 002 438	1 224 965	449 669	414 297	240 219	3 186 873
São Paulo das Missões .....	2 323 704	1 698 357	503 531	475 694	425 630	3 501 295
São Pedro do Butiá	1 082 414	985 743	324 590	395 932	152 820	2 107 128

(continua)

Tabela 2

Principais despesas em valores correntes, por mesorregiões do IBGE, dos municípios do Rio Grande do Sul — 1999

MUNICÍPIOS E MESORREGIÕES	DESPESA SOCIAL	PESSOAL	MATERIAL DE CONSUMO	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS		DESPESA TOTAL
				INVESTIMENTO		
São Valentim .....	1 321 417	791 272	400 217	576 642	557 770	2 684 580
São Valério do Sul ..	1 220 760	950 889	284 943	257 407	133 848	1 939 818
Sarandi .....	5 671 220	2 912 242	966 708	1 445 054	1 351 082	8 735 475
Seberi .....	2 790 111	2 060 125	637 823	863 046	288 519	4 331 911
Sede Nova .....	1 540 547	849 890	321 668	477 874	194 956	2 334 446
Selbach .....	1 608 629	1 257 266	371 956	358 241	359 420	2 764 296
Senador Salgado Fi- lho .....	1 234 076	703 895	313 581	529 373	125 762	1 998 905
Sertão .....	2 115 291	1 787 490	614 392	574 683	408 178	3 722 345
Sete de Setembro ...	811 890	609 107	206 058	409 166	147 728	1 653 411
Severiano de Almei- da .....	1 406 235	1 014 684	437 266	369 356	307 719	2 461 621
Soledade .....	3 584 543	3 020 957	957 731	1 401 167	1 992 882	8 534 461
Tapejara .....	3 575 009	2 181 395	826 457	1 091 184	1 689 655	6 680 277
Tapera .....	3 327 667	1 778 360	611 056	952 633	986 911	5 513 844
Taquaruçu do Sul ....	1 185 448	1 029 807	266 854	329 392	187 192	1 986 370
Tenente Portela .....	3 086 451	2 264 188	756 371	778 332	464 682	5 413 385
Tiradentes do Sul ....	1 789 228	1 288 088	411 269	431 498	521 210	2 825 613
Três Arroios .....	1 161 791	1 013 028	351 836	217 977	198 874	2 114 577
Três de Maio .....	5 848 975	3 856 717	892 753	1 473 132	448 897	8 715 226
Três Palmeiras .....	1 221 908	888 618	417 420	539 675	402 356	2 485 119
Três Passos .....	6 894 535	3 393 297	1 243 914	2 538 113	1 233 117	10 200 000
Trindade do Sul .....	1 239 230	982 348	456 853	481 691	176 491	2 302 097
Tucunduva .....	1 765 190	1 503 229	300 092	658 719	108 469	3 200 275
Tunas .....	1 166 888	1 016 718	355 860	309 178	340 197	2 197 895
Tupanci do Sul .....	700 118	611 974	327 142	255 193	361 355	1 765 806
Tuparendi .....	2 058 872	1 560 446	396 588	765 327	158 551	4 458 783

(continua)



Tabela 2

Principais despesas em valores correntes, por mesorregiões do IBGE, dos municípios do Rio Grande do Sul — 1999

MUNICÍPIOS E MESORREGIÕES	DESPESA SOCIAL	PESSOAL	MATERIAL DE CONSUMO	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS		INVESTIMENTO	DESPESA TOTAL
Ubiretama .....	1 032 288	850 689	268 510	382 894		49 742	1 829 297
Vanini .....	1 015 917	626 550	289 722	523 926		264 178	2 063 614
Viadutos .....	1 405 016	1 227 737	326 795	425 035		52 375	2 567 166
Vicente Dutra .....	1 506 243	1 037 390	493 420	416 131		419 038	2 585 147
Victor Graeff .....	1 942 662	1 510 579	489 800	329 867		103 543	2 933 585
Vila Lângaro .....	860 348	640 737	263 168	338 802		284 604	1 788 913
Vila Maria .....	1 573 628	1 006 279	393 330	665 131		523 066	3 180 644
Vista Alegre .....	1 071 109	747 391	281 277	459 266		306 538	1 950 818
Vista Gaúcha .....	1 151 835	620 938	309 159	395 289		92 921	2 038 169
Vitória das Missões	1 286 138	833 315	320 085	396 355		165 079	2 195 369
<b>Total da Noroeste</b>	<b>518 580 549</b>	<b>361 334 901</b>	<b>107 047 771</b>	<b>168 691 551</b>		<b>92 242 861</b>	<b>891 142 091</b>
<b>Nordeste</b>							
André da Rocha .....	665 997	724 951	136 597	307 279		177 761	1 692 467
Anta Gorda .....	1 617 506	1 261 644	401 002	541 673		729 332	3 675 444
Antônio Prado .....	2 166 053	2 104 373	701 809	1 072 595		299 729	5 674 732
Arvorezinha .....	1 942 938	1 661 443	525 482	670 242		540 654	4 191 035
Bento Gonçalves .....	28 786 125	19 682 299	2 511 169	10 151 009		5 727 159	46 945 364
Boa Vista do Sul .....	1 478 143	1 019 419	254 245	558 947		401 261	3 025 183
Bom Jesus .....	2 701 860	2 680 471	559 378	990 044		103 315	5 463 443
Cambará do Sul .....	1 205 431	1 333 153	263 754	376 829		254 750	3 400 310
Campestre da Serra	744 568	802 481	348 805	464 276		103 641	2 092 470
Carlos Barbosa .....	6 137 045	4 098 049	590 344	2 264 237		1 751 219	11 803 492
Caxias do Sul .....	135 535 701	68 267 020	10 059 220	46 804 733		15 359 059	178 486 767
Cotiporã .....	1 100 889	1 004 089	269 907	353 583		467 111	2 427 211
Dois Lajeados .....	1 257 760	986 340	240 604	411 136		212 552	2 422 767

(continua)

Tabela 2

Principais despesas em valores correntes, por mesorregiões do IBGE, dos municípios do Rio Grande do Sul — 1999

MUNICÍPIOS E MESORREGIÕES	DESPESA SOCIAL	PESSOAL	MATERIAL DE CONSUMO	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS		DESPESA TOTAL
				INVESTIMENTO		
Esmeralda .....	1 601 494	1 047 756	474 159	286 212	465 168	2 682 771
Fagundes Varela .....	1 596 506	808 863	317 977	368 685	435 460	2 409 754
Farroupilha .....	19 422 447	10 546 820	1 432 944	6 116 675	1 365 768	29 274 707
Flores da Cunha .....	6 917 965	5 064 755	955 125	1 806 662	2 431 320	12 510 306
Garibaldi .....	7 862 725	6 894 578	1 050 245	2 516 620	1 383 905	14 873 519
Guabiju .....	671 782	635 888	220 937	392 703	62 479	1 606 297
Guaporé .....	5 233 401	2 617 481	706 311	1 678 875	1 068 610	8 217 803
Ilópolis .....	1 231 389	900 643	290 993	445 314	516 906	2 795 866
Ipê .....	1 264 908	1 113 419	308 344	530 613	97 787	2 656 654
Itapuca .....	830 736	809 874	227 706	497 598	107 888	1 988 316
Jaquirana .....	1 321 503	1 089 332	516 292	337 946	162 199	2 451 860
Lagoa Vermelha .....	4 785 524	3 461 034	892 137	1 716 787	557 317	8 622 589
Montauri .....	1 077 173	628 527	300 239	332 354	465 828	2 091 791
Monte Alegre dos Campos .....	700 010	794 860	322 224	314 129	69 168	1 595 402
Monte Belo do Sul ...	1 038 321	800 415	259 038	453 723	247 243	2 139 456
Muitos Capões .....	992 797	625 338	306 511	556 883	272 227	2 081 158
Nova Alvorada .....	1 750 448	703 810	335 556	535 426	999 266	2 989 070
Nova Araçá .....	1 037 566	822 126	367 507	604 765	320 719	2 555 889
Nova Bassano .....	2 000 232	1 772 046	708 234	665 976	446 916	4 508 785
Nova Pádua .....	849 001	838 305	249 990	268 897	701 312	2 708 494
Nova Prata .....	4 723 545	3 546 214	844 205	2 282 628	562 054	9 553 153
Nova Roma do Sul ..	999 635	768 404	360 022	553 586	92 393	2 182 309
Paráí .....	1 652 474	863 145	316 014	788 188	354 021	2 937 465
Protásio Alves .....	654 510	730 754	206 423	236 215	278 285	1 837 447
Putinga .....	1 050 643	929 505	507 089	404 125	375 306	2 950 618
Santa Tereza .....	930 758	596 822	289 644	392 547	264 816	1 960 971

(continua)

Tabela 2

Principais despesas em valores correntes, por mesorregiões do IBGE, dos municípios do Rio Grande do Sul — 1999

MUNICÍPIOS E MESORREGIÕES	DESPESA SOCIAL	PESSOAL	MATERIAL DE CONSUMO	SERVIÇOS		DESPESA TOTAL
				DE TERCEIROS E ENCARGOS	INVESTIMENTO	
São Francisco de Paula .....	4 269 485	3 876 729	721 022	997 687	68 726	7 586 588
São Jorge .....	1 073 948	758 379	458 797	386 150	376 818	2 334 628
São José dos Ausentes .....	1 110 930	1 024 114	371 855	292 970	182 327	2 351 401
São Marcos .....	4 152 111	4 168 654	1 409 734	1 344 752	1 651 581	9 164 889
São Valentim do Sul	697 131	670 681	184 309	384 280	323 208	1 895 125
Serafina Corrêa .....	3 139 539	2 185 210	622 432	1 185 265	1 407 269	6 637 223
União da Serra .....	803 655	631 921	259 538	269 932	203 215	1 878 425
Vacaria .....	10 942 928	8 372 718	1 495 056	3 168 484	3 649 980	19 415 217
Veranópolis .....	5 575 550	3 478 650	833 537	1 474 014	1 319 984	9 283 356
Vila Flores .....	1 194 843	698 019	278 113	467 166	506 234	2 371 776
Vista Alegre do Prata .....	940 497	790 797	250 385	345 018	267 030	1 981 000
<b>Total da Nordeste</b>	<b>291 438 127</b>	<b>181 692 317</b>	<b>36 512 958</b>	<b>100 366 431</b>	<b>50 188 276</b>	<b>468 382 757</b>
<b>Centro-Ocidental</b>						
Agudo .....	4 080 309	2 888 940	878 754	1 010 180	698 613	6 868 450
Cacequi .....	3 528 401	2 863 215	547 650	1 028 993	259 752	6 291 584
Dilermando de Aguiar .....	1 193 825	936 652	294 818	557 477	159 869	2 235 859
Dona Francisca .....	1 415 782	900 128	320 681	505 640	139 954	2 319
Faxinal do Soturno ..	1 637 804	1 288 669	582 963	532 813	288 064	3 275 852
Formigueiro .....	2 862 954	1 810 382	604 852	465 880	331 272	3 896 575
Itaara .....	1 341 945	1 050 345	268 643	561 962	414 669	2 545 909
Itacurubi .....	1 523 473	1 373 360	469 910	552 270	223 881	3 123 616
Ivorá .....	1 016 686	723 966	167 619	440 651	210 127	1 918 216
Jaguari .....	2 036 959	1 773 690	531 848	1 114 629	473 410	4 497 303
Jari .....	1 007 933	848 574	243 873	438 827	223 219	1 971 857

(continua)

Tabela 2

Principais despesas em valores correntes, por mesorregiões do IBGE, dos municípios do Rio Grande do Sul — 1999

(R\$)						
MUNICÍPIOS E MESORREGIÕES	DESPESA SOCIAL	PESSOAL	MATERIAL DE CONSUMO	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	INVESTIMENTO	DESPESA TOTAL
Júlio de Castilhos ....	4 526 043	3 842 656	755 613	1 235 454	248 992	7 533 481
Mata .....	1 218 044	1 168 337	169 171	278 220	135 801	2 379 386
Nova Esperança do Sul .....	1 047 742	768 805	306 695	437 056	163 822	2 012 050
Nova Palma .....	1 990 673	1 197 006	656 716	658 657	432 598	3 512 829
Pinhal Grande .....	2 867 893	2 244 318	534 337	869 243	669 816	6 189 682
Quevedos .....	1 188 446	973 484	392 356	343 775	199 115	2 206 482
Restinga Seca .....	3 322 868	2 169 555	550 630	1 596 453	561 141	5 656 187
Santa Maria .....	53 019 665	38 726 163	4 772 325	14 583 311	4 087 477	82 159 486
Santiago .....	10 519 726	6 314 131	1 647 818	2 590 531	1 228 528	13 969 423
São João do Polesi- ne .....	1 022 911	774 757	211 167	388 730	188 033	1 882 138
São Martinho da Serra .....	1 392 826	890 178	204 619	384 989	449 847	2 412 153
São Pedro do Sul ....	5 034 387	3 573 552	677 681	1 605 191	681 096	7 884 778
São Sepé .....	7 109 818	4 989 871	645 887	1 746 899	198 626	11 124 831
São Vicente do Sul ..	2 363 111	1 848 513	487 316	546 090	260 085	3 928 710
Silveira Martins .....	1 288 865	971 749	158 863	232 729	571 228	2 269 608
Toropó .....	804 978	571 614	282 969	312 454	469 925	1 942 479
Tupanciretã .....	6 353 240	3 589 532	1 002 007	2 103 527	608 299	9 088 489
Unistalda .....	680 602	935 538	151 991	279 424	153 251	1 730 504
Vila Nova do Sul .....	1 481 705	1 198 175	312 452	606 433	154 014	2 639 004
<b>Total da Centro- -Occidental .....</b>	<b>128 879 616</b>	<b>93 205 852</b>	<b>18 832 225</b>	<b>38 008 490</b>	<b>14 884 525</b>	<b>209 466 084</b>
<b>Centro-Oriental</b>						
Arroio do Meio .....	4 504 135	2 847 730	876 622	2 144 093	642 894	7 859 969
Arroio do Tigre .....	3 310 729	1 990 291	882 928	698 530	414 596	5 203 569
Bom Retiro do Sul ...	3 156 681	2 157 994	629 279	856 588	543 206	5 327 464

(continua)

Tabela 2

Principais despesas em valores correntes, por mesorregiões do IBGE, dos municípios do Rio Grande do Sul — 1999

MUNICÍPIOS E MESORREGIÕES	DESPESA SOCIAL	PESSOAL	MATERIAL DE CONSUMO	SERVIÇOS		DESPESA TOTAL
				DE TERCEIROS E ENCARGOS	INVESTIMENTO	
Boqueirão do Leão ..	2 310 608	1 719 777	594 585	937 699	854 903	4 258 519
Cachoeira do Sul .....	21 942 112	12 965 320	2 102 772	10 079 214	3 218 166	32 764 350
Candelária .....	5 244 526	3 590 748	928 815	1 166 530	1 117 165	8 899 702
Capitão .....	1 043 567	820 096	339 820	463 083	213 875	2 231 518
Cerro Branco .....	1 462 240	1 212 075	342 915	425 667	549 906	2 895 473
Colinas .....	957 181	809 566	171 316	495 195	337 437	2 095 582
Cruzeiro do Sul .....	1 797 920	1 579 578	443 422	495 766	956 630	4 434 294
Doutor Ricardo .....	1 228 540	508 643	276 836	625 120	444 040	2 197 637
Encantado .....	5 630 833	2 273 051	810 836	2 097 449	1 091 518	9 100 109
Estrela .....	8 242 323	5 641 907	1 858 588	1 936 749	1 585 859	14 621 884
Estrela Velha .....	1 168 527	1 006 743	339 526	310 384	396 534	2 388 126
Fazenda Vilanova ....	1 223 636	627 350	187 882	474 714	330 314	1 927 690
Gramado Xavier .....	1 060 291	741 522	259 471	475 126	204 699	1 968 350
Herveiras .....	749 827	853 187	207 744	217 424	154 673	1 701 582
Ibarama .....	1 296 501	1 019 146	384 360	350 982	192 658	2 266 934
Imigrante .....	1 217 915	1 115 718	300 806	715 569	362 183	2 860 791
Lajeado .....	15 007 419	12 028 051	2 217 020	5 341 517	3 865 257	27 651 168
Marques de Souza ..	1 174 977	823 468	204 544	530 971	228 912	2 185 682
Mato Leitão .....	1 203 029	870 704	282 168	467 501	398 599	2 471 295
Muçum .....	1 787 907	975 888	370 652	717 661	219 795	2 993 224
Nova Bréscia .....	1 771 228	1 291 815	432 550	679 885	471 463	3 592 399
Novo Cabrais .....	1 030 497	666 453	222 699	204 330	526 760	1 871 135
Pantano Grande .....	3 044 352	2 177 138	517 462	861 874	565 287	4 734 644
Paraíso do Sul .....	1 813 498	1 249 126	360 538	555 594	772 331	3 382 175
Passa Sete .....	1 052 624	694 904	233 882	365 059	548 873	2 973
Passo do Sobrado ...	1 440 299	1 150 185	266 386	507 252	424 403	2 849 514
Paverama .....	1 366 015	1 034 137	321 874	441 106	155 744	2 422 744

(continua)

Tabela 2

Principais despesas em valores correntes, por mesorregiões do IBGE, dos municípios do Rio Grande do Sul — 1999

						(R\$)
MUNICÍPIOS E MESORREGIÕES	DESPESA SOCIAL	PESSOAL	MATERIAL DE CONSUMO	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	INVESTIMENTO	DESPESA TOTAL
Pouso Novo .....	886 537	649 345	306 610	406 881	350 276	1 917 520
Progresso .....	1 385 531	1 286 635	421 022	731 831	267 276	3 102 564
Relvado .....	1 203 582	732 458	301 310	440 334	444 571	2 485 566
Rio Pardo .....	7 626 722	4 869 207	1 066 899	1 619 560	573 632	11 115 403
Roca Sales .....	2 102 348	1 435 249	384 191	822 663	82 299	3 987 067
Santa Clara do Sul ..	1 359 041	1 175 126	384 897	569 043	138 827	2 659 604
Santa Cruz do Sul ...	33 123 111	22 259 250	3 089 026	18 112 629	2 734 179	57 477 357
Segredo .....	2 029 330	1 422 771	320 498	548 611	290 133	3 217 934
Sério .....	1 006 626	967 947	341 671	483 686	264 914	2 362 161
Sinimbu .....	2 641 465	1 959 253	489 436	970 240	565 940	4 673 049
Sobradinho .....	3 078 149	2 261 828	560 933	787 192	508 321	5 359 763
Tabaí .....	826 229	740 590	242 232	332 425	149 310	1 644 827
Taquari .....	5 777 459	4 125 926	386 542	1 304 376	206 031	9 051 407
Teutônia .....	5 590 275	3 770 997	972 868	2 960 927	2 431 616	12 537 040
Travesseiro .....	930 011	464 085	246 334	461 905	233 603	1 856 341
Vale do Sol .....	1 731 051	1 514 891	517 510	685 112	343 648	3 652 045
Venâncio Aires .....	16 738 318	9 269 645	2 655 386	4 591 728	2 874 343	25 330 397
Vera Cruz .....	5 864 293	3 771 026	891 234	1 603 791	617 200	8 390 899
Vespasiano Correa	753 852	593 602	295 048	362 430	208 463	1 817 342
<b>Total da Centro-</b>						
<b>-Oriental .....</b>	192 893 867	129 712 138	31 241 946	73 433 995	35 073 262	333 940 782
<b>Metropolitana</b>						
Alto Feliz .....	1 067 989	687 448	277 359	429 112	583 708	2 310 386
Alvorada .....	19 383 680	14 271 971	2 725 144	5 589 076	5 673 874	34 457 584
Arambaré .....	1 505 064	1 308 914	323 229	457 713	130 353	2 712 083
Araricá .....	1 228 865	1 061 122	220 394	379 144	361 525	2 253 725
Arroio do Sal .....	2 303 379	2 191 940	466 482	983 179	502 369	4 647 954

(continua)

Tabela 2

Principais despesas em valores correntes, por mesorregiões do IBGE, dos municípios do Rio Grande do Sul — 1999

MUNICÍPIOS E MESORREGIÕES	DESPESA SOCIAL	PESSOAL	MATERIAL DE CONSUMO	SERVIÇOS		DESPESA TOTAL
				DE TERCEIROS E ENCARGOS	INVESTIMENTO	
Arroio dos Ratos .....	2 672 111	2 832 874	482 330	450 462	310 633	4 882 584
Balneário Pinhal .....	3 300 381	2 214 741	365 115	1 155 635	583 678	4 946 673
Barão .....	1 111 562	906 381	279 065	709 789	76 416	2 609 260
Barão do Triunfo .....	1 109 408	981 455	377 382	455 104	249 319	2 464 026
Barra do Ribeiro .....	3 495 426	2 122 916	416 839	745 530	1 193 186	5 869 271
Bom Princípio .....	2 825 782	1 613 763	347 308	873 776	1 169 919	5 245 509
Brochier do Maratá ..	1 243 060	828 513	240 163	588 066	794 075	2 847 580
Butiá .....	4 236 524	3 898 853	453 570	1 092 429	296 958	7 157 517
Cachoeirinha .....	22 116 139	20 329 354	1 870 377	5 997 080	1 891 945	35 823 828
Camaquã .....	15 182 144	9 574 786	1 894 054	3 494 573	1 376 505	21 370 143
Campo Bom .....	17 986 626	12 039 961	2 121 781	3 988 073	889 348	28 531 828
Canela .....	9 988 905	5 778 117	1 194 689	4 441 603	2 364 534	15 925 151
Canoas .....	78 029 596	51 014 092	4 192 431	19 565 329	4 350 019	108 349 569
Capão da Canoa .....	8 894 981	8 196 123	1 544 761	2 337 173	1 422 688	14 230 048
Capela de Santana	1 632 197	1 150 129	299 173	480 850	267 840	2 857 989
Capivari do Sul .....	1 479 619	1 177 458	161 585	381 462	159 900	2 205 419
Caraá .....	1 016 139	1 086 329	301 427	257 969	360 549	2 063 212
Cerro Grande do Sul	1 395 527	1 078 157	343 818	460 298	217 562	2 594 879
Charqueadas .....	6 837 376	5 840 102	771 305	2 162 193	539 833	11 342 852
Chувиска .....	1 110 480	1 051 020	263 561	397 007	343 039	2 316 171
Cidreira .....	2 101 453	2 130 950	430 559	1 438 570	272 250	5 259 166
Dois Irmãos .....	5 430 579	3 231 703	760 510	1 555 153	1 144 968	9 021 954
Dom Feliciano .....	2 717 652	1 863 708	611 420	1 032 621	570 090	5 109 014
Dom Pedro de Al- cântara .....	1 113 874	611 305	197 446	377 897	166 892	1 599 620
Eldorado do Sul .....	7 002 136	6 997 727	843 736	2 339 843	2 685 772	14 273 918

(continua)

Tabela 2

Principais despesas em valores correntes, por mesorregiões do IBGE, dos municípios do Rio Grande do Sul — 1999

MUNICÍPIOS E MESORREGIÕES	DESPESA SOCIAL	PESSOAL	MATERIAL DE CONSUMO	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS		INVESTIMENTO	DESPESA TOTAL
Estância Velha .....	8 417 395	7 887 185	1 612 349	2 728 064	835 043		14 212 395
Esteio .....	23 624 673	15 154 482	2 081 264	2 117 940	3 520 582		30 542 493
Feliz .....	3 368 505	2 195 390	797 780	1 729 819	598 509		6 975 664
General Câmara .....	2 079 465	1 708 075	378 438	996 315	139 601		3 992 958
Glorinha .....	1 371 612	1 246 481	240 375	563 921	616 629		2 959 066
Gramado .....	7 876 812	6 690 870	1 582 340	3 143 377	2 348 316		17 947 252
Gravataí .....	46 314 052	39 954 312	5 067 334	14 572 584	6 517 902		75 701 447
Guaíba .....	12 837 323	11 601 380	1 328 061	4 936 115	1 180 382		22 807 465
Harmonia .....	1 103 083	879 385	271 157	559 204	451 694		2 783 858
Igrejinha .....	7 975 146	5 274 115	1 127 994	2 875 141	1 021 574		13 631 264
Imbé .....	6 000 120	6 142 083	1 193 974	2 218 620	439 040		10 518 882
Ivoti .....	4 873 250	3 256 039	628 960	2 264 229	1 688 982		8 807 952
Lindolfo Collor .....	1 411 619	830 404	255 849	431 038	215 444		2 062 346
Linha Nova .....	759 857	700 085	217 781	279 772	225 906		1 723 903
Mampituba .....	819 237	834 223	288 823	260 438	152 619		1 726 508
Maquiné .....	1 571 379	1 403 893	283 863	425 476	140 362		2 672 806
Maratá .....	883 781	704 410	159 242	332 869	635 805		2 167 128
Mariana Pimentel ....	1 340 943	833 517	450 868	408 927	433 988		2 452 245
Minas do Leão .....	2 042 135	1 920 265	282 504	516 869	382 841		3 612 364
Montenegro .....	12 787 303	9 742 801	1 260 904	3 744 105	817 487		21 215 820
Morrinhos do Sul .....	1 151 315	903 368	262 643	177 858	252 574		1 888 267
Morro Reuter .....	1 700 375	1 262 651	339 790	585 869	491 303		3 100 141
Mostardas .....	2 673 530	2 380 706	675 154	957 666	955 361		5 418 638
Nova Hartz .....	4 578 347	2 962 122	547 041	1 280 351	1 361 979		7 176 765
Nova Petrópolis .....	3 818 290	3 368 245	976 487	1 402 227	593 632		7 435 760
Nova Santa Rita .....	3 571 477	3 678 784	468 035	755 363	345 633		5 853 585

(continua)



Tabela 2

Principais despesas em valores correntes, por mesorregiões do IBGE, dos municípios do Rio Grande do Sul — 1999

MUNICÍPIOS E MESORREGIÕES	DESPESA SOCIAL	PESSOAL	MATERIAL DE CONSUMO	SERVIÇOS DE		DESPESA TOTAL
				TERCEIROS E ENCARGOS	INVESTIMENTO	
Novo Hamburgo .....	71 227 435	51 159 820	5 055 124	16 465 967	9 609 987	105 621 971
Osório .....	9 473 806	7 023 539	1 224 494	2 581 607	2 086 303	16 717 752
Palmares do Sul .....	3 184 094	2 829 846	546 742	1 322 988	320 116	6 330 893
Parei Novo .....	1 379 308	1 067 800	348 260	533 160	291 385	2 899 278
Parobé .....	10 628 054	9 134 977	1 702 284	3 882 043	1 992 360	19 805 473
Picada Café .....	2 297 102	1 344 874	397 132	852 181	1 181 073	4 493 301
Poço das Antas .....	980 605	667 315	232 907	446 014	251 242	1 957 566
Portão .....	6 467 094	5 412 563	899 671	1 695 576	1 103 456	11 489 337
Porto Alegre .....	764 246 995	247 153 188	26 806 388	331 500 441	52 285 497	890 045 095
Presidente Lucena ..	1 202 549	666 938	152 666	562 222	720 865	2 374 760
Riozinho .....	1 244 801	1 162 445	265 875	346 117	465 688	2 742 900
Rolante .....	4 122 669	3 019 120	724 555	1 316 388	1 184 877	7 478 987
Salvador do Sul .....	1 641 567	1 575 442	386 854	675 412	603 834	4 381 844
Santa Maria do Her- val .....	1 856 459	1 246 895	311 632	591 942	327 926	2 983 864
Santo Antônio da Patrulha .....	7 155 883	5 055 372	846 821	1 564 529	846 149	11 874 303
São Jerônimo .....	2 727 170	3 005 762	598 764	1 459 814	262 407	6 811 617
São José do Hortên- cio .....	1 744 157	807 475	235 457	537 004	1 309 185	3 237 958
São Leopoldo .....	45 436 431	26 374 546	4 301 339	12 682 257	8 138 297	64 981 687
São Pedro da Serra	1 206 933	815 357	250 974	327 230	309 458	2 344 092
São Sebastião do Caí .....	6 886 018	3 921 662	654 511	2 294 107	1 600 704	10 609 351
São Vendelino .....	1 100 899	600 236	176 621	386 066	397 565	2 123 442
Sapiranga .....	17 696 568	10 533 022	2 566 060	2 017 850	4 267 563	24 700 907
Sapucaia do Sul .....	21 223 308	17 179 072	1 850 396	5 217 328	5 071 590	36 386 398

(continua)

Tabela 2

Principais despesas em valores correntes, por mesorregiões do IBGE, dos municípios do Rio Grande do Sul — 1999

MUNICÍPIOS E MESORREGIÕES	DESPESA SOCIAL	PESSOAL	MATERIAL DE CONSUMO	SERVIÇOS DE TERCEIROS INVESTIMENTO E ENCARGOS		DESPESA TOTAL
Sentinela do Sul .....	1 407 586	1 021 768	221 839	398 677	360 362	2 440 367
Sertão Santana .....	1 815 039	1 421 161	241 006	313 357	322 378	2 756 253
Tapes .....	3 420 390	2 185 296	502 654	1 078 914	60 506	5 909 155
Taquara .....	6 670 644	7 616 372	1 978 713	2 190 514	1 946 943	16 934 124
Tavares .....	1 235 061	1 329 926	248 742	283 456	179 248	2 577 536
Terra de Areia .....	2 444 739	1 782 164	499 620	669 907	621 077	4 137 176
Torres .....	7 564 788	6 683 963	1 101 634	2 295 660	1 871 811	14 443 058
Tramandaí .....	11 541 017	8 820 598	1 251 047	3 550 376	1 619 944	18 667 128
Três Cachoeiras .....	2 032 827	1 570 020	462 771	543 654	309 565	3 277 163
Três Coroas .....	5 036 809	3 154 829	988 299	1 529 741	706 062	8 047 532
Três Forquilhas .....	938 539	969 357	182 148	283 280	92 911	1 858 514
Triunfo .....	17 374 305	19 620 918	2 166 537	5 226 210	4 167 291	39 603 520
Tupandi .....	1 499 232	862 266	270 303	654 935	451 446	2 944 006
Vale Real .....	1 575 075	970 326	349 974	624 217	378 334	2 904 611
Vale Verde .....	740 671	786 213	147 134	290 819	337 824	1 844 180
Viamão .....	28 797 521	26 625 051	3 977 080	5 699 003	2 796 251	44 327 079
Xangri-lá .....	-	-	-	-	-	-
<b>Total da Metropoli- tana .....</b>	<b>1 473 693 822</b>	<b>788 764 677</b>	<b>112 681 050</b>	<b>529 771 831</b>	<b>168 162 410</b>	<b>2 059 730 059</b>
<b>Sudoeste</b>						
Alegrete .....	15 260 534	13 945 144	2 861 042	3 356 699	574 465	26 968 125
Bagé .....	19 061 503	16 763 482	2 096 024	6 486 201	3 493 281	34 823 293
Barra do Quaraí .....	1 355 326	1 559 842	287 288	468 295	424 979	3 156 398
Dom Pedrito .....	9 858 328	8 207 403	1 265 913	1 843 227	428 584	15 012 511
Garruchos .....	1 540 409	1 186 832	423 637	349 783	286 772	2 613 446
Hulha Negra .....	1 603 032	1 802 687	354 894	405 165	388 679	3 355 051
Itaqui .....	12 607 887	9 561 397	2 318 034	2 026 114	394 154	20 360 820
Lavras do Sul .....	2 344 315	2 014 173	437 883	763 813	208 663	4 531 495

(continua)

Tabela 2

Principais despesas em valores correntes, por mesorregiões do IBGE, dos municípios do Rio Grande do Sul — 1999

MUNICÍPIOS E MESORREGIÕES	DESPESA SOCIAL	PESSOAL	MATERIAL DE CONSUMO	SERVIÇOS		DESPESA TOTAL
				DE TERCEIROS E ENCARGOS	INVESTIMENTO	
Maçambará .....	2 027 410	2 078 183	608 594	297 657	276 132	3 597 093
Manoel Viana .....	1 784 556	1 894 107	404 645	485 303	197 258	3 357 983
Quaraí .....	5 283 457	3 284 964	522 966	1 053 784	1 758 520	9 102 194
Rosário do Sul .....	5 472 291	6 080 457	681 460	1 594 077	1 095 498	12 725 617
Santana do Livramento .....	9 387 947	11 215 035	1 419 506	2 113 657	1 826 196	23 354 892
São Borja .....	16 853 045	8 783 096	2 130 802	4 399 856	934 779	23 351 089
São Francisco de Assis .....	5 097 086	3 961 914	1 181 909	1 073 526	285 323	8 019 053
São Gabriel .....	12 007 582	9 176 970	1 731 424	2 930 193	1 533 963	19 387 681
Uruguaiana .....	20 431 586	20 795 632	2 336 622	5 460 200	2 104 177	38 231 205
<b>Total da Sudoeste</b>	<b>141 976 293</b>	<b>122 311 318</b>	<b>21 062 642</b>	<b>35 107 549</b>	<b>16 211 424</b>	<b>251 947 946</b>
<b>Sudeste</b>						
Amaral Ferrador .....	1 283 196	1 318 486	269 222	531 644	187 073	2 721 888
Arroio Grande .....	4 199 664	3 551 908	690 218	1 021 456	616 916	7 486 991
Caçapava do Sul .....	7 185 570	6 164 526	1 057 913	1 911 504	546 844	13 010 858
Candiota .....	3 557 410	3 970 250	596 988	1 948 584	531 687	7 275 418
Canguçu .....	10 268 123	8 179 041	1 654 462	1 330 730	1 633 951	16 171 596
Capão do Leão .....	4 220 841	4 641 910	995 638	675 622	201 779	7 201 366
Cerrito .....	1 503 444	1 601 810	358 342	401 870	65 459	2 717 484
Chuí .....	1 148 881	1 274 539	175 828	676 465	216 849	2 508 349
Cristal .....	1 927 118	1 421 088	234 733	559 367	371 251	3 204 388
Encruzilhada do Sul	4 775 864	3 637 474	717 433	1 445 405	1 246 158	8 518 635
Herval .....	1 512 511	2 362 094	479 544	593 561	274 006	4 473 682
Jaguarão .....	6 563 600	5 834 977	1 091 617	1 289 222	720 363	11 249 902
Morro Redondo .....	1 482 850	1 286 799	240 448	389 177	219 196	2 556 277
Pedro Osório .....	2 432 869	2 037 958	344 693	600 864	210 842	4 386 931

(continua)

Tabela 2

Principais despesas em valores correntes, por mesorregiões do IBGE, dos municípios do Rio Grande do Sul — 1999

MUNICÍPIOS E MESORREGIÕES	DESPESA SOCIAL	PESSOAL	MATERIAL DE CONSUMO	SERVIÇOS DE TERCEIROS INVESTIMENTO E ENCARGOS		DESPESA TOTAL
Pelotas .....	55 538 758	38 797 453	3 275 653	13 284 737	4 278 058	88 443 351
Pinheiro Machado ...	3 548 036	3 357 146	1 053 340	877 575	506 899	6 781 752
Piratini .....	3 885 223	3 231 831	980 093	918 762	644 015	6 828 153
Rio Grande .....	43 813 189	24 632 413	2 563 990	7 822 234	3 258 366	62 279 905
Santa Vitória do Palmar .....	9 664 759	6 879 746	1 096 903	1 829 497	699 454	14 945 225
Santana da Boa Vista .....	1 397 233	1 899 385	521 814	511 893	324 605	3 573 935
São José do Norte ..	4 951 870	4 198 787	417 044	587 713	250 272	7 170 598
São Lourenço do Sul	11 952 979	7 221 160	1 612 776	2 014 080	919 574	14 949 975
Turuçu .....	1 042 988	1 201 977	214 787	425 986	87 886	1 974 283
<b>Total da Sudeste</b>	<b>187 856 976</b>	<b>138 702 759</b>	<b>20 643 480</b>	<b>41 647 947</b>	<b>18 011 501</b>	<b>300 430 942</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

# Bibliografia

---

AFFONSO, Rui. A ruptura do padrão de financiamento do setor público e a crise de planejamento no Brasil nos anos 80. **Planejamento e Políticas Públicas**, Rio de Janeiro: IPEA, n. 4, dez. 1990.

AFFONSO, Rui. Os municípios e os desafios da federação no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 10, n. 3, 1996.

ALONSO, José Antônio Fialho. Caracterização econômica da Região Metropolitana de Porto Alegre nos anos 90. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 29, n. 1, 2001.

ARAÚJO, Érica; OLIVEIRA, Paulo André. Federalismo fiscal. Receita municipal: a importância das transferências do FPM e do SUS. **Informe-se**, Brasília: BNDES/Secretaria para Assuntos Fiscais, n. 28, jun. 2001.

BALTHAZAR, Ricardo. Prefeituras aumentam Receita própria. **Valor Econômico**, p. A-3, 12 set. 2000.

BORSATTO, Maria Luiza, RABELLO, Mercedes, RÜCKERT, Isabel. **As finanças municipais e os gastos sociais no Rio Grande do Sul, 1995-99**. Porto Alegre: FEE, 2002. No prelo.

BORSATTO, Maria Luiza, RABELLO, Mercedes, RÜCKERT, Isabel. Os desajustes estruturais das finanças públicas do RS nos anos 90. In: FLIGENSPAN, F. (coord.) **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000. p. 319-360.

BOVO, José Murari. Gastos sociais dos municípios e desequilíbrio financeiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro: FGV, v. 35, n. 1, p. 93-117, jan./fev. 2001.

BOVO, José Murari. O conceito de capacidade de poupança própria na análise das finanças municipais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro: FGV, v. 29, n. 1, p. 110-114, jan./fev. 1995.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1994.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Balanco do FUNDEF (1998-2000)**. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/sef/fundef/balanco2000.doc>

BUENO, Wanderlei S.; MERHY, Emerson Elias. Os equívocos da NOB 96: uma proposta em sintonia com os projetos neoliberalizantes? Datasus, Conferência Nacional de Saúde Disponível em:

<http://datasus.gov.br/cns/temas/NOB96//NOB96crit.htm> Acesso em: mar. 2001.

DRAIBE, Sonia. As políticas sociais nos anos 90. In: BAUMANN, Renato et al. (org.). **Brasil: uma década de transição**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 101-141.

FALEIRO, Vicente de Paula. Desafios do serviço social na era da globalização. **Revista do Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 61, p. 153-186, 1999.

FEDOZZI, Luciano. **Orçamento Participativo**: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre. Porto Alegre: Tomo Editorial-RS; Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, 1997. (FASE/IPUR).

FORTES, Fátima B. Carneiro Teixeira et al. **Finanças dos municípios mineiros**: diversidade e indicadores, Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte: Centro de Estudos Econômicos e Sociais, 1998.

GARSON, Sol; ARAÚJO, Érica. Federalismo fiscal. Ações sociais básicas: descentralização ou municipalização? **Informe-se**, Brasília: BNDES, Secretaria para Assuntos Fiscais, n. 23, jan. 2001.

GOMES, G., McDowell. Os elos frágeis da descentralização: observações sobre as finanças públicas dos municípios brasileiros, 1995. ENCONTRO DA ANPEC, 25., 1997, Recife. **Anais...** Recife: [s.n.], 1997.

LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: LAURELL, Asa Cristina (org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo: Editora Cortez, 1995.

LOBO, T. Distribuição de encargos na área social. In: AFFONSO, Rui de B. A.; SILVA, Pedro L.B. (org). **A Federação em perspectiva**. São Paulo: FUNDAP, 1995. (Ensaio selecionais).

MARTINS, Luis Gustavo Vieira. **Desigualdades sociais e desigualdades fiscais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro**: impactos da reestruturação e da descentralização. 1998. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Planejamento Urbano Rural, Rio de Janeiro, 1998. (mimeo).

MARTINS, Luis Gustavo Vieira. Desigualdades sociais e iniquidades fiscais: a fiscalidade local como dimensão da “periferização” metropolitana. In: O FUTURO das Metrôpoles: impactos da globalização. Teresópolis, RJ, 17-21 maio 1999. (mimeo).

MEDICI, André C. Políticas sociais e federalismo. In: AFFONSO, Rui de B.A.; SILVA, Pedro L.B. (org). **A Federação em perspectiva**. São Paulo: FUNDAP, 1995. (Ensaio selecionado).

MENDES, Áquilas; CATANZARO, Waldir. **Orçamento saudável**: a emenda constitucional 29 e a lei de responsabilidade fiscal. [Brasília]: Ministério da Saúde, 2001. (Projeto mais saúde).

OLIVEIRA, Fabrício. **Evolução, determinantes e dinâmica do gasto social no Brasil**: 1980/1996. Brasília: IPEA, jun. 1998. (Texto para discussão n. 649).

OLIVEIRA, Fabrício; BIASOTO JUNIOR, Geraldo. Descentralização das políticas sociais no Brasil. In: ARRETCHE, M.; RODRIGUEZ, Vicente (org.). **Descentralização das políticas sociais no Brasil**. São Paulo: FUNDAP: FAPESP; Brasília: IPEA, 1999.

REDES Urbanas Regionais: Sul. In: CARACTERIZAÇÃO e tendências da rede urbana do Brasil. Brasília: IPEA; UNICAMP; NESUR; IBGE, 2000. v. 6.

RELATÓRIO E PARECER PRÉVIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL; exercício de 1996. Porto Alegre:TC-RS, 1996.

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DA FAZENDA. Disponível em: <http://www.sefaz.rs.gov.br/asf/D6/Internet/AIM/raim.asp> Acesso em: [2002?].

RÜCKERT, Isabel; RABELO, Mercedes. Algumas considerações sobre a situação financeira dos municípios gaúchos – 1995-1998. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 28, n. 3, dez. 2000.

SERRA, J., AFONSO, José Roberto. **Finanças públicas municipais**: trajetórias e mitos. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, out. 1991. (Texto para Discussão n. 3).

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <http://www.tce.rs.gov.br>

VEZ dos municípios, A. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro: FGV, v. 54, n. 5, p. 7-10, mar. 2000. Carta IBRE.





## EDITORAÇÃO

---

**Supervisão:** Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Luz Da Alva Moura da Silveira.

**Revisão**

Coordenação: Sidonia Therezinha Hahn Calvete.

Revisoras: Elisabeth Kurtz Marques, Rosa Maria Gomes da Fonseca e Roselane Vial.

**Editoria**

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira.

Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal, Jairo dos Santos Raymundo, Lenoir Buss, Rejane Maria Lopes dos Santos.

Conferência: Elisabeth Alende Lopes e Rejane Schmitt Hübner.

Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas, Luiz Carlos da Silva e Mauro Marcelino da Silva.

**Capa:** Paulo Sérgio Sampaio Ribeiro.